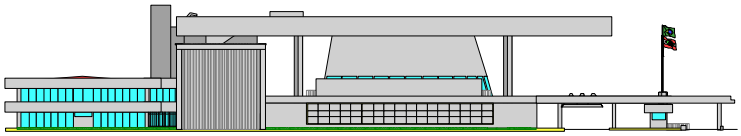
15ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

3ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIV FLORIANÓPOLIS, 21 DE DEZEMBRO DE 2005 NÚMERO 5.530

15ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Herneus de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE
Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE
Lício Mauro da Silveira
1º SECRETÁRIO
Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO
Valmir Comin
3º SECRETÁRIO
José Paulo Serafim
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Celestino Secco
PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Manoel Mota
PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
Líder: Antônio Ceron
PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Paulo Eccel
PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Clésio Salvaro
PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto
PARTIDO LIBERAL
Líder: Odete de Jesus
PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi
PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE
Líder: Afrânio Boppré
PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Nilson Nelson Machado
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
Líder: Sérgio Godinho

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Jorginho Mello – Presidente
Celestino Secco - Vice Presidente
Onofre Santo Agostini
Sérgio Godinho
Romildo Titon
Joares Ponticelli
Vânio dos Santos
Paulo Eccel
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Rogério Mendonça – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Wilson Vieira – Dentinho
Narcizo Parisotto
Nelson Goetten
Jorginho Mello
Vânio dos Santos
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Francisco de Assis – Presidente
Celestino Secco – Vice Presidente
José Carlos Vieira
Dionei Walter da Silva
Francisco Küster
Gelson Sorgato
Narcizo Parisotto
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL
Reno Caramori – Presidente
Dionei Walter da Silva - Vice Presidente
Gelson Sorgato
Ana Paula Lima
Narcizo Parisotto
Francisco Küster
Gelson Merísio
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Vânio dos Santos – Presidente
Antônio Carlos Vieira - Vice Presidente
Sérgio Godinho
José Carlos Vieira
Paulo Eccel
Francisco Küster
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 10:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Wilson Vieira – Dentinho – Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Antônio Ceron
Antônio Carlos Vieira
Dionei Walter da Silva
Rogério Mendonça
Manoel Mota
Francisco Küster
Odete de Jesus
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Dionei Walter da Silva – Presidente
Onofre Santo Agostini - Vice Presidente
Wilson Vieira – Dentinho
Manoel Mota
Jorginho Mello
Sérgio Godinho
Antônio Carlos Vieira
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA
Gelson Merísio – Presidente
Paulo Eccel – Vice Presidente
Joares Ponticelli
Genésio Goulart
Vânio dos Santos
Jorginho Mello
Sérgio Godinho
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Sérgio Godinho – Presidente
Ana Paula Lima – Vice Presidente
Jorginho Mello
Nelson Goetten
Francisco de Assis
Reno Caramori
Simone Schramm
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Onofre Santo Agostini – Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Clésio Salvaro
Odete de Jesus
Genésio Goulart
Ana Paula Lima
Dionei Walter da Silva
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER
Ana Paula Lima -– Presidente
Odete de Jesus – Vice Presidente
Francisco Küster
Cesar Souza
Simone Schramm
Reno Caramori
Francisco de Assis
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Romildo Titon – Presidente
Ana Paula Lima Vice Presidente
Paulo Eccel
Antônio Ceron
Celestino Secco
Odete de Jesus
Simone Schramm
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Antônio Carlos Vieira – Presidente
Francisco de Assis - Vice Presidente
Gelson Merísio
Romildo Titon
Vânio dos Santos
Clésio Salvaro
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Clésio Salvaro – Presidente
Francisco de Assis– Vice Presidente
Celestino Secco
Antônio Ceron
Wilson Vieira – Dentinho
Cesar Souza
Joares Ponticelli
Narcizo Parisotto
João Henrique Blasi
Terças-Feiras, às 18:00 horas

DEPARTAMENTO PARLAMENTAR

Divisão de Anais:
responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição.
Diretor: Eder de Quadra Salgado

Divisão de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões.
Diretora: Lenita Wendhausen Cavallazzi

Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos:
responsável pela impressão.
Diretor em exercício:
Álvaro Pacheco de Souza

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

EXPEDIENTE

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - **NÚMERO 1755**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário
Ata da 100ª Sessão Ordinária da 15ª realizada em 14/12/2005.....2
Ata da 046ª Sessão Extraordinária da 15ª realizada em 14/12/2005 21
Ata da 047ª Sessão Extraordinária da 15ª realizada em 14/12/2005 24
Ata da 048ª Sessão Extraordinária da 15ª realizada em 14/12/2005 25
Ata da 049ª Sessão Extraordinária da 15ª realizada em 14/12/2005 33

Atos da Mesa
Ato da Mesa 33

Publicações Diversas
Atas das Comissões Permanentes 34
Aviso de Resultado 35
Extratos.....35
Lei Complementar 36
Portarias.....36

P L E N Á R I O

ATA DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2005
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Afrânio Boppré - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Celestino Secco - Cesar Souza - Clésio Salvaro - Dionei Walter da Silva - Francisco de Assis - Francisco Küster - Gelson Merísio - Gelson Sorgato - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Carlos Vieira - José Serafim - Julio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Nilson Machado - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Simone Schramm - Valmir Comin - Vânio dos Santos - Wilson Vieira.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Faz convite para lançamento e livro na UFSC.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Diz que a posição do deputado Romildo Titon foi decisiva para a aprovação do BID IV, no ano de 2001; contesta propagandas divulgadas pelo governo; critica a pressão do governo para desqualificar a CPI do Fundo Social.

DEPUTAD AFRÂNIO BOPPRÉ (aparte) - Reporta-se à pressão do governo estadual na tentativa de barrar a CPI do Fundo Social.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Apela para que o PDL nº 0011/05 seja votado ainda nesta semana.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Agradece o título de cidadã florianopolitana; relata as suas atividades desenvolvidas no corrente ano.

Horário dos Partidos Políticos

DEPUTADO GELSON SORGATO (pela ordem) - Registra presença de lideranças políticas do oeste.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Conclui o resumo de suas atividades em 2005.

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Defende o Fundo Social.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA (aparte) - Destaca a diferença do Fundo Social entre os estados.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Destaca a importância do PLC nº 0051/05; elogia o presidente Julio Garcia pela iniciativa do projeto que destina 1% do Fundo Social para as Apaes.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Registra obras realizadas pelo governo do PMDB; defende o Fundo Social.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (aparte) - Lê documento de apoio ao Fundo Social, enviado pelo prefeito de Itajaí.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (aparte) - Reporta-se à BR-470.

DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS (pela ordem) - Discorda do deputado Manoel Mota com relação a obras no estado.

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ (pela ordem) - Registra resultado positivo de pesquisa do Ibope com relação ao P-SOL.

DEPUTADO PAULO ECCEL - Elogia publicação sobre as atividades parlamentares em 2005; registra que no corrente ano os adversários tentaram desestabilizar o governo do PT.

DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS (aparte) - Fala sobre a tentativa de desestabilizarem o PT e o governo federal.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Destaca que o governo estadual está tentando desqualificar a CPI do Fundo Social; questiona obras divulgadas na região sul e extremo sul.

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ (aparte) - Reporta-se à origem dos recursos do Fundo Social.

DEPUTADO CELESTINO SECCO (pela ordem) - Solicita que o PL nº 0404/2005 seja retirado de pauta.

Ordem do Dia

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (pela ordem) - Manifesta-se a respeito do PLC nº 0028/2005.

DEPUTADO CELESTINO SECCO (pela ordem) - Solicita votação nominal para os PL nºs 0469 e 0470/2005.

DEPUTADO WILSON VIEIRA - Discute a Mensagem de Veto nº 1.153/2005.
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS (aparte) - Conclama os deputados para derrubar o veto disposto na Mensagem nº 1.153/2005.
DEPUTADO ANTÔNIO CERON (aparte) - Empresta apoio à causa do deputado Wilson Vieira com relação ao veto em questão.
DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA (aparte) - Manifesta sua posição contrária ao veto ora em discussão.
DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Manifesta sua posição contrária ao veto ora em discussão.
DEPUTADO JORGINHO MELLO (aparte) - Manifesta sua posição contrária ao veto ora em discussão.
DEPUTADA ODETE DE JESUS (aparte) - Manifesta sua posição contrária ao veto ora em discussão.
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (aparte) - Manifesta sua posição contrária ao veto ora em discussão.
DEPUTADO NILSON MACHADO (aparte) - Manifesta sua posição contrária ao veto ora em discussão.
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Manifesta sua posição contrária ao veto ora em discussão.
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (aparte) - Manifesta sua posição contrária ao veto ora em discussão.
DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS (aparte) - Manifesta sua posição contrária ao veto ora em discussão.
DEPUTADO NELSON GOETTEN (aparte) - Manifesta sua posição contrária ao veto ora em discussão.
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Discute a Mensagem de Veto nº 1.183/2005.
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Retira emenda ao PLC nº 0028/2005.
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA (pela ordem) Solicita que o PL nº 0455/2005 seja deliberado pelo Plenário.
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (pela ordem) - Solicita sobrestamento do PL 0443/2005.
DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Registra voto contrário aos PL nºs 0245 e 0027/2005.
DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ (pela ordem) - Manifesta-se a respeito do PL nº 0106/2005.
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA (pela ordem) - Manifesta-se a respeito do PL nº 0106/2005.
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS (pela ordem) - Manifesta-se a respeito do PL nº 0106/2005.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Primeiramente, sr. presidente, gostaria de saudar todos os que visitam esta Casa, principalmente os representantes da Aprasc e os vários clubes de mães e de terceira idade. Quero saudar também a sra. Cristiane Testoni e suas filhas Marina e Beatriz, que também nos estão visitando.

Sr. presidente, no dia 16 de dezembro a Universidade Federal de Santa Catarina lançará um livro de autoria de dez enfermeiras, com o título *Enfermagem na Atenção Primária à Saúde da Mulher*. É um belíssimo livro de pesquisa, inclusive um desafio de aprendizagem para todos os universitários que cursam a faculdade de Enfermagem na UFSC. Também envolve o tema da humanização na assistência à saúde. O lançamento vai ser no dia 16 de dezembro, na Universidade Federal de Santa Catarina. Vale a pena conferir. O convite é para todas as deputadas e todos os deputados desta Casa e para todos os catarinenses.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Esta presidência também registra, com muito prazer, a visita de integrantes do Clube de Idosos Esperança, do município de Içara. Registra ainda a presença de associados da Aprasc.

Sejam muito bem-vindos ao plenário da Assembléia Legislativa.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sra. deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, catarinenses que participam da nossa sessão e que nos acompanham através da TVAL e da nossa rádio digital, eu não estava mais no plenário no dia de ontem quando foi abordada a questão da votação, em 27 de junho de 2001, do projeto de lei que autoriza a contratação do financiamento do programa rodoviário BID IV.

Ontem o deputado João Henrique Blasi trouxe as atas daquela reunião, dizendo que a bancada havia votado a favor. Mas não é em todo verdade o que disse aqui o meu dileto amigo deputado João Henrique Blasi, porque, se naquela oportunidade, se naquele dia, o deputado Romildo Titon não tivesse garantido, deputado Julio Garcia - v.exa. fazia parte da base do governo e sabe disso -, o seu voto, o projeto não seria votado antes do recesso do mês de julho de 2001 e perder-se-ia o prazo de contratação do financiamento. E foi dito aqui, ontem, que depois o PMDB votou a favor do projeto. É verdade, mas tentaram inviabilizar o requerimento de urgência que apresentamos como líder da bancada.

A posição do deputado Romildo Titon foi decisiva! Se não fosse o deputado Romildo Titon ter contrariado a orientação da bancada do PMDB, ter contrariado a orientação do então prefeito de Joinville, que estava nesta Casa, do lado de fora do vidro do plenário, chamando os deputados do PMDB para deixar o plenário, para votar contra, para não dar quórum, para não aprovar o regime de urgência, o projeto não teria sido aprovado.

Tenho todas as atas aqui. Tenho aqui, inclusive, a manifestação do deputado Romildo Titon dizendo, por exemplo:

(Passa a ler)

"Esta é a minha posição; vou votar quantas vezes for necessário. E se alguém quiser fazer de novo, inclusive alguns deputados da minha bancada, como fizeram outras vezes, ou seja, correram aos jornais dizendo que eu iria sair do PMDB, podem fazer, porque isso não me atinge, porque graças a Deus a minha região me conhece." [sic]

Essa foi uma, deputado Onofre Santo Agostini, das frases inteligentes e responsáveis proferidas pelo deputado Romildo Titon naquela oportunidade. E por isso o programa rodoviário do BID IV foi contratado e está permitindo ao atual governador inaugurar obras. Aliás, as únicas obras que o governo tem inaugurado são exatamente as obras remanescentes do programa que contratamos e que só é realidade graças aos 20 deputados da base do governo naquele período, mais o responsável e diligente deputado Romildo Titon.

Então, não é possível que se digam outras coisas aqui e que a verdade não seja restabelecida! Tenho aqui todas as folhas de votação. E se não fosse, deputado Onofre Santo Agostini, a votação daquele requerimento aprovando a urgência, com certeza aquele projeto não teria sido viabilizado. E aí vem aqui o deputado Peninha dizer que votaram contra porque tiveram apenas 11 dias para discutir a matéria e que isso é muito pouco!

Meu Deus do céu! Acho que eles esquecem o que fazem aqui, agora!

Quando da tramitação do projeto da reforma da reforma, no ano passado, foram-nos dados dez minutos para conhecer uma matéria com quase 200 artigos! Dez minutos, deputado Lício Silveira, para conhecer uma matéria com quase 200 artigos! Mas aí pode! Aí o PMDB pode tratorar assim! Mas aquele projeto, que teve 11 dias para ser conhecido e discutido, o deputado Peninha disse que não tinha acompanhado. Mas o deputado Peninha disse outra bobagem aqui, ontem. S.Exa. faltou com a verdade! S.Exa. disse que o ex-governador Amin esteve em Leoberto Leal, fez um discurso e foi vaiado.

Quero dizer que o deputado Peninha está com olheiros mal-informados e mal-intencionados. Eu estive com o ex-governador Esperidião Amin em Leoberto Leal, na última segunda-feira. Para começar, ele não fez discurso em lugar nenhum; só estivemos em companhia do prefeito visitando todas as instalações da festa do município, e ele não fez discurso em lugar nenhum! Em segundo lugar, o deputado Peninha diz que aquela obra é do BID IV; no entanto, a placa que tem lá afirma que os recursos são próprios, que são recursos da Cide. É um governo que mente tanto que se acaba perdendo na própria mentira.

Portanto, fica esclarecida em definitivo essa questão, mas se quiserem alongar o debate, eu tenho também todas as atas daquele 27 de junho de 2001.

Agora, um outro assunto, deputado Afrânio Boppré, que continua repercutindo, que continua rendendo, é a ação do governador e dos secretários regionais intimidando, pressionando e chantageando prefeitos e lideranças, no sentido de, assim como foi feito com a CPI do Balé Bolshoi, abafar a CPI das subvenções sociais.

É preciso, deputado Afrânio Boppré, que haja uma correção, pois se tem dito por aí que é a CPI do Fundo Social, mas não tem nada com fundo social! É a CPI da aplicação equivocada de alguns recursos do Fundo Social. E o próprio secretário da Fazenda reconheceu que no caso de Joinville há aplicação indevida de R$ 115 mil, meu caro ex-prefeito de Gravatal, Jorge Leonardo Nesi.

O Brasil está vivendo a sua pior crise política por conta das CPIs nacionais, deputada Ana Paula Lima, iniciadas a partir de uma propina que um funcionário dos Correios recebeu, de R$ 3 mil. Aqueles R$ 3 mil proporcionaram toda essa ação nacional, essa tentativa de conter toda a corrupção "encracalada" no Poder Público, lamentavelmente. Aqui o secretário já reconheceu que teve problema na aplicação de R$ 115 mil, e acham que não tem que investigar! Mas sua excelência, o governador, continua afirmando que é semideus, que está acima do bem e do mal, quando o seu secretário, o compadre, está com os bens indisponíveis - é tão sério que já está com os bens indisponíveis, por ação do próprio mandato -, e aí fica dizendo: "Não, nós não temos que ser investigados!" Como se a Assembléia não pudesse cumprir com o seu papel. Coisas de um governo autoritário! Coisas de um governo comandado por um cidadão que serviu à DOPS. Luiz Henrique da Silveira foi funcionário da DOPS de 1958 a 1966. Aprendeu lá, nos porões da DOPS, a agir assim.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Ouço o deputado Afrânio Boppré.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Deputado Joares Ponticelli, considero que a experiência que estamos vivendo nesta semana da abertura da CPI desvenda mais uma das técnicas ardilosas do governador Luiz Henrique da Silveira, na medida em que ele pressiona os prefeitos do Partido Progressista, o PP, para se voltarem contra os deputados que subscreveram a CPI. Ele pressiona os prefeitos dos Partidos dos Trabalhadores também para se voltarem contra os deputados que subscreveram a CPI. Ele busca instigar, fustigar uma rivalidade dentro dos partidos. Ele vai lá e põe o dedo no partido para ferir. Isso é muito grave, porque ele trabalha de maneira inclusive a criar animosidade interna, e fragiliza a convivência democrática nos partidos.

Por isso, quero apenas acrescentar ao discurso de v.exa. essa constatação e lamentar esse tipo de comportamento de um governador que está no exercício do Poder Público em Santa Catarina.

Parabenizo v.exa. pela sua manifestação.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputado Afrânio Boppré, incorporo a sua manifestação ao meu pronunciamento.

Quero dizer, deputado Afrânio Boppré, que continuo recebendo ligações de prefeitos intimidados, assustados, questionando se devem assinar a tal carta que o próprio governo está mandando. E os prefeitos têm medo, porque foram assinados muitos convênios, foi feita muita promessa, houve convênio assinado até em guardanapo, que naturalmente não terá validade nenhuma, se o governador não quiser pagar, deputada Ana Paula Lima. E eles se estão sentindo no dever, na obrigação de encaminhar ofício para tentar receber parte do foi prometido.

É lamentável o que está acontecendo em Santa Catarina. E ainda se apresentam como um governo democrático.

Penso, deputado Jorginho Mello, que estamos voltando no tempo e espero que o governador possa recobrar o juízo, porque a pressão está muito grande. O prefeito Zeli de Oliveira da Luz, de Ouro Verde, por exemplo, ligou-me, antes de sair, e disse o seguinte: "Se a CPI for aberta, eu vou ter que sair do partido, senão, vou perder o dinheiro do asfalto".

Então, veja, deputado Gelson Sorgato, que existem várias formas de pressão, e essa é uma que v.exas. usam.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Romildo Titon, por até dez minutos.

(O Sr. Deputado Romildo Titon declina da palavra.)

A presidência solicita aos srs. líderes que avisem os srs. parlamentares que a Ordem do Dia iniciará às 16h e que será votado o Orçamento no dia de hoje.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente! Até fiquei surpresa, pois quando cheguei, hoje, pela manhã, havia uma lista enorme. Desde ontem que estou querendo me manifestar nesta tribuna e fiquei feliz por poder me pronunciar no dia de hoje.

Muito boa-tarde, sr. presidente, srs. deputados, público que nos dá a honra da sua visita nesta Casa, público que nos acompanha pela TVAL e também pela nossa rádio da Assembléia Legislativa.

(Passa a ler)

"O meu pronunciamento nesta tribuna é, na verdade, um apelo em nome da moralidade. Não nos podemos, deputadas e deputados, mais uma vez, colocar perante a sociedade como aqueles que se beneficiam duplamente no simples cumprimento de suas obrigações, amparados num instrumento legal, mas que sem dúvida nenhuma é imoral, ao garantir um pagamento adicional pelo trabalho nas convocações extraordinárias."

Os jornais de circulação nacional e também de nível estadual já estão ventilando a possibilidade de o governador do estado chamar para o mês de janeiro deputados e deputadas desta Casa para votarem projetos de grande importância. Por enquanto, ainda é conversa de corredor.

(Continua lendo)

"Por isso, o meu apelo é para que esta Casa, numa atitude madura e ponderada, coloque em votação, se for possível, ainda esta semana, o Projeto de Decreto Legislativo nº 0011, de 15 de junho de 2005, de nossa autoria, cuja proposta é extinguir o pagamento adicional aos parlamentares nas convocações extraordinárias chamadas pelo Poder Executivo. Esse dinheiro pago aos deputados é imoral.

Nobres pares, não podemos calar diante dessa distorção, de uma tradição obsoleta, que não tem mais espaço nos dias atuais e num momento em que a população confia em seus representantes, ou seja, em nós, deputadas e deputados, para a tomada de procedimentos pautados pelo interesse coletivo. É inconsistente a defesa do recebimento do adicional pelas convocações extraordinárias simplesmente por estar amparado legalmente.

Nós, deputadas e deputados desta Casa, somos os legisladores. Cabe a nós promover as mudanças, para por fim a privilégios, como é o do pagamento das convocações extraordinárias. E caso, sr. presidente, não tenhamos consenso para a votação do projeto que propus extinguindo o pagamento das extraordinárias, então que tenhamos a maturidade para acertar com o governo do estado a nossa autoconvocação, evitando assim que os cofres públicos sejam sangrados com mais de R$ 1 milhão.

Meu apelo é para que nós, que não somos em nada melhores que todos os trabalhadores, possamos assumir aqui o compromisso de trabalhar no recesso, se isso acontecer, sem receber nenhum centavo adicional. É preciso acabar com a hipocrisia que domina o discurso de parlamentares de todo o Brasil, assim como assistimos em Brasília, onde deputados e senadores acusam o governo de querer emperrar CPIs, pelo simples fato de o presidente Lula não estar disposto a fazer convocação extraordinária.

Isso é uma farsa! Na verdade, setores do Congresso estão interessados em receber mais dois salários no mês de janeiro, pois não há nada que possa impedir o trabalho no Congresso. O Legislativo pode trabalhar no período que bem entender, sem que para isso seja necessária a convocação do Executivo. E quando o Executivo precisa do trabalho dos parlamentares, eles podem se autoconvocar, para evitar que o dinheiro dos impostos seja gasto com salários adicionais e extraordinários.

Assim, sr. presidente, meu apelo é para que a Assembléia de Santa Catarina dê o exemplo. Se não for extinto o pagamento das convocações extraordinárias, então que seja pela alternativa pontual da autoconvocação, em respeito ao povo, em respeito aos trabalhadores, em nome da ética e da moralidade e em rejeição à hipocrisia e aos interesses pessoais."

Sr. presidente, o projeto da bancada do Partido dos Trabalhadores para diminuir o recesso parlamentar não foi aprovado, infelizmente, por esta Casa, pois faltaram três votos.

Em junho de 2005, dei entrada nesta Casa ao Projeto nº 0011/2005, na comissão de Constituição e Justiça, mas até hoje não foi designado o relator para tal. Esse projeto não é de interesse individual, é de interesse de uma coletividade. A Assembléia Legislativa já foi palco de manifestações de diversas Câmaras de vereadores do estado de Santa Catarina e também fora do estado. E, graças a Deus, em muitas delas foi diminuído o tempo do recesso parlamentar.

Infelizmente, nós não fomos vencedores na aprovação desse projeto, mas a minha indignação é que o projeto já está tramitando há seis meses na comissão de Constituição e Justiça e ainda não foi designado um relator para esse projeto, que trata do não-pagamento das sessões extraordinárias convocadas pelo governador do estado.

Eu faço aqui um apelo, já que não teve andamento esse projeto, para que pelo menos a Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina - estou encaminhando um requerimento a v.exa. para que possa colher a assinatura dos deputados e das deputadas desta Casa -, faça a autoconvocação, porque isso já está previsto na nossa Constituição.

Quero ainda registrar para todo o estado de Santa Catarina que estive numa luta solitária, porque em todas as convocações extraordinárias feitas pelo governador Luiz Henrique da Silveira fui a única deputada desta Casa a devolver aos cofres públicos o dinheiro extraordinário. Pode ser que seja legal, mas eu entendo que é imoral receber esse dinheiro enquanto muitos trabalhadores de nosso estado e do Brasil estão clamando por uma diferença salarial um pouco maior.

Nós, deputados e deputadas desta Casa, não merecemos ganhar mais do que o salário que já nos foi designado. É para isso que viemos para cá, para fazer as mudanças necessárias. Não precisamos ganhar mais dois salários no mês de janeiro para aprovar projetos de interesse da nossa coletividade.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, srs. membros da mesa, sras. deputadas, srs. deputados, visitantes que nos honram com a sua presença, amigos telespectadores, imprensa falada, escrita e televisionada, assomo, hoje, à tribuna para fazer um relatório e uma prestação de contas das atividades que realizei neste ano de 2005. Vou procurar resumir, porque são muitas as atividades.

Fui homenageada com o título de cidadã florianopolitana, pelo vereador Alceu Nieckarz. Fiquei muito honrada em receber esse título, apesar de não ser uma pessoa nascida neste município.

Srs. deputados, através de incentivos dos meus colegas professores da rede pública estadual, porque sou professora também, fui incentivada por membros do Sinte para criar o fórum permanente para debatermos assuntos referentes ao estatuto do magistério - planos de cargos e salários -, sendo realizada, nesta Casa Legislativa, a primeira reunião, com a participação de membros do Sinte, representantes da secretaria de estado da Educação, representantes do Conselho Estadual de Educação e com a presença de alguns brilhantes parlamentares, como os deputados Lício Silveira, Paulo Eccel e Dionei Walter da Silva. E em breve estaremos dando continuidade aos debates desse fórum permanente.

Ainda, srs. deputados, quero dizer que participei de muitas audiências públicas com os nossos grandes parceiros, com a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, o Ministério Público e os conselhos tutelares de alguns municípios. Por quê? Porque faço parte, sou membro da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Discutimos, também, juntamente com algumas lideranças, a não-violência à mulher, sob a responsabilidade da presidente da comissão, deputada Ana Paula Lima, que presidiu essa audiência pública, ocasião em que eu não poderia estar ausente. Estiveram aqui presentes muitas lideranças, como a deputada federal Luci Choinacki, a senadora Ideli Salvatti, a dra. Zuleica Lenzi e representantes do Ministério Público.

No dia 12 de outubro, estive presente no ato público do Centro Federal de Educação (Cefet), ocasião em que, com a parceria Círculo Huma-nitas e do vereador Alceu Nieckarz, foram entregues vários brinquedos educativos para as crianças, porque eu sou autora do projeto do desarmamento infantil.

Estou procurando, deputados, resumir o máximo o meu relatório.

Estive presente, no Rio de Janeiro, em uma reunião da secretaria de Mulheres, da Unale, ocasião em que fui nomeada por essa secretaria representante no estado de Santa Catarina. Nessa reunião debatemos muitos assuntos, tais como a viabilização de verbas através do BID e da ONU, para dar assistência às mulheres das comunidades carentes, com prevenção do câncer de colo de útero, do câncer de mama, que têm levado muitas mulheres a óbito.

Participei, em Criciúma, juntamente com o brilhante líder do PSDB, deputado Clésio Salvaro, com o senador Marcelo Crivella, com o senador Leonel Pavan, com o prefeito daquele município e com demais autoridades da CPMI da imigração ilegal de pessoas para os Estados Unidos.

Tivemos ainda algumas conquistas com a ajuda dos 39 colegas parlamentares, como a aprovação do disque denúncia nas escolas da rede pública, a fim de que seja afixado em todas as escolas cartazes com os números dos telefones para receber denúncias de maus tratos às crianças. Toda criança que for violada em seus direitos poderá discar e receber a sua proteção.

Homenageamos algumas personalidades importantes, como, por exemplo, através da entrega da Medalha Vida Amábile, a sra. Tereza Gelbke, de Itaiópolis, no dia 26 de setembro. Realizamos, também, uma sessão solene em homenagem à Igreja O Brasil para Cristo, no seu jubileu de ouro. Entregamos, no dia 11 de agosto, a Medalha Antonieta de Barros à sra. Nilda Neves Sanches Bertoldi, de Jaraguá do Sul; entregamos a Medalha Carl Franz Hoepcke ao sr. Eduardo Saleme, da Omini Construtora e Grupo Omnicon; entregamos a Medalha Parceria Comunitária, no dia 30 de maio, para a nossa amiga Adelita Fernandes da Silva, da comunidade de Palhoça; e entregamos a Medalha Cruz e Souza, no dia 16 de maio, ao jornalista Nilton Góes.

Fizemos, ainda, uma homenagem ao Rotary Club Internacional pelo seu centenário. Participamos do aniversário do ECA, que reuniu autoridades dos três estados, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, no Centreventos. E reunimo-nos com as demais colegas deputadas no Dia Internacional da Mulher, na praça dos Três Poderes. E fomos até o Largo da Alfândega, no centro da capital, onde estavam presentes muitas mulheres.

Tivemos, ainda, mais uma vitória, que foi a aprovação do projeto da Cartilha dos Direitos do Paciente, com os seus 33 artigos.

Vou concluir, sr. presidente, no horário destinado aos Partidos Políticos, às 15h.

Eu fico agradecida e vou complementar…

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia)(Faz soar a campainha) - Esta presidência sugere que v.exa. permaneça na tribuna, pois o próximo horário está destinado ao seu partido.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PL.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Sorgato.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Sr. presidente, com a permissão da deputada Odete de Jesus, gostaríamos de registrar a presença do vice-prefeito de Faxinal dos Guedes, Jandir Luiz Carmignan, do vereador de Xanxerê, Rodrigo Vivan Fortes, e do assessor da prefeitura de Abelardo Luz, Joares, que estão acompanhado do prefeito, Nerci Santin.

É este o registro que faço, agradecendo à deputada Odete de Jesus.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A presidência registra a presença das visitas, gente boa do longínquo oeste catarinense, desejando que se sintam bem no Parlamento catarinense!

Continua com a palavra a deputada Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, além de ser um presidente, v.exa. tem sido um grande amigo de todos os parlamentares aqui nesta Casa. Muito obrigada pela sua dedicação a este Parlamento e por v.exa. estar sempre dando respaldo a todos nós, deputados.

Srs. deputados, ainda falando do brilhante projeto de aprovação da Cartilha do Paciente, com seus 33 artigos, quero dizer que tive o apoio de todos os parlamentares. Sozinha nesta Casa, sem a ajuda de todos os colegas, não conseguimos ser vitoriosos. É uma pena que esse projeto ainda não tenha sido implantado. Ele ainda está na gaveta, mas temos certeza de que em breve será implantado, para que possamos dar maior estrutura aos hospitais, pois assim os pacientes terão os seus direitos devidamente respaldados. Esse projeto dará maior estrutura aos hospitais, com medicamentos, com materiais cirúrgicos, com uma eficiente equipe de médicos e de cirurgiões e assim por diante. Mas não tivemos ainda a implantação.

Srs. deputados, podemos comemorar, no último sábado do mês de julho, o nosso projeto A Marcha para Jesus, quando reunimos milhares de pessoas de diversas denominações. Tivemos a presença do governador do estado, dr. Luiz Henrique da Silveira, do deputado Narcizo Parisotto, da Igreja Quadrangular, e de representantes das Igrejas Renascer, Palavra Viva, Sara nossa Terra e Assembléia de Deus.

Então, reunimos muitas denominações para comemorar o Projeto de Lei nº 13.174/2004, de autoria desta deputada, que institui o Dia Estadual da Marcha para Jesus, que deve ser comemorada no último sábado de julho.

Pudemos entregar a medalha ao professor Antônio Elízio Pazeto, uma pessoa boníssima e que já foi meu diretor no Colégio Estadual Paulo Schieffler, em Caçador. E ele foi homenageado com a medalha Castorina Lobo de São Thiago.

Colocamos aqui no nosso relatório a grande vitória que Porto União obteve através do governo do estado: o tratamento para as pessoas portadoras de câncer. O Hospital São Brás é uma referência, sendo que lá existe a Unidade de Oncologia, com excelentes profissionais. Esta foi mais uma grande conquista!

Agora, srs. deputados, uma coisa que nos deixou muito entristecida foi que ainda não tivemos a implantação do projeto do cursinho pré-vestibular gratuito para alunos carentes. Infelizmente, esta nossa lei ainda não foi implementada.

Está em discussão nesta Casa, deputado Lício Silveira, um projeto de suma importância para esclarecer à população o que é produto genérico, o que é produto similar e o que é produto de referência. Daqui a pouco estará tramitando aqui esse projeto, e gostaríamos de ter apoio dos srs. parlamentares. Esse nosso projeto não é para proibir a venda do produto similar, mas apenas para fixar cartazes esclarecendo as hipóteses de substituição de medicamento prescrito por médico. Então, gostaria de ter o apoio dos srs. deputados.

Tivemos grandes conquistas neste Parlamento. Atuamos nas comissões e procuramos participar delas: na de Educação, da qual eu faço parte, na de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, na de Finanças e Tributação e na da Saúde, presidida pelo brilhante deputado Onofre Santo Agostini.

Portanto, sr. presidente, demos a nossa contribuição aqui nesta Casa Legislativa.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Francisco Küster, por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, como o tempo é exíguo, quero, bem rapidamente, tratar de dois assuntos. Vou começar pelo Fundo Social.

Investigando a origem, vendo o que é o Fundo Social, onde surgiu e quem o inventou, acabei no Mato Grosso do Sul, na gestão do PT. Foi lá que nasceu o Fundo Social. O governador de Mato Grosso do Sul adotou esse procedimento para poder atender o universo das necessidades do povo daquele estado de forma mais ágil, mais rápida. Então, isso não é algo inédito. Já existe um exemplo, o PT fez escola. Aliás, foi um bom procedimento, tanto que é que me parece que o governador daquele estado foi bem sucedido com a criação do Fundo Social.

Vou falar aqui do Fundo Social. Ele deu resposta às demandas da população e aos anseios das entidades sem fins lucrativos e das prefeituras, que careciam de certo apoio e de um aporte de recursos por parte do governo do estado.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - É só para dizer que o Fundo Social do Mato Grosso não tem a base do Fundo Social de Santa Catarina nem do Fundo Social do Rio Grande do Sul. Não tem nada a ver com o ICMS e sim com o transporte rodoviário. Não tem nada a ver com o Fundo Social nem com ICMS. É bem diferente! E se v.exa. quiser, eu tenho toda a legislação.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Eu agradeço o aparte de v.exa., que corrobora com o meu pronunciamento. Eu consegui informações do Mato Grosso do Sul, e v.exa. adita informações do Rio Grande do Sul. Isso é muito bom, pois só fortalece o meu pronunciamento.

Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, é lógico que se o governo do estado dispõe de uma ferramenta dessa natureza, que facilita as ações do governo, que facilita a resposta aos pleitos com mais agilidade, isso inquieta a Oposição. Isso é óbvio! Agora, dizer que o governador do estado tem que ficar de braços cruzados assistindo ao bombardeio da Oposição e às críticas, algumas com um pouco de razão, mas na imensa maioria infundadas, é algo que não merece crédito.

Realmente, parece que o papel da Oposição é tentar buscar o insucesso do governo, mesmo que isso custe um prejuízo enorme à sociedade. O governo tem que fracassar, porque senão a Oposição não pode triunfar. Esse é o papel dela. A Oposição busca, obstinadamente, o insucesso do governo, repito, mesmo que isso custe prejuízos imensuráveis à sociedade e às suas demandas. E nessa queda-de-braço compete ao governo, com a competência peculiar que a ele é atribuída, escorar esse debate, sim, porque é o governo que tem que dar uma resposta às demandas, aos pleitos e às reivindicações da sociedade.

O governo não pode, só para ser bonzinho, ficar de braços cruzados vendo a banda passar, porque será triturado pela Oposição e será um governo fracassado. O governo tem, sim, no bom nível, é verdade, que escorar e dizer: "Estamos fazendo isso!" E o governador Luiz Henrique não se tem furtado a responder pedidos de informação dos parlamentares da Oposição. Ele tem atendido todos eles. Com base nas informações, fruto de expedientes aprovados nesta Casa, de autoria dos srs. deputados de Oposição, é que foi gerada essa proposta do desejo, da intenção de uma investigação através de uma CPI.

O governo não pode ficar indiferente! Ele tentou, de todas as maneiras, evitar a CPI do mensalão no Congresso Nacional; lutou com todas as forças para evitá-la. Como o governo federal se arrepende de não ter abortado aquele projeto! Não conseguiu e aconteceu a CPI. Só que lá a coisa era tão grave, que já estava transbordando. A bacia, o copo, o açude era muito pequeno para a enchente de coisas ruins que estavam acontecendo. E não é o caso aqui do estado, pois o governador está respondendo todos os pedidos de informação; há transparência total e absoluta! O governador Luiz Henrique não tem intenção de ocultar nada de quem quer que seja.

Se alguma coisa está sendo cometida equivocadamente, o governo também está tomando providências. As entidades que não prestaram contas devidamente, na letra da lei, estão sendo obrigadas a devolver os recursos recebidos. Essa é a resposta que o governo dá, porque sabe que não pode ocultar nada dos parlamentares.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Deputado Afrânio Boppré, voltarei a debater esse assunto e aí concederei, com muito prazer, um aparte a v.exa., até para estabelecer o contraditório, que torna mais claro aos ouvidos, aos olhos da gente catarinense o que acontece. São cristalinas as ações do governo do estado e ele está respondendo aos pedidos de informação feitos pelos srs. deputados, porque não há nada a ocultar!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR.PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o deputado Gelson Merísio, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Sr. presidente, deputado Julio Garcia, srs. deputados Lício Silveira e Pedro Baldissera e srs. deputados que estão presentes no plenário neste momento, assomo à tribuna nesta sessão legislativa para fazer o último pronunciamento do ano, em nome da Bancada do PFL. E, por coincidência, há exatos 12 meses estive pela primeira vez aqui, quando tomei posse no dia 14 de dezembro do ano passado. Vou aproveitar este tempo para falar sobre dois temas que me parecem extremamente importantes e que hoje vão ter um desfecho que, esperamos, virá ao encontro daquilo que quer a sociedade de Santa Catarina.

O primeiro deles é o projeto que aprovamos na comissão de Finanças, hoje pela manhã, que institui o Código de Defesa do Contribuinte. Sem nenhuma dúvida, será um dos projetos mais importantes que Santa Catarina terá aprovado no ano de 2005.

Nós temos um calhamaço de leis, um sem-número de códigos que trazem as obrigações, os deveres e as penalidades que são impostas aos contribuintes, caso descumpram qualquer desses artigos, e não temos nenhuma lei que proteja aquele pequeno empresário, aquele consumidor do interior do estado que tem os seus direitos e as suas garantias individuais muitas vezes violados por equívoco, por má condução ou por qualquer outro motivo, pela autoridade fiscal, pelo agente de governo que se faz representado.

Esse projeto que vai ser aprovado, hoje, que na comissão de Finanças teve aprovado o substitutivo global apresentado pelo deputado Antônio Ceron e também por este deputado na comissão de Economia, é fruto de um entendimento com as entidades empresariais de Santa Catarina, lideradas pela Fiesc. Ele será um marco em Santa Catarina do respeito que este estado demonstra pelo contribuinte. A partir da sua aprovação, aquele que se sentir agredido e prejudicado na ação da autoridade fiscal, terá uma lei clara, abrangente, um conselho de ética, que lhe dará ouvidos e, acima de tudo, que dará voz àquele que sempre é a parte mais fraca e é quem paga.

Por isso, ao passo que peço apoio de todos os deputados para a aprovação que, esperamos, seja unânime, quero ratificar aqui o belíssimo trabalho feito pelo deputado Antônio Ceron, que liderou a nossa bancada e também a representação empresarial, no sentido de ver, hoje, aprovado esse Código de Defesa do Contribuinte. Este será, sem dúvida alguma, um dos momentos mais importantes desta Casa.

Outro projeto que quero destacar no encerramento desta sessão legislativa, e que deverá ser a nossa última sessão ordinária, é o projeto de lei de autoria do governador em exercício à época, Julio Garcia, que depois foi aprovado aqui, nesta Casa, que concede 1% do Fundo Social, já que amplia de 5% para 6%, um fundo permanente de auxílio às Apaes de Santa Catarina. E digo isso não apenas pelo recurso que as Apaes vão receber, mas pelo incentivo e o estímulo que dá a todos que fazem política, a todos que têm uma vida pública.

Alguns acham que os deputados trabalham pouco, mas para quem está aqui dentro e trabalha de segunda a sábado, e muitas vezes até no domingo, seja nas sessões no plenário ou fazendo roteiros pelo interior, apenas a questão política pura não estimula mais a participação política, não motiva mais a participação pública. E com esse projeto, a cada Apae que visitamos, a cada contato que temos com as pessoas que voluntariamente trabalham lá e também com os alunos que participam das Apaes, conseguimos ânimo, força e motivação para continuar fazendo política e trabalhando no processo público.

Por isso, faço esse registro parabenizando, mais uma vez, o deputado Julio Garcia que, tenho certeza absoluta, representou não apenas os deputados estaduais, mas todas as pessoas públicas, os agentes políticos, que em qualquer instância fazem o serviço público e que muitas vezes desanimam, até porque a atividade pública tem sempre as suas mazelas e as suas dificuldades. E se não fosse pelo calor humano e pela emoção que um aluno especial da Apae nos transmite quando recebe a nossa visita, muitas vezes não haveria motivo para continuarmos.

Por isso essas são as minhas considerações. Na minha concepção, do ponto de vista da sociedade, esses são os dois projetos mais importantes que votamos neste ano. Claro que todos aqueles encaminhados pelo governo ou de origem parlamentar têm a sua importância pontual, como os que vamos votar aqui hoje, a lei orçamentária. Mas esses dois, na minha concepção, atingem dois pontos fundamentais na sociedade organizada e preservam a garantia individual: o Código de Defesa do Contribuinte e aquele projeto que fez com que nós, que fazemos política de forma séria e com transparência, pudéssemos ter também, no contato com essas pessoas especiais, um estímulo para continuar trabalhando. E esse projeto de lei da Apae com certeza interpretou essa vocação e esse desejo dos catarinenses.

Sucesso a todos os deputados, um feliz Natal, em nome da bancada do PFL a todos aqueles que conosco conviveram neste ano. O meu agradecimento àqueles que me ajudaram a aprender um pouco da vida parlamentar. E minhas desculpas àqueles com os quais não pude contribuir no debate, no processo político durante o ano, por falta de experiência ou de conhecimento.

Espero sinceramente no próximo ano poder cumprir com a minha missão, que é a de ser útil às pessoas de Santa Catarina, no meu caso especial, às pessoas do oeste.

A todos um bom 2006!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos partidos políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota por até quatorze minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, visitantes que nos dão a honra de prestigiar o Parlamento na tarde de hoje, quero rebater algumas críticas que, no meu ponto de vista, são infundadas e levianas. Então, eu não poderia deixar de responder.

Nobres pares, acredito que as pessoas se vão desesperando quando vêem o poder escapar das mãos. E escapou porque, evidentemente, cometeram vários equívocos. Aqui está um equívoco. O próprio deputado Altair Guidi é um equívoco. E vários equívocos fizeram com que o poder escapasse das mãos de algumas pessoas, que agora estão totalmente desesperados.

Vejo aqui outros parlamentares. Vejo e eminente deputado Antônio Carlos Vieira, que vem aqui criticar o governo, mas elogia quando é preciso elogiar, assim como o eminente deputado Celestino Secco. Agora, o sr. deputado Joares Ponticelli não tem nada para construir, ao contrário, todos os dias vem para destruir. E não vamos aceitar. Bate daqui, bate dali, agora vem batendo no compadre do governador para tentar jogar, reduzir e diminuir a competência do secretário da Fazenda, Max Bornholdt.

Quem não sabe que o secretário da Fazenda é um homem de bem? Quem não sabe que ele é um homem honrado? Orgulho-me de vir aqui defender o nome dessa pessoa, porque sei que ele tem dado a sua contribuição para que Santa Catarina possa crescer, ajudar, contribuir, desenvolver, gerar emprego; ele tem sido a mola mestra nesse aspecto.

Por isso, não posso deixar passar em branco e não defender uma pessoa honrada, de bem, que se tem dedicado de corpo e alma às finanças de Santa Catarina, buscando alternativas para que o nosso governo alcance todos os seus objetivos. Mas isso é muito pouco perto do que estamos ouvindo aqui.

Deputado João Henrique Blasi e deputado Rogério Mendonça, o governo do estado de Santa Catarina faz uma administração moderna, é um governo de descentralização; evidentemente, está alcançando apoio nos quatro cantos do estado. Ele não precisa usar o telefone nem pedir nada para ninguém para receber milhares e milhares de manifestações de apoio de prefeitos, de associações comerciais e de CDLs. São calhamaços de documentos chegando a cada instante nos nossos gabinetes. E isso acontece porque entendem que o governo é sério, transparente e está trabalhando para o povo catarinense. Portanto, o desespero, deputado João Henrique Blasi, é porque Luiz Henrique da Silveira é o novo líder que aparece em Santa Catarina, pois precisamos de pessoas novas no governo.

Aposto tudo no que disse o nosso pré-candidato, acrescentando que Amin não terá mais chances no governo. O eminente senador Jorge Bornhausen disse aqui, com todas as palavras, e em visita a Joinville, na sexta-feira, que pela primeira vez desaconselha a candidatura do Esperidião Amin. E aí o deputado Joares Ponticelli entra em desespero e pula para cá e para lá, sem saber o que dizer. São críticas infundadas, levianas, que realmente mostram quem é a pessoa.

Srs. deputados, falar que o governador é ditador?! Primeiramente, precisaria fazer uma reflexão sobre quantas vezes pegou o pano para engraxar as botas na época da ditadura, para depois vir aqui falar no nome do Luiz Henrique, um homem honrado, com um governo moderno, novo, da descentralização, um homem que enfrentou as trincheiras para que pudéssemos estar aqui falando para todos, democraticamente, para termos o direito de ir e vir e de poder trazer à tona os nossos sentimentos.

Será que o governador tem agora os 293 municípios? Porque estão chegando das associações, de todos os prefeitos, de todos os partidos, várias manifestações de apoio, repudiando esse ato. Essa é a razão pela qual vários prefeitos do PP, sempre através de discursos infundados, tentam enganar a população. Os prefeitos não agüentam mais e estão saindo, e aí é o governador que os aliciou para que saíssem. Só que eles saem para outros partidos, porque não agüentam mais essas críticas que não levam a nada e que estão destruindo, enquanto Santa Catarina está andando e muito bem.

É uma honra para nós termos o nosso ex-deputado Dado Cherem, secretário da Saúde, aqui na nossa Casa. Esta Casa é sua, sr. secretário. Queremos cumprimentar v.exa., que faz um brilhante trabalho na secretaria da Saúde.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Deputado, agradeço a gentileza de v.exa. e peço licença para roubar poucos instantes do seu precioso tempo, para proceder à leitura de um documento, que é importante não apenas pelo seu conteúdo, mas pela autoridade moral de quem o subscreve. É um ofício remetido à presidência da Assembléia, vazado nos seguintes termos:

(Passa a ler)

"Com os meus cumprimentos, sirvo-me do presente para manifestar a v.exa. e também aos demais pares desta Casa meu apoio irrestrito ao Fundo Social proposto pelo excelentíssimo sr. governador Luiz Henrique da Silveira, aprovado por esta Assembléia Legislativa.

O Fundo Social disponibiliza recursos financeiros imprescindíveis aos municípios catarinenses para a realização de obras e serviços em favor dos seus moradores. Convicto da importância do Fundo Social, solicitei o apoio do governo federal e, principalmente, a participação da Eletrobras, da Petrobras, como já acontece no Mato Grosso do Sul.

Assim, reitero meu apoio público ao Fundo Social e quero manifestar o meu descontentamento a qualquer iniciativa política que possa comprometê-lo, pois bem administrado proporcionará enormes benefícios para a comunidade catarinense.

Considerando os motivos acima, solicito também apoio aos deputados para a permanência e o fortalecimento do Fundo Social. Na distribuição de recursos os municípios são sempre prejudicados pelo sistema distributivo brasileiro, e o referido Fundo é uma forma de compensar essa deficiência.

Agradeço a atenção dispensada ao pleito, colocando-me à disposição para quaisquer informações adicionais."

Esse documento está assinado pelo prefeito municipal de Itajaí, ex-deputado Volnei Morastoni. Pergunto a v.exa. se teria sido o ex-deputado e prefeito Volnei Morastoni pressionado para assinar esse documento. Ou estaria fazendo por entender que é um instrumento legítimo, legal e que alavanca o desenvolvimento de Santa Catarina?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço o aparte de v.exa. e incorporo-o ao meu pronunciamento.

Quero dizer que isso serve para mostrar para este Parlamento que aqueles que têm rancor, raiva, que não conseguem construir, procuram buscar sempre obstáculos. Então, evidentemente que os prefeitos que são eleitos para ajudar a construir Santa Catarina, através de cada município, começam a se posicionar, como temos aqui esses documentos. São mais de 200 prefeitos e associações mandando fax.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não! Ouço v.exa., eminente deputado Rogério Mendonça, que com certeza contribuirá para mostrar para Santa Catarina o trabalho de um governo que só pensa no crescimento e no desenvolvimento da geração de emprego e renda, para fazer com que o nosso estado seja motivo de orgulho para o povo catarinense, como está sendo nesse instante.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Deputado Manoel Mota, muito obrigado pelo aparte.

Acredito que v.exa. e o deputado João Henrique Blasi já colocaram muito bem a situação do Fundo Social e o desespero dos nossos adversários, em relação a toda essa situação do Fundo Social. Mas se me permite, deputado Manoel Mota, na condição de presidente da comissão de Transportes desta Casa, quero, no horário do meu partido, PMDB, fazer rapidamente uma colocação em relação à BR-470.

Ontem, era para ser julgado no Tribunal de Contas da União aquele contrato da Ecovale, que permitiria, uma vez julgado e limpo da pauta, entrar no novo lote de licitação das parcerias públicas privadas, que o governo federal pretende fazer. Mas, infelizmente, novamente o ministro pediu vista do processo, que deverá ser julgado somente em janeiro.

O verão está aí novamente, e lembramos de muitos acidentes que aconteceram na BR-470, neste período, no ano passado. Inclusive, tenho batido muito nessa tecla e como presidente da comissão de Transportes desta Casa pretendo, no mês de janeiro, caso aconteça a convocação extraordinária, buscar uma reunião da comissão, para que se discuta essa situação. Vamos discutir com as partes envolvidas, e chamar também a senadora Ideli Salvatti, para analisar essa situação. E se for o caso, que possamos ir a Brasília, no Tribunal de Contas da União, pedir agilidade nesse processo, porque não podemos esperar mais pelo início da duplicação da BR-470.

Srs. deputados, se não entrar no próximo lote de licitações das parcerias públicas e privadas, talvez demore ainda 4 anos, 5 anos ou 6 anos, e não podemos esperar tanto. Por isso, deputado Manoel Mota, v.exa. que tanto está brigando pela duplicação do trecho sul da BR-101, também será nosso parceiro para que a comissão de Transportes faça uma reunião com todas as partes envolvidas discuta de vez esse imbróglio do contrato em relação à BR-470.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Nobre deputado, agradeço o aparte de v.exa. e incorporo-o ao meu pronunciamento.

Srs. deputados quero dizer com muita alegria que o governo do estado, mesmo com alguns problemas, ainda conseguiu superar e pegar a licença ambiental da serra do Faxinal e fará a ligação do sul de Santa Catarina com o norte do Rio Grande do Sul, transformando aquela região num segundo pólo turístico do nosso estado.

Por isso, o desespero do deputado Joares Ponticelli, pois seu governo não teve competência para fazer o aeroporto de Jaguaruna, a estrada do Camacho nem a ligação de Urussanga a Morro da Fumaça. Enfim, não tiveram competência nem para levar dinheiro para a cidade dele! Só fizeram o projeto, mas não tiveram competência de realizar. Foi o governo de Luiz Henrique que levou para a prefeitura para fazer os seus trabalhos.

Então, quem não tem competência tem que aplaudir aqueles que têm. O governo de Luiz Henrique da Silveira é um governo competente, criativo, que vem dando respostas a todo instante. Ele criou o Fundo Social, que na semana passada serviu de motivo para encher as galerias, pois as Apaes de toda Santa Catarina aqui vieram, e todos os deputados queriam votar a favor do projeto do deputado Julio Garcia, porque queriam ser aplaudidos. Agora, o Fundo Social já não presta mais!

Precisamos, srs. deputados, ter coerência e saber o que queremos e onde queremos chegar. E assim é o governo de Luiz Henrique: sabe o que quer e sabe onde vai chegar. Logicamente que isso gera desespero da Oposição, neste Parlamento, a todo instante!

Sr. presidente, vamos continuar trabalhando; vamos continuar realizando; vamos continuar fazendo obras; vamos continuar a repor os níveis salariais do servidor público do estado. Inclusive, hoje, os policiais militares estão aqui esperando por uma decisão deste Parlamento.

Santa Catarina vive um momento ímpar...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Vânio dos Santos.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Sr. presidente, reconheço que existem algumas obras de iniciativa do governo do estado de Santa Catarina. Agora, atribuir como obra do governo estadual o porto de São Francisco, o porto de Itajaí, a internacionalização do aeroporto de Navegantes, o aeroporto de Jaguaruna, a BR-282, a duplicação da BR-101, a Via Expressa Sul, é um absurdo, pois a contrapartida do estado tem sido a placa de identificação da obra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Dentro ainda do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Paulo Eccel, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Afrânio Boppré.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. presidente, quero apenas anunciar, enquanto o deputado Paulo Eccel se prepara para se pronunciar da tribuna, que a pesquisa do Ibope publicada hoje pela imprensa, mesmo que estejamos a praticamente um ano das eleições, mostra que a candidata do P-SOL, senadora Heloísa Helena, dependendo do cenário que se estabelece nas disputas, tem até 9% da preferência dos eleitores.

Dessa forma, quero compartilhar a minha alegria com os demais parlamentares, posto que um partido que nem sequer disputou uma eleição já tem a possibilidade de anunciar um resultado que considero extremamente positivo.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Sr. presidente, deputado Pedro Baldissera, demais membros da Mesa Diretora, srs. deputados, sra. deputada Ana Paula Lima, caros homens e mulheres da Aprasc, que estão acompanhando esta sessão com bastante atenção com vistas à votação desta tarde, que com certeza será muito importante para a categoria, cumprimento ainda todos aqueles que nos visitam nesta tarde e aqueles que nos acompanham pela TVAL.

Quero inicialmente, sr. presidente, em nome da bancada do PT, parabenizar a Mesa, em virtude da publicação do relatório de 2005 pelo órgão responsável desta Casa, que mostra o trabalho de cada um dos parlamentares da Assembléia Legislativa durante o ano de 2005. Trata-se, com certeza, de um importante documento que deveria chegar às mãos de cada catarinense, que poderia assim, de certa forma, acompanhar o trabalho de todos os deputados desta Casa.

Estamos mais uma vez no final do ano, na reta final dos trabalhos do Poder Legislativo. E é importante que neste momento façamos um breve balanço, uma breve retrospectiva de tudo aquilo que vivenciamos neste ano de 2005, pois para a classe política certamente foi um ano desafiador. Para nós, que estamos dedicando a nossa vida à questão política, é um ano que vai ficar marcado nas nossas histórias e que vai apresentar profundos reflexos no embate eleitoral do próximo ano.

Recentemente, quando ocupei um espaço aqui na tribuna, eu fazia questionamentos, deputado Vânio dos Santos: o que ficou dessa crise? Quais os pontos positivos? O que é que melhorou? A crise ajudou em quê? Qual a estrutura que foi modificada? Quais as estruturas que foram modificadas a partir de toda essa crise?

Tivemos a cassação do Roberto Jefferson porque ele não conseguiu comprovar que existia o mensalão. Por outro lado, tivemos a cassação de José Dirceu, porque ele era o chefe do mensalão. Dá para compreender uma situação dessas?

Não tivemos a reforma política, a reforma que todos discursamos; fizemos fóruns, inclusive aqui na Assembléia Legislativa; participamos de debates em outros estados; ouvimos discursos e mais discursos pela televisão, enfim. Mas na prática o que aconteceu? Que estrutura foi modificada? O que o eleitor, o que o povo brasileiro pode esperar a partir do ano que vem, depois de tudo que foi mostrado? Logicamente sabemos que muita coisa do que foi mostrada era apenas balão de ensaio, não tinha nada a ver, eram denúncias sem fundamentos, mas eram problemas gravíssimos, de operações envolvendo recursos públicos, de caixa dois de campanha eleitoral, que não é novidade para ninguém, embora neste ano tenham feito um estardalhaço como se tivessem descoberto pela primeira vez que alguém, que um partido tinha caixa dois em campanha eleitoral.

O que há de concreto? Faço esse questionamento porque, lamentavelmente, não consigo encontrar respostas de ações concretas, de mudanças no sistema legal, de mudanças no sistema legislativo, de mudanças em estruturas, que ocorreram neste ano. E isso me leva a crer, deputado Dionei Walter da Silva, que certamente o grande objetivo deste ano de 2005 foram dois: procurar violentar profundamente a imagem construída pelo PT durante os seus 25 anos - de fato, o 25, na nossa história, foi emblemático, deputado Onofre Santo Agostini. No ano que vem serão 26 anos, ou seja, duas vezes 13, mas 25 foi um número enigmático para a nossa história.

Um outro objetivo dessa crise é desgastar a imagem do governo federal, porque não consigo encontrar alternativa para essa crise que foi provocada. E quero trazer aqui um exemplo...

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini (Intervindo) - Deputado Paulo Eccel, no dia 25 nasceu o Redentor da humanidade.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Também.

Quero trazer aqui um exemplo, deputado Celestino Secco, para ilustrar essa minha informação ou essa minha perplexidade ou essa minha conclusão: o objetivo dessa crise, ou pseudocrise, foi macular o PT e desgastar a imagem do governo.

Na Folha de S.Paulo do último domingo, dia 11 de dezembro, a manchete principal, deputado Francisco de Assis, era do PT: "PT usou notas de empresas laranja". Hoje, o jornal Folha de S.Paulo também traz que o "PSDB usou notas de empresas laranja". Só que ao PT foi dada uma manchete garrafal, e o PSDB, hoje, com a mesma notícia, saiu num quadrinho. E aqui, qual é a manchete? "Valério deu presente de R$ 17,2 mil ao PT em 2002". Vamos abrir o jornal, deputado Antônio Aguiar, para ver quem ganhou esse presente e qual foi esse presente. Para nossa surpresa, a reportagem também mantém em manchete garrafal: "PT e políticos ganharam presentes de Valério". Eu fui procurar quem do PT recebeu presentes. Mas a matéria não identifica quem do PT que recebeu presente. Ao mesmo tempo ela diz que o ex-secretário nacional de Esportes, Lars Grael, no tempo de Fernando Henrique Cardoso, recebeu presente, assim como o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, mas não fala qual é o partido do governador. Diz que o governador do Distrito Federal recebeu presente, mas eles esqueceram de colocar que o governador é do PMDB. O PT recebeu presente, essa é a manchete. Agora, um governador do PMDB recebeu presente e não é motivo para estar na manchete.

Deputado Francisco de Assis: o secretário de Articulação Institucional do governo do Distrito Federal, Hélio Doyle também recebeu presente. E assim vai. Pimenta da Veiga, ex-ministro das Comunicações do PSDB, do governo Fernando Henrique Cardoso, também recebeu presente. A irmã do governador de Minas Gerais, Aécio Neves, do PSDB, Andréia Neves, recebeu presente. E a manchete ataca quem? Ataca o PT. E sequer a matéria traz o nome de quem teria sido o beneficiário com esse presente - presente de final de ano, das empresas de Marcos Valério.

Diante disso, entendo que é um exemplo que não deixa dúvidas de tudo aquilo que fomos vítimas em 2005, daquilo que o PT foi vítima. Desgastar a nossa imagem, desgastar o governo Lula, foi o grande objetivo das elites dirigentes e dos adversários do PT e do governo Lula.

O Sr. Deputado Francisco de Assis - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Pois não!

O Sr. Deputado Francisco de Assis - Deputado Paulo Eccel, líder da nossa Bancada, o que v.exa. traz hoje à tribuna demonstra a vergonha da grande mídia nacional, que assusta este país. Um jornal como a Folha de S.Paulo se prestar a esse tipo de serviço, demonstra com muita clareza o objetivo desses meios de comunicação: querer desestabilizar o país, torcer para que o país não dê certo. Isso é lamentável, tratando de um grande jornal.

Não paro por aí. Não são apenas os grandes jornais deste país; os pequenos e outros meios de comunicação vêm fazendo o mesmo, dando enfoque ao Partido dos Trabalhadores e deixando passar ao lado tudo o que acontece de podre na política brasileira, no estado de Santa Catarina e em nível nacional.

V.Exa. reproduz aqui a verdade, não apenas as manchetes, porque é assim que eles têm feito conosco. O ano de 2005 talvez tenha sido o pior da nossa história, mas, com certeza, a sociedade brasileira haverá de reconhecer todo esforço, todo trabalho do governo federal para melhorar a vida do nosso povo. E isso teremos de mostrar durante todo o ano de 2006, seja como v.exa. está fazendo hoje, da tribuna, seja através de ações concretas dos nossos mandatos espalhados por este país.

Parabéns!

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Obrigado, deputado Francisco de Assis.

Eu tenho aqui, sr. presidente, uma infinidade de outras manchetes de jornais envolvendo cada um dos partidos com assento nesta Assembléia. Consegui selecionar manchetes de todos os partidos, mas elas tiveram, deputado Altair Guidi, destaque muito pequeno na mídia, ao contrário do que teve o PT.

Então, é importante percebermos, e aí falo às nossos praças, aos nossos soldados, que geralmente a comunicação interessa a alguém; sempre existe alguém interessado atrás de uma comunicação. E tudo aquilo que estamos presenciando neste ano não é de graça, não é à toa.

Por que esse ataque específico ao PT? Por que atribuir ao PT situações que historicamente vêm sendo feitas e nunca foram denunciadas na história política brasileira?

Isso é lamentável, sr. presidente. Essa é a minha indignação e a minha manifestação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, eu estou cada vez mais convencido, deputado Celestino Secco, de que a cada nova investida do governo e dos seus, de que a CPI das subvenções sociais está preocupando demasiadamente o governo. Desde que o governador voltou da sua mais recente turnê internacional, ele não tem feito outra coisa. Agora são as cartas. É uma pressão violenta.

Ontem, o deputado Afrânio Boppré chegou a apresentar uma carta, anunciada pelo deputado Manoel Mota como sendo de uma determinada liderança, só que o número do fax é da secretaria regional. É uma farsa; é um governo muito trapaceiro; é um governo rasteiro, que joga pesado, que joga no porão, que na canela. É um governo que tenta impedir, de todas as formas, a Assembléia Legislativa de cumprir com o seu papel democrático, institucional, constitucional. Por que tanta preocupação? Por que o governo está tentando desqualificar, de todas as formas, a CPI? Quem disse que a CPI pretende acabar com o Fundo Social? Não é verdade!

O cidadão catarinense não pode ter a sua inteligência subestimada, como o atual governo está fazendo. Eu sei o que orienta a comunicação do governo, deputado José Paulo Serafim, são os princípios de Goebbels, o ministro das Comunicações de Hitler. É assim que o atual governo trabalha. Mas eles não vão conseguir enganar o tempo todo.

A CPI proposta, que vai ser lida hoje, pretende investigar cinco situações, deputado Celestino Secco, com denúncias gravíssimas - duas delas com o reconhecimento já por parte do secretário compadre pagador, o secretário da Fazenda, que admite, repito, que houve problemas. E o governo, não tendo como explicar, manda os seus virem aqui, o tempo todo, na tentativa de confundir a opinião pública de Santa Catarina. É a tentativa de intimidação, deputado Afrânio Boppré. É isso que pretende o governo: calar a pequena Oposição, calar a diminuída Oposição e fazer com que os que resistem e cumprem com o seu papel sejam calados a qualquer custo.

Não nos vão calar, sr. governador! Sei que vossa excelência nos assiste e manda uma boa parcela dos seus quase 50 secretários nos acompanhar e vigiar pela TVAL todos os dias, até porque é secretário demais para pouco serviço. Ficam assistindo à TVAL e depois é uma corrida para ver quem pode chegar no chefe primeiro para fazer uma mediazinha, e alguns aumentam, contam inverdades.

Sr. governador, vamos continuar cumprindo com o nosso papel, não nos vamos curvar, não nos vamos intimidar! Pode parar com a pressão, porque não nos curvaremos.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Deputado Joares Ponticelli, tão importante quanto essa CPI buscar averiguar esses cinco casos já constatados, verificados, apontados como objeto de investigação da CPI, é também darmos atenção à origem das receitas, a forma como esse dinheiro aportou no Fundo Social, se de fato atende aos preceitos da Lei nº 13.334, se atende aos preceitos da ética, da probidade, da moralidade administrativa.

No meu modo de entender, a CPI deve cumprir um duplo papel: investigar a saída dos recursos, a forma como estão sendo distribuídos para as entidades particulares e também a entrada desses recursos. Por isso considero extremamente importante e imperioso esse trabalho que vamos começar a desenvolver, logo a partir do ano que vem.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Afrânio Boppré.

O interessante, deputado Afrânio Boppré, é que o deputado Manoel Mota, na sua costumeira forma de agir, na tentativa de desqualificar, de fazer uma misturança, de confundir, porque ele mistura alhos com bugalhos - traz-se o assunto "a", e ele fala do "c" -, apropria-se de obras do governo federal, como diz o deputado Antônio Carlos Vieira, numa ação parecida com aquele famoso passarinho, o chupim, que, preguiçoso por fazer o seu ninho, apodera-se do ninho dos outros, como é o caso da BR-101 sul, que não tem nada a ver com o governo do estado. Aliás, o governador do estado esteve em Passo de Torres, junto com o deputado Manoel Mota, fazendo campanha, no dia 25 de junho de 2002, prometendo a ordem de serviço da obra e nunca cumpriu. Foi mais um estelionato que praticaram lá em Passo de Torres.

Por falar em Passo de Torres, deputado Manoel Mota, v.exa. que faz essa gritaria sobre as obras, eu estive sexta-feira fotografando a tal ponte, porque quem ouve v.exa. pensa que ela está construída sobre o rio Mampituba. Deputado Manoel Mota, lá não tem nem uma pazinha de areia! Não tem nada! Lá na ponte do rio Mampituba não tem nada, deputado Manoel Mota! Mas quem ouviu os seus discursos aqui, pensa que a ligação entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina já foi feita. Vocês prometeram a obra para setembro, o Natal chegou, e nada da obra, nem uma pazinha de areia, como também não chegou nada ainda da pavimentação Rio Fortuna/Santa Rosa. Quantas vacas já comeram, quantas cervejas, quantos foguetes? Mas nem um carrinho de mão trabalhando.

O trecho Jaguaruna/Camacho, sobre o qual v.exa. vem esbravejar de vez em quando aqui, está há três anos em obras e não tem nem um quilômetro pronto ainda! Não vão vencer até o final do governo nem aquela obra, que é a única na região que tem o DNA do atual governo; é a única, deputado Celestino Secco, que tem o DNA do atual governo. Estão há três anos e não anda. Vá andar por lá para ver como está aquele povo, e está chegando outra temporada.

Eu entendo o seu papel, deputado Manoel Mota. V.Exa. é o homem muito privilegiado pelo governo. V.Exa. tem tido a generosidade do governo e está cumprindo com o seu papel; é legítimo. Mas não confunda, não engane; a inteligência do povo catarinense não pode ser subestimada.

O Sr. Deputado Francisco de Assis - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Francisco de Assis - Deputado Joares Ponticelli, v.exa. está falando e eu, atentamente, aqui ouvindo e percebendo que o deputado Manoel Mota ria bastante enquanto v.exa. falava. A pergunta que fica no ar é se o deputado Manoel Mota ria porque v.exa. está mentindo ou está com vergonha da verdade que v.exa. está falando.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Francisco de Assis.

O deputado Manoel Mota tem cumprido com o seu papel, a missão dele aqui é confundir; é o que se ouve pelo estado todo. Ele não permite que façamos um bom debate. Por exemplo, vejo aqui os policiais militares de Santa Catarina.

Vocês lembram da sessão de outubro de 2003? Do discurso emocionado do deputado Manoel Mota, dizendo que no dia seguinte vocês seriam os policiais mais bem pagos de Santa Catarina? Eu disse naquela época que o aumento era virtual. Amanhã fará dois anos que a lei foi publicada e não chegou o dinheiro na conta ainda! Vocês estão aqui há dois anos implorando, humilhando-se, com a lei aprovada! E ele discursou aqui no dia da votação da lei, que tem mais de anos, e até agora nada! É enganação. Fizeram com vocês o que fizeram agora com os procuradores: aprovaram o aumento para entrar em vigor em 1º de janeiro de 2007, no dia em que o próximo governador assumir.

É assim que este governo está agindo. Ele está aqui humilhando mais uma vez uma categoria sofrida, que está esperando há mais de dois anos, já que a lei foi aprovada por unanimidade, com aquele discurso inflamado, e até hoje nada do dinheiro na conta. Foi aumento virtual, como prometiam. Vocês nem tinham que estar aqui, pois já existe a lei; ela está aprovada. O estado nunca arrecadou tanto. E por que não paga?

Agora, vão fazer mais um remendozinho, mais um conta-gotas, para ir enganando, para ir enganando. É assim que este governo tem agido, lamentavelmente. Mas nós vamos apoiá-lo, sim! Nós vamos dizer sim sempre, porque eles prometeram e têm de pagar! Afinal de contas, fizeram um grande discurso durante a campanha, e muita gente acreditou e votou. Nós estamos aqui ao lado de vocês e contem conosco para aprovar, porque queremos o pagamento da dívida.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Celestino Secco - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Celestino Secco.

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Sr. presidente, antes do início da Ordem do Dia e na qualidade de autor, solicito que seja retirado de pauta o Projeto de Lei nº 0404/2005, de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A presidência acolhe o requerimento do deputado Celestino Secco e determina à assessoria as providências.

Passaremos à Ordem do Dia.

A presidência, de posse da Mensagem nº 1.226, de autoria do sr. governador de Santa Catarina, retira de tramitação o Projeto de Lei nº 0243/2005, que cria o Fundo de Melhoria do Terminal Rodoviário Rita Maria.

Está, portanto, retirada a matéria de pauta por solicitação de requerimento do governador do estado, através da Mensagem nº 1.226.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei Complementar nº 0028/2005, de origem governamental, que dispõe sobre a carreira e a promoção das praças militares do estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Sobre este projeto recaem diversas emendas modificativas.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, trata-se de um projeto, sem dúvida alguma, importante, faz justiça às praças militares de Santa Catarina, já está tramitando há algum tempo na Assembléia e decorreu de muitas conversas e amplo entendimento com segmentos interessados, sobretudo a Associação das Praças - Aprasc -, que se faz presente nesta oportunidade.

Sucede-se, no entanto, sr. presidente, que foi apresentada uma emenda que é meritória, com a qual todos nós devemos no mérito concordar, que faz justiça também aos subtenentes, dando-lhes a possibilidade de, ao se inativarem, ao passarem para a reserva, perceberem os proventos de segundo-tenente. No entanto, essa emenda foi acrescentada pela Assembléia, não fez parte do projeto na sua versão original, e implica, segundo cálculos que me foram trazidos, um incremento mensal da ordem de R$ 300 mil.

De sorte, sr. presidente, depois de conversar há pouco com o deputado Onofre Santo Agostini, que é o subscritor dessa emenda, que eu pediria a v.exa. que por ora retirássemos essa matéria como a primeira da pauta para deliberação de hoje, a fim de que pudéssemos conversar com todos os segmentos interessados e acharmos uma alternativa que contemple dentro das possibilidades essa questão.

Então, o requerimento que faço a v.exa. é no sentido de que esta matéria permaneça na pauta, mas que não seja a primeira a ser deliberada, a fim de que possamos avançar esse óbice que no momento se coloca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A presidência atende o deputado João Henrique Blasi em seu requerimento e a matéria permanece na pauta da Ordem do Dia de hoje.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar nº 0040/2005, de origem governamental, que cria e inclui cargo de provimento em comissão no Anexo VI-A da Lei Complementar nº 0284, gestor do Fadesc, de 2005.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação, tratando-se de lei complementar, será nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA sim
DEPUTADO ANTÔNIO CERON sim
DEPUTADO CELESTINO SECCO sim
DEPUTADO CESAR SOUZA sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA sim
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS sim
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART sim
DEPUTADO GELSON SORGATO sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO sim
DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA
DEPUTADO JOSÉ SERAFIM sim
DEPUTADO JULIO GARCIA sim
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA sim
DEPUTADO MANOEL MOTA sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim
DEPUTADO NELSON GOETTEN sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim
DEPUTADO NILSON MACHADO
DEPUTADA ODETE DE JESUS sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI sim
DEPUTADO PAULO ECCEL sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA sim
DEPUTADO RENO CARAMORI sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA sim
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO SÉRGIO GODINHO
DEPUTADA SIMONE SCHRAMM
DEPUTADO VALMIR COMIN sim
DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS sim
DEPUTADO WILSON VIEIRA sim

Votaram 35 deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 35 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovado em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar nº 0042/2005, de origem governamental, em regime de urgência, que estabelece critérios para o usufruto de licença-prêmio e de licença especial e dá outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo que o queira discutir encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA sim
DEPUTADO ANTÔNIO CERON sim
DEPUTADO CELESTINO SECCO sim
DEPUTADO CESAR SOUZA sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS sim
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART sim
DEPUTADO GELSON SORGATO sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI
DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO sim
DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA sim
DEPUTADO JOSÉ SERAFIM sim
DEPUTADO JULIO GARCIA sim
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA sim
DEPUTADO MANOEL MOTA sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim
DEPUTADO NELSON GOETTEN sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim
DEPUTADO NILSON MACHADO
DEPUTADA ODETE DE JESUS sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI sim
DEPUTADO PAULO ECCEL sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA sim
DEPUTADO RENO CARAMORI sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA sim
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO SÉRGIO GODINHO
DEPUTADA SIMONE SCHRAMM
DEPUTADO VALMIR COMIN sim
DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS sim
DEPUTADO WILSON VIEIRA sim

Votaram 33 deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 33 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar nº 0049/2005, de origem governamental, em regime de urgência, que altera dispositivo da Lei Complementar nº 0284, de 2005, que estabelece modelo de gestão para a administração pública estadual e dispõe sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo (prorroga o prazo de extinção da FCC e da Fesporte).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Sr. presidente, este projeto é o mesmo que trata da restruturação da Casan?

Este projeto seria relatado por mim, mas eu não apresentei relatório, e, ao que me consta, está também apensado à restruturação administrativa da Casan.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Deputado, respondendo a questão levantada por v.exa., este é um projeto que trata exclusivamente da prorrogação do prazo de extinção da Fundação Catarinense de Cultura e da Fesporte, altera o § 6º do art. 150 da lei.

Em votação.

A votação será nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA Abst
DEPUTADO ANTÔNIO CERON sim
DEPUTADO CELESTINO SECCO Abst
DEPUTADO CESAR SOUZA sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS sim
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART sim
DEPUTADO GELSON SORGATO sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO
DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA sim
DEPUTADO JOSÉ SERAFIM sim
DEPUTADO JULIO GARCIA sim
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA abs
DEPUTADO MANOEL MOTA sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim
DEPUTADO NELSON GOETTEN sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim
DEPUTADO NILSON MACHADO

DEPUTADA ODETE DE JESUS sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI sim
DEPUTADO PAULO ECCEL sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA sim
DEPUTADO RENO CARAMORI sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA sim
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO SÉRGIO GODINHO
DEPUTADA SIMONE SCHRAMM sim
DEPUTADO VALMIR COMIN
DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS sim
DEPUTADO WILSON VIEIRA sim

Está encerrada a votação.

Temos 34 votos "sim", nenhum voto "não" e três abstenções.

Estão incluídos os votos dos deputados Wilson Vieira, Nilson Nelson Machado e Valmir Comin.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0245/2005, de origem governamental, em regime de urgência, que cria a taxa de vigilância sanitária animal e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Consulto os srs. líderes se podemos votar o projeto e a emenda juntos.

(As lideranças aquiescem.)

Havendo concordância das lideranças, em votação a matéria, sem prejuízo da emenda ou considerando a emenda.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria, com os votos contrários dos deputados Paulo Eccel, Afrânio Boppré, Francisco de Assis, Ana Paula Lima, Wilson Vieira, José Paulo Serafim e Paulo Baldissera.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0443/2005, de origem governamental, em regime de urgência, que altera a Lei nº 12.929, de 2004, que institui o Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais.

Ao presente projeto foi apresenta uma emenda modificativa e uma emenda aditiva.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Henrique Blasi, líder do governo nesta Casa.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, para eventuais ajustes ainda com relação a esta matéria, eu solicito, na esteira do que fiz em relação à primeira, que ela fique para o final da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a concordância de todos os srs. líderes, a presidência aquiesce com a manifestação do deputado João Henrique Blasi.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0469/2005, de origem governamental, em regime de urgência, que autoriza a alienação de imóvel, de propriedade da extinta Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina - Ioesc, no município de Florianópolis (construção do anexo da secretaria de estado da Administração junto ao Centro Administrativo do governo).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Celestino Secco - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Celestino Secco, líder do Partido Progressista.

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Sr. Presidente, por solicitação da minha bancada, solicitamos votação nominal para projeto dessa natureza.

Recomenda-se à bancada voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência atende o requerimento da bancada do PP e determina que a votação seja nominal.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ
DEPUTADO ALTAIR GUIDI sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA não
DEPUTADO ANTÔNIO CERON
DEPUTADO CELESTINO SECCO não
DEPUTADO CESAR SOUZA
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO sim
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART sim
DEPUTADO GELSON SORGATO sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI não
DEPUTADO JORGINHO MELLO sim
DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA sim
DEPUTADO JOSÉ SERAFIM sim
DEPUTADO JULIO GARCIA
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA não
DEPUTADO MANOEL MOTA
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim
DEPUTADO NELSON GOETTEN sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim
DEPUTADO NILSON MACHADO sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI
DEPUTADO PAULO ECCEL sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA sim
DEPUTADO RENO CARAMORI não
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO SÉRGIO GODINHO
DEPUTADA SIMONE SCHRAMM sim
DEPUTADO VALMIR COMIN não
DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS sim
DEPUTADO WILSON VIEIRA sim

Votaram 36 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 24 votos "sim", seis votos "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em turno único.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0470/2005, de origem governamental, em regime de urgência, que autoriza o Poder Executivo a alienar imóvel, no município de Florianópolis (construção junto ao Centro Administrativo).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Celestino Secco - Pela ordem, sr. Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Celestino Secco.

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Sr. presidente, por recomendação da minha bancada, também desejamos voto nominal e a recomendação para a bancada é voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A presidência determina, então, a requerimento da bancada do PP, a votação nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ não
DEPUTADO ALTAIR GUIDI sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA não
DEPUTADO ANTÔNIO CERON sim
DEPUTADO CELESTINO SECCO não
DEPUTADO CESAR SOUZA sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO sim
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS sim
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART sim
DEPUTADO GELSON SORGATO sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI
DEPUTADO JORGINHO MELLO sim
DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA sim
DEPUTADO JOSÉ SERAFIM sim
DEPUTADO JULIO GARCIA
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA não
DEPUTADO MANOEL MOTA sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO
DEPUTADO NELSON GOETTEN sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim
DEPUTADO NILSON MACHADO sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI
DEPUTADO PAULO ECCEL sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA sim
DEPUTADO RENO CARAMORI não
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA sim
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO SÉRGIO GODINHO
DEPUTADA SIMONE SCHRAM sim
DEPUTADO VALMIR COMIN não
DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS sim
DEPUTADO WILSON VIEIRA

Votaram 32 srs. parlamentares.

Temos 26 votos "sim", seis votos "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em turno único.

Discussão e votação em turno único da Mensagem nº 1.153/2005, de origem governamental, que trata do veto parcial ao Projeto de Lei nº 0286/2005, de autoria do deputado Wilson Vieira, que define diretrizes para a política de atenção integral aos portadores da doença de Parkinson no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela rejeição do veto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Wilson Vieira - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o deputado Wilson Vieira.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos prestigia, funcionários deste Poder, telespectadores da TVAl, quero pedir aos nobres pares que votem pela rejeição do veto, para que possamos estabelecer justiça social.

Na verdade, o parkinsoniano tem uma grande dificuldade em seus movimentos, em suas formas de atuação para poder viver com dignidade e com qualidade de vida. Então, é necessário que se dê medicação de forma universal, para que eles possam ter qualidade de vida necessária e possam acompanhar os passos da sociedade dia a dia.

Todo mundo que faz parte deste Poder sabe exatamente que sou um parkinsoniano e da dificuldade que tenho de trabalhar no dia-a-dia, mas tenho vontade de ser parlamentar, de poder ir a Cuba fazer uma cirurgia. Isso não é um direito de todos, mas é necessário que se garanta ao parkinsoniano, pelo menos, o direito mínimo de ter o medicamento de forma universal, fornecido gratuitamente, e também os tratamentos com fisioterapia e fonoaudiologia e todo o tratamento necessário para que o parkinsoniano possa ter qualidade de vida.

O Sr. Deputado Francisco de Assis - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Francisco de Assis - Sr. presidente, é importante o que o deputado Wilson Vieira está colocando. O veto do governador se dá justamente àquele artigo que trata do medicamento e da fisioterapia. Mas tudo isso perde o sentido do projeto se acatarmos o veto. Então, também engrosso fileiras ao deputado Wilson Vieira e conclamo todos os colegas deputados para derrubar o veto.

Com certeza, vamos manter o projeto original da forma como nós, deputados, votamos. Entendo que esse é um reconhecimento a um deputado que não está fazendo um projeto para ele, mas para todos os catarinenses que precisam efetivamente desse tratamento e desses cuidados.

Assim sendo, peço encarecidamente que todos os colegas deputados, de todos os partidos, ajudem-nos a derrubar esse veto.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Deputado Wilson Vieira, como se trata de veto e o voto é secreto, entendo que não cabe encaminhamento, mas só queria registrar publicamente a v.exa. que dentro da bancada todos nós conversamos e somos sensíveis ao projeto de sua autoria e entendemos que esta Casa fará justiça no caso da sua rejeição.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Muito obrigado, deputado Antônio Ceron.

O Sr. Deputado José Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado José Carlos Vieira - Prezado deputado Wilson Vieira, eu já tinha decidido, diante da sua exposição em particular, pelo mérito do seu projeto. Mas eu fico muito feliz que a minha bancada, a bancada do PFL, demonstra, mais uma vez, que não é por posições ideológicas que votamos sempre nesta Assembléia Legislativa. No caso do seu projeto, não é porque vem de um deputado do PT que não será votado. Nós votaremos a favor e eu quero, neste momento, elogiar a decisão conjunta do PFL que, mais uma vez, mostrou que é solidário nas horas em que precisa ser.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Muito obrigado, deputado José Carlos Vieira.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Dentinho, o meu líder, deputado Celestino Secco, permitiu-me fazer o encaminhamento em nome da bancada.

Quero dizer que nós somos de posição favorável ao projeto de v.exa. e entendemos que houve um equívoco na manifestação do governo pelo veto. Nós queremos ser parceiros do nobre colega derrubando esse veto, numa homenagem, acima de tudo, ao seu esforço e à lição de vida que v.exa. tem sido para os outros 39 deputados, para esta Assembléia Legislativa e para a sociedade catarinense.

Então, em homenagem também à sua lição de vida, votaremos pela derrubada do veto.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Deputado Dentinho, há muitos dias assumi um compromisso pessoal de votar na comissão de Constituição e Justiça pela rejeição do veto. Vamos votar pela rejeição do veto em nome do nosso líder, deputado Clésio Salvaro, em nome do deputado Francisco Küster, em homenagem a essas pessoas que precisam desse atendimento em Santa Catarina e, emblematicamente, por causa de v.exa.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Muito obrigado, deputado Jorginho Mello.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Pois não!

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Deputado Dentinho, v.exa. é um exemplo para todos nós, parlamentares desta Casa. V.Exa. olha pelo desassistido, pelo desamparado, pela pessoa que precisa de um respaldo. Eu, de maneira alguma, não poderia deixar de votar com v.exa. Conte comigo!

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Muito obrigado, deputada Odete de Jesus.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Deputado Dentinho, o nosso líder, deputado Manoel Mota, já liberou a bancada. Ele, pessoalmente, já me disse que vai votar pela derrubada do veto e, da mesma forma, este será o meu voto. Sem dúvida nenhuma, é um projeto que merece todo o nosso apoio. V.Exa. pode contar com o meu voto e acredito que de toda a bancada do PMDB também.

Meus parabéns pelo projeto, deputado Dentinho!

O SR. DEPUTAOD WILSON VIEIRA - Muito obrigado, deputado Peninha.

O Sr. Deputado Nilson Machado - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Machado - Deputado Dentinho, eu, juntamente com o PDT, vou acompanhá-lo neste projeto. Parabenizo v.exa. não só por este projeto, mas por tantos outros que apresentou nesta Casa. V.Exa. realmente é um grande parlamentar que tem feito diversos projetos que vêm ao encontro dos catarinenses, sendo realmente uma peça rara neste grande jogo de 40 deputados. Parabéns!

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Muito obrigado, deputado Duduco.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado Dentinho, quero parabenizá-lo pelo projeto e, como médico, dizer que v.exa. tem o nosso apoio. E convoco todos os deputados a votarem a favor dessa matéria, ou seja, derrubando o veto.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Muito obrigado, deputado.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Deputado Dentinho, gostaria de externar de público aquilo que disse a v.exa. na semana passada, quando me fez um apelo a respeito desse veto, compreendendo a abrangência social e as características especialíssimas desse projeto.

Cumpro agora, neste momento, o que me comprometi com v.exa. no sentido de deixar absolutamente liberados todos os companheiros que seguem a orientação do governo para que votem de acordo com o seu entendimento e, se for o caso, inclusive rejeitando o veto sem qualquer tipo de problema.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Muito obrigado, deputado João Henrique Blasi.

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - Deputado Dentinho, a nossa bancada já tem a sua posição anunciada, conforme já discutimos: de derrubada do veto e apoio ao projeto. Mas acho que esta é uma tarde que homenageia todas as pessoas que, como v.exa., têm um grande espírito de luta e muita sensibilidade.

No dia em que esta Casa discutiu o projeto de autoria do deputado Julio Garcia sobre a questão das Apaes, ouvimos o depoimento emocionado do deputado Dentinho, porque aquela também era uma luta sua, assim como também é essa expressa pelo seu projeto. Então, não poderia deixar de registrar aqui que é um prazer e uma honra conviver com s.exa. que, além de guerreiro, lutador, é também uma pessoa com um coração muito grande e de muita sensibilidade social. Meus parabéns!

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Muito obrigado, deputado Vânio dos Santos.

Sr. presidente, o nosso objetivo é derrubar o veto que o governador aplicou ao art. 3º, porque se for vetado esse artigo, o projeto perderá o seu objeto, a sua finalidade, e acabará não tendo resultado algum. Peço, portanto, que derrubem o veto, mesmo sendo parcial.

O Sr. Deputado Nelson Goetten - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Nelson Goetten - Deputado Dentinho, o meu líder já se manifestou, mas faço questão de estar aqui também para empenhar o meu apoio ao seu importante trabalho e também a esse projeto.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Muito obrigado, deputado!

Sr. presidente, eu gostaria de pedir aos demais deputados que pensem com o coração e votem favorável à derrubada do veto para que esse número de catarinenses que sofrem do mal de Parkinson possam ter melhor qualidade de vida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

A presidência alerta que o veto incide sobre ao art. 3º do projeto. Portanto, é um veto parcial.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os deputados que votarem "não" derrubam, rejeitam o veto.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Votaram 38 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 32 votos "não", seis votos "sim" e nenhuma abstenção.

Está derrubado o veto e mantido o projeto do deputado Wilson Vieira na versão original.

(Palmas)

Discussão e votação em turno único da Mensagem nº 1.183/2005, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei nº 0272/05, de autoria do deputado Antônio Carlos Vieira, que reinsere a Sessão V ao Capítulo II da Lei nº 3.938, de 1966, com a denominação e redação dessa lei, e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela rejeição do veto.

Em discussão.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Antônio Carlos Vieira, autor do projeto.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, é óbvio que este projeto não tem o apelo social nem humanitário que tem o projeto do deputado Wilson Vieira. Mas o meu projeto pretendia que os contribuintes inscritos em dívida ativa fossem incluídos num cadastro de inadimplentes, publicado no Diário Oficial do Estado, e que esses contribuintes que devem ao estado, que sonegam o estado, não pudessem transacionar com o estado.

O governo vetou, e vou me permitir ler alguns trechos. Primeiro, o governo acha que a forma redacional não é correta porque foram utilizados artigos da legislação vagos por revogação ou por exclusão para incluir novos artigos. Nós vimos que várias leis, e até a própria Constituição, normalmente usam artigos revistos.

Posteriormente, diz assim - isso está no voto do veto -:

(Passa a ler)

"Inicialmente cumpre observar, apenas para registro, que o texto padece de graves falhas no que concerne à técnica legislativa."[...][sic] Isto é, não poderiam usar a numeração de um artigo que já não se usa mais.

"Quanto ao mérito, a elaboração de um cadastro de inadimplentes encontra respaldo no art. 198 [...]."[sic] Então, é meritório. No mérito, o governo não veta.

Com relação à proibição de órgãos públicos transacionarem, diz o eminente parecerista que seria inconstitucional dizer que quem deve não pode transacionar. Na lei de transações, na lei que rege as licitações, está previsto que quem deve não pode transacionar. Quem não tiver certidão negativa, não pode transacionar.

Então, o meu objetivo com o projeto é bem claro: simplesmente fazer um cadastro de pessoas inadimplentes com os tributos estaduais. Quem é inadimplente, quem não pagou o seu tributo, vai ser registrado num cadastro e publicado no Diário Oficial. Para quê? Para provocar o chamamento para que eles venham regularizar a sua posição. Se eles pagarem, deputado Manoel Mota, eles passam a ser adimplentes e, por conseqüência, será retirado os seus nomes do cadastro e, automaticamente, passarão a poder transacionar com os órgãos públicos estaduais. Esse é o objetivo.

Agora, vetar pelo simples fato de que o artigo que foi aproveitado não existe mais, aí, sinceramente, eu não sei a razão efetiva do veto.

Por isso, considerando que o próprio veto diz que quanto ao mérito a elaboração de um cadastro de inadimplentes encontra respaldo no art. 198, § 3º, inciso II, do Código Tributário Nacional, que dispõe que não é vedada a divulgação de informações relativas à inscrição na dívida ativa da Fazenda pública, por outro lado, também quero dizer que essa legislação já é observada em alguns estados da federação, como o próprio Rio Grande do Sul.

Então, eu me permitiria solicitar dos nobres pares a rejeição do veto, para que possamos inserir esse cadastro de inadimplentes do ICMS, dos tributos estaduais. Porque se a pessoa deve e esse fato não for registrado em algum lugar, será uma inadimplência escondida, e creio, tranqüilamente, que toda inadimplência tem que ser a mais transparente possível, para que toda a sociedade saiba quem está sonegando um imposto que compete ser recolhido aos cofres estaduais.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Deputado, apenas quero fazer um questionamento, pelo seu conhecimento, pela sua experiência: no caso do contribuinte inadimplente, quando ele se inscreve para participar, por exemplo, do benefício do Fundo Social, ele tem que sair dessa secritude, dessa situação virtual, não estaria também o Fundo Social quebrando o próprio sigilo?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Não, pelo seguinte: o veto, inclusive, mencionou que se nós publicarmos e proibirmos...

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Neste sentido, há uma incoerência por parte...

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - É uma incoerência, porque no momento em que estamos permitindo que ele recolha para o Fundo Social... O meu projeto está fazendo um chamamento para que essas pessoas venham recolher no Fundo Social e fiquem regular.

Eu até imaginei, deputado Manoel Mota, que o governo ia bater palmas, porque isso facilitaria que os contribuintes devedores acertassem suas contas através do Fundo Social. Mas parece que com o veto o governo não deseja isso mas, sim, manter escondido quem lhe deve.

Então, o meu projeto não é uma novidade, não existe uma proibição dessa publicidade; por isso, faço um apelo às srs. deputadas e aos srs. deputados para que o veto seja derrubado e mantenha-se essa exigência de se publicar o cadastro de inadimplentes.

Inclusive, quero deixar bem claro que há três meses os jornais publicaram e deram cumprimentos ao estado do Rio Grande do Sul, que já fez a primeira publicação dos contribuintes devedores daquele estado da Federação.

Então, faço esse apelo e agradeço a v.exas. por me ouvirem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" votam com o encaminhamento que acaba de fazer o deputado Antônio Carlos Vieira.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, o encaminhamento é no sentido da manutenção do veto, uma vez que se trata da reinserção de um capítulo. Na verdade, isso não existe no Direito brasileiro. Está-se revigorando algo que existia; foi revogado e agora está sendo revigorado. É a chamada figura da repristinação que não é aceita no Direito brasileiro.

Por isso o nosso encaminhamento é no sentido de que o veto seja mantido pelos seus fundamentos.

O Sr. Deputado Nelson Goetten - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, parta encaminhamento de votação, o deputado Nelson Goetten.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Quero discordar da argumentação que o deputado Antônio Carlos Vieira fez aqui por uma razão simples, pois penso que o governo foi muito justo quando propôs este veto: imaginem um cidadão - e tenho casos de amigos empresários - que tem crédito para receber por parte do governo, porque é um exportador, e em contrapartida está inadimplente com o governo. Quer dizer, do governo ele não recebe e, de repente, tem que entrar numa lista de mau pagador. Acho que isso é muito injusto e por isso voto pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Votaram 37 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 17 votos "sim" e 20 votos "não".

Está mantido o veto.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, o ilustre deputado líder do governo pediu a inversão de pauta para o Projeto Lei Complementar nº 0028, que diz respeito a cargos e salários da Polícia Militar. Depois de uma discussão, tentamos chegar a um acordo, o que aconteceu.

Solicitei a v.exa. que submetesse à votação, porque este deputado teria que se retirar - e v.exa. sabe os motivos. Mas considerando o compromisso do sr. governador do estado de em janeiro sentar com este deputado, o deputado João Henrique Blasi e os representantes dos subtenentes, retiro a Emenda nº 1 e mantenho as demais emendas para votar, para não haver prejuízo no andamento desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar nº 0051/2005, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que institui o Código de Direitos e Deveres do Contribuinte do Estado de Santa Catarina e adota outras providências, em regime de prioridade através do RQS/0963/05.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Enquanto o deputado Antônio Ceron entra no plenário novamente, apenas gostaria de perguntar se está em votação o Código de Defesa do Contribuinte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Está em votação o Projeto de Lei Complementar nº 0051/2005, deputado.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Então, o deputado Antônio Ceron vai fazer o encaminhamento.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Antônio Ceron.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. presidente e srs. deputados, vou sintetizar no encaminhamento dizendo que este projeto de lei complementar é fruto de um trabalho desde o mês de abril, através do qual nós, parlamentares, com a participação do Conselho das Federações de Empresários do Estado de Santa Catarina, da OAB, do Sindifisco e também com a emenda substitutiva global do deputado Antônio Carlos Vieira, das quais foram aproveitadas 27 sugestões, e com o substitutivo global do deputado Manoel Mota, chegamos na formatação que hoje está sendo colocada à disposição dos srs. parlamentares.

Com certeza, aprovando hoje, estaremos construindo uma peça que dará um relacionamento moderno e de equilíbrio entre o órgão arrecadador do estado e os empresários, os contribuintes do nosso estado. Por isso faço um apelo para que votemos "sim" nesse projeto de lei complementar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Está encerrado o encaminhamento de votação, vamos abrir o painel de votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam e os que votarem "não" rejeitam.

O que está sendo votada é a emenda substitutiva global de autoria do deputado Antônio Ceron.

Está em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA sim
DEPUTADO ANTÔNIO CERON sim
DEPUTADO CELESTINO SECCO sim
DEPUTADO CESAR SOUZA sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO sim
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA sim
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS sim
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART sim
DEPUTADO GELSON SORGATO sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO sim
DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA sim
DEPUTADO JOSÉ SERAFIM sim
DEPUTADO JULIO GARCIA sim
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA sim
DEPUTADO MANOEL MOTA sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim
DEPUTADO NELSON GOETTEN sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim
DEPUTADO NILSON MACHADO sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI sim
DEPUTADO PAULO ECCEL sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA sim
DEPUTADO RENO CARAMORI sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA sim
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO SÉRGIO GODINHO
DEPUTADA SIMONE SCHRAMM sim
DEPUTADO VALMIR COMIN sim
DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS sim
DEPUTADO WILSON VIEIRA sim

Consulto se todos os deputados votaram.

(Pausa)

Votaram 39 srs. parlamentares.

Está encerrada a votação.

Temos 39 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Atendendo o requerimento do deputado Onofre Santo Agostini, vamos à votação do Projeto de Lei Complementar nº 0028/2005, de origem governamental, que dispõe sobre a carreira e a promoção das praças militares de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Existem diversas emendas modificativas sobre este projeto.

A Emenda de nº 01 foi retirada.

Foram aprovadas as Emendas nºs 03, 05, 07, 09 e 10.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Consulto os srs. parlamentares se podemos votar em conjunto o projeto e as emendas.

(As lideranças aquiescem.)

Com a concordância dos líderes e retirada a Emenda de nº 01, votaremos o projeto e as emendas.

Trata-se do projeto de lei complementar e a votação é nominal, no painel eletrônico.

Está aberto o processo de votação.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Henrique Blasi, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, encaminho pela aprovação da matéria, eis que superado aquele impasse que havia, ratifico na íntegra as palavras do deputado Onofre Santo Agostini, quanto ao entendimento que será feito no mês de janeiro. Trata-se de um projeto importante que irá fazer justiça às praças militares de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA sim
DEPUTADO ANTÔNIO CERON sim
DEPUTADO CELESTINO SECCO sim
DEPUTADO CESAR SOUZA sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO sim
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA sim
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS sim
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART sim
DEPUTADO GELSON SORGATO sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO sim
DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA sim
DEPUTADO JOSÉ SERAFIM sim
DEPUTADO JULIO GARCIA sim
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA sim
DEPUTADO MANOEL MOTA sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim
DEPUTADO NELSON GOETTEN sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim
DEPUTADO NILSON MACHADO sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI sim
DEPUTADO PAULO ECCEL sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA sim
DEPUTADO RENO CARAMORI sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA sim
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO SÉRGIO GODINHO
DEPUTADA SIMONE SCHRAMM sim
DEPUTADO VALMIR COMIN sim
DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS sim
DEPUTADO WILSON VIEIRA sim

Consulto se todos os srs. deputados exerceram o seu direito de voto.

(Pausa)

Está encerrada a votação.

Votaram 38 srs. deputados.

Temos 38 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0168/2005, de procedência governamental, que autoriza cessão de uso de imóvel no município de Balneário Camboriú (revitalização do Parque Ciro Gevaerd e criação do Centro de Eventos Regional de Balneário Camboriú - Santur).

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global e subemenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Eu só queria saber, sr. presidente, se foi alterada a ementa do projeto, porque não é mais cessão, agora é doação.

Hoje, quando foi aprovado na comissão de Finanças e Tributação fiz referência ao assunto e pedi que houvesse a alteração da ementa da lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A presidência solicita alguns segundos para localizar a emenda substitutiva global.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Na verdade, sr. presidente, tem razão o deputado Antônio Carlos Vieira, porque a emenda substitutiva global transformou a cessão em doação e, portanto, deverá haver a adequação da ementa do projeto.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Se não me engano, sr. presidente, consta da folha 59.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Sr. deputado Antônio Carlos Vieira, para esclarecer a dúvida de v.exa., a ementa do substitutivo global encaminhado pelo sr. governador do estado diz o seguinte: "autoriza a doação de imóvel no município do Balneário Camboriú.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, é para corrigir na aprovação a alteração doação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A ementa que aparece no painel é a ementa do projeto original e que foi substituído conforme relatei.

Em votação.

A votação será simbólica.

Os srs. deputados que aprovam a emenda substitutiva global ao projeto com a ementa devidamente alterada, sem prejuízo da subemenda, permaneçam como se encontram.

Aprovado, na forma da emenda substitutiva global e da subemenda modificativa.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0352/2005, de procedência governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Florianópolis (Fundação Nova Vida).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0397/2005, de procedência governamental, que altera para o período de 2006-2007 dispositivos da Lei nº 12.871, de 2004, modificada pela Lei nº 13.323, de 2005, que dispõe sobre o Plano Plurianual 2004-2007 e adota outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas aditivas, supressivas e modificativas.

Consulto os srs. líderes se podemos votar ao final a matéria que se refere ao Plano Plurianual e ao Orçamento.

(As lideranças aquiescem.)

Havendo a concordância dos srs. líderes, essa matéria fica para o final da votação.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0496/2005, de procedência governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Araranguá (construção de ginásio de esportes e parque infantil junto à Escola Estadual Básica Julieta Aguiar Bertoncini).

Ao projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0529/2005, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que fixa os subsídios do governador, do vice-governador e dos secretários de estado para o exercício de 2006, em conformidade com o disposto nos arts. 28, § 2º, da Constituição Federal, e 39, XV, da Constituição do estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, como essa matéria só foi discutida no âmbito da comissão de Finanças e Tributação, só gostaria que v.exa. nos informasse em quanto está sendo fixado.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente, estão mantidos os mesmos valores que já vêm sendo pagos, R$ 10.000,00 para o governador, R$ 7.000,00 para o vice-governador e R$ 6.000,00 para os secretários de estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Esclarecida a dúvida do deputado Joares Ponticelli, vamos à votação.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria em turno único.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 0016/2005, de autoria da Comissão de Finanças e Tributação, que homologa protocolos de ICMS e convênios de ICMS, celebrados pelo Confaz.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os senhores deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0291/2005, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Amigos da Região do Vale do Itajaí, em Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os senhores deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0323/2005, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do bairro Ribeirão Porto Franco, de Botuverá.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os senhores deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0364/2005, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública o Clube de Caça e Tiro Esportivo e Cultural União de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os senhores deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0400/2005, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública o Grupo de Idosos Amizade, de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os senhores deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0416/2005, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que declara de utilidade pública a Cáritas Comunitária de Ponte Alta do Norte.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os senhores deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0428/2005, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores (APP) da Escola de Educação Básica General Osório, do município de Três Barras.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os senhores deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0439/2005, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que declara de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Araquari.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os senhores deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0459/2005, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Associação Pais e Professores da Escola Básica Municipal Visconde de Taunay, do município de Blumenau.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os senhores deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0466/2005, de autoria do deputado Afrânio Boppré, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores da Foz do Rio Biguaçu.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os senhores deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0475/2005, de autoria do deputado Wilson Vieira, que declara de utilidade pública a Federação Catarinense de Desportos de Cegos e de Baixa Visão - Fecadesc, de Joinville.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os senhores deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0476/2005, de autoria do deputado Wilson Vieira, que declara de utilidade pública a Associação Catarinense de Apoio Multiprofissional ao Portador de Necessidades Especiais - Acampe, de Joinville.
Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os senhores deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0479/2005, de autoria do deputado Dionei Walter da Silva, que declara de utilidade pública o Centro Cultural Neue Heimat, de Jaraguá do Sul.
Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os senhores deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0482/2005, de autoria do sr. deputado Lício Silveira, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores de Cachoeiras, município de Biguaçu.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0499/2005, de autoria do deputado Manoel Mota, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores de Nova Vicença, de Timbé do Sul.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0510/2005, de autoria do deputado Julio Garcia, que declara de utilidade pública a Cooperativa Social de Pais, Amigos e Portadores de Deficiência - Coepad, com sede no município de Florianópolis.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Discussão e votação em turno único ao Projeto de Lei nº 0514/2005, de autoria do deputado Jorginho Mello, que declara de utilidade pública o hospital e maternidade Santa Terezinha, com sede no município de Salete.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0153/2005, de autoria da deputada Odete de Jesus, que dispõe sobre afixação nas prateleiras dos supermercados e similares de avisos com identificação de transgênicos.
Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que aprovam a emenda substitutiva global permaneçam como se encontram.
Aprovada a emenda substitutiva global.
Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0362/2005, de autoria da deputada Odete de Jesus, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos farmacêuticos e drogarias afixarem cartaz para esclarecer as hipóteses de substituição de medicamento prescrito por médico.
Foi apensado a este processo o Projeto de Lei nº 0403/2005, de autoria do deputado Cesar Souza.
Conta com o parecer favorável da comissão de Saúde.
Consulto a assessoria se não tem parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.
(Pausa)
Havia parecer contrário e foi derrubado no Plenário.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada a matéria na forma do projeto da deputada Odete de Jesus.
Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei 0404/2005, de autoria do deputado Celestino Secco, que institui o Dia Estadual de Proteção aos Animais.
Ao projeto foi apresentada emenda modificativa.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Turismo e Meio Ambiente.
Em discussão.
O Sr. Deputado Celestino Secco - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente!
O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Celestino Secco.
O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Sr. presidente esses são os autos dos quais pedi retirada na condição de autor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O pedido já foi atendido e a matéria já foi retirada de pauta.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0405/2005, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que dispõe sobre a obrigatoriedade de academias de ginástica, clubes esportivos e estabelecimentos similares exibirem placa de advertência sobre o uso inadequado de anabolizantes no estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Vamos votar a emenda modificativa e o projeto.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam a emenda e o projeto permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0498/2005, de autoria do deputado Manoel Mota, que dispõe sobre o Dia de Valorização da Ética na Política e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa e emenda supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria em primeiro turno.

Temos algumas matérias e peço a manifestação dos srs. líderes para votarmos, não estando na pauta.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0492/2005, de autoria do deputado Manoel Mota, que modifica o art. 1º da Lei nº 8.620, de 1992, que dispõe sobre a criação da Semana Juliana.

Podemos votar srs. líderes?

(Os srs. líderes aquiescem.)

Com aquiescência de todos os srs. líderes, vamos à votação.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Votaremos a emenda e o projeto.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Consulto os senhores líderes se podemos votar o Projeto de Lei nº 0027/2005, de autoria do deputado Afrânio Boppré.

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação do Projeto de Lei nº 0027/2005, de autoria do deputado Afrânio Boppré, que dispõe sobre os reflorestamentos com espécies exóticas.

Este projeto não tem parecer de nenhuma comissão, mas tramita na Casa desde o dia 16 de fevereiro.

Os srs. líderes determinam se podemos votar ou não sem o parecer das comissões.

(Os srs. líderes aquiescem.)

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Ceron.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. Presidente, eu preciso saber se o autor vai discutir o projeto, porque eu não tenho conhecimento do seu conteúdo. Eu gostaria de saber no mínimo da ementa, para podermos nos posicionar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ele trata do zoneamento agroecológico e socioeconômico. Entende v.exa?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sim. É o suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Devidamente esclarecido e com a concordância de todos os srs. líderes, vamos votar a matéria.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, registrados os votos contrários do deputado Herneus de Nadal, da deputada Ana Paula Lima e dos deputados Nelson Goetten, Onofre Santo Agostini, Antônio Ceron, Gelson Merísio e Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Vim me posicionar porque gostaríamos que o projeto fosse votado novamente, pois ele é complexo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A presidência deu todo o tempo para as manifestações. A matéria está aprovada, e a presidência não voltará atrás.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Nós requeremos verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Deputado, a votação foi encerrada e foi simbólica. Não dá para rever votação simbólica.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Mas nem a contagem de votos?

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, pedimos apenas a verificação de votação. Não deu tempo de fazer a contagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Se v.exa. não me acompanha, imagine...

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Imagino!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A votação está encerrada, e o projeto está aprovado.

Requerimento nº 0142/2005, de autoria do deputado Cesar Souza, que solicita que seja revisto o parecer da comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei nº 0472/2004, que concede ao idoso a gratuidade nos transportes coletivos intermunicipais e adota outras providências.

Atenção srs. deputados, o deputado Cesar Souza, através do Requerimento nº 0142/2005, pede a revisão de voto da comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei nº 0472/2005.

Se for aprovado o requerimento do deputado Cesar Souza, o projeto volta a tramitar nas comissões.

A ementa é a seguinte:

(Passa a ler)

"Concede ao idoso gratuidade nos transportes coletivos públicos intermunicipais".

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" são a favor do requerimento, portanto, alteram o parecer da comissão de Constituição e Justiça.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, peço a gentileza de v.exa. e os nobres pares, os líderes da Casa, trazer à decisão o Projeto de Lei nº 0455/2005, de minha autoria. Ele dispõe sobre um assunto que v.exa. professou. Nós todos, os 40 deputados, aprovamos, recentemente, o Fundo Social para os apaeanos, pessoas com deficiências físicas. Esse meu projeto entra na mesma linha.

Sr. presidente, hoje, se um deficiente físico tem condições motoras para dirigir, ele pode adquirir um veículo com isenção do IPI e do ICMS, mas se ele não pode dirigir, não existe isenção para o seu responsável - o pai, a mãe, o irmão. Já existe lei federal, mas esse projeto propõe conceder isenção não só para aquele deficiente físico que consegue dirigir, mas para os seus responsáveis, quando ele não consegue dirigir.

Faço um apelo para que esse projeto venha para o Plenário, sr. presidente, porque vai exatamente ao encontro daquela votação belíssima dos 40 deputados em favor do Fundo Social para as Apaes. E esse projeto vai na mesma esteira, porque tem o condão humanitário, pois aquela pessoa que tem condições de se locomover tem o benefício e a pessoa que não tem condições não o tem, e esse projeto prevê a concessão do benefício.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A presidência solicitou à assessoria para resgatar o projeto, e se houver condições votaremos hoje. Realmente, o mérito é de acordo com o que diz v.exa.: é de grande alcance social.

O Sr. Deputado Nelson Goetten - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nelson Goetten.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Acho que esse projeto é muito importante porque é verdade que tem deficiente que não pode se locomover e precisa de sua família. Por isso penso que tem de ser abrangente à família.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A presidência já pediu para resgatar o projeto e vai submetê-lo à votação, se houver condições.

Consulto os srs. líderes se concordam com a votação do Projeto de Lei nº 0341/2005.

(Os srs. líderes aquiescem.)

Discussão e votação do Projeto de Lei nº 0341/2005, de origem governamental, que autoriza doação de imóvel no município de Navegantes, para instalação do Centro de Recepção à Melhor Idade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Consulto os srs. líderes se concordam com a votação do Projeto de Lei nº 0241/2005.

(Os srs. líderes aquiescem.)

Discussão e votação do Projeto de Lei nº 0241/2005, de origem governamental, que aprova alteração da programação físico-financeira do Plano Plurianual de 2004/2007 na área da Segurança Pública, mais especificamente no trabalho prisional.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Consulto o líder do governo se já temos condições de votar o Projeto de Lei nº 0443/2005.

A presidência faz um apelo a todos os srs. deputados para que tão logo seja encerrada esta sessão votarmos em segundo turno e redação final essas matérias, ficando para votar hoje ainda o Plano Plurianual e o Orçamento. Portanto, faço um apelo a todos os parlamentares para que permaneçam em plenário.

A presidência solicita à assessoria que organize os projetos para votação em segundo turno e redação final, separando o que for de declaração de utilidade pública, para que este presidente possa submeter aos líderes para votação em bloco.

Com a palavra o sr. líder do governo, deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, a propósito do Projeto de Lei nº 0443/2005, que altera a Lei nº 1.299/2004, que instituiu o Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais, reafirmo a minha convicção de que é um projeto importante, meritório. Ele amplia áreas de atuação em relação às inicialmente previstas. No entanto, há algumas questões que demandam um exame mais aprofundado, razão pela qual requeiro o sobrestamento da tramitação dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Não entraria em votação no presente período da sessão legislativa, certo?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Certo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Acolhida a manifestação do deputado João Henrique Blasi e com a aquiescência de todos os líderes partidários, a matéria será deliberada em outro momento.

A presidência consulta os srs. líderes se as indicações, os requerimentos, as moções e os pedidos de informação podem ser votados na sessão de amanhã de manhã.

(Os srs. líderes aquiescem.)

Com a aquiescência de todos, assim vamos proceder.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pedi a palavra para restabelecer a minha posição em relação à votação de dois projetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Para registro e manifestação de v.exa., a votação já está encerrada.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. Presidente, para que seja registrado e que não fique nenhuma dúvida em relação ao Projeto de Lei nº 0245, o meu voto foi contrário, mas não fui citado. V.Exa. estava ao meu lado e não me viu. Para que não haja dúvidas lá na frente em relação à posição deste deputado, quero que fique registrado que o meu voto foi contrário.

Em relação ao Projeto de Lei nº 0027/2005, é a mesma situação: quero que fique registrado na Casa para que não reste nenhuma dúvida de que também fui voto contrário nessas duas votações, no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A presidência acolhe a manifestação do deputado Nilson Gonçalves, na forma regimental.

Está de posse da presidência, conforme solicitação do deputado Antônio Carlos Vieira, o Projeto de Lei nº 0455/2005.

Consulto os srs. líderes se nós podemos votar a matéria.

(Os srs. líderes aquiescem.)

Com a concordância de todos os líderes, deputado Antônio Carlos Vieira, o requerimento de v.exa. será atendido.

Discussão e votação do Projeto de Lei nº 0455/2005, de autoria do deputado Antônio Carlos Vieira, que dispõe sobre a isenção de ICMS na aquisição de automóvel por pessoas portadoras de deficiências físicas e seus representantes legais.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Carlos Vieira, autor do projeto, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, pedirei vênia a v.exas. para ler o texto de um pai.

(Passa a ler)

"Não consigo entender por que o nosso estado de Santa Catarina se omite e nega tal benefício para o deficiente físico não-condutor, dando claramente tratamento discriminatório ao cidadão que já é penalizado de todas as formas, algumas até humilhantes."

Então, em favor desse pai, Francisco Guinte Odebrech, de Timbó - ele não é meu eleitor, não o conheço -, peço vênia a v.exas. para que aprovem esse projeto porque ele é meritório, como é o do Fundo Social para as Apaes e como é o de autoria do deputado Dentinho. Faço um apelo para que ele seja aprovado pelos srs. deputados desta Casa.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Henrique Blasi, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, a proposta é meritória, mas esbarra em óbices, que já foram explicitados no projeto de natureza orçamentária, de natureza financeira; reconhecemos o merecimento dela, mas, nas circunstâncias em que posta, como posta, não há possibilidade de ser aprovada neste momento.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Ceron.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. presidente, votarei favoravelmente e recomendo à bancada que vote a favor do projeto.

O Sr. Deputado Celestino Secco - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Celestino Secco. O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Por solicitação da minha bancada, sr. presidente, peço que a votação seja nominal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Por requerimento da bancada do PP, a votação será nominal.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ	abs
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CERON	sim
DEPUTADO CELESTINO SECCO	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA	
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	sim
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA	sim
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS	sim
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER	não
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	não
DEPUTADO GELSON SORGATO	não
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	não
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ SERAFIM	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	sim
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NELSON GOETTEN	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO NILSON MACHADO	sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
DEPUTADO PAULO ECCEL	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SÉRGIO GODINHO	
DEPUTADA SIMONE SCHRAMM	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS	sim
DEPUTADO WILSON VIEIRA	sim

Votaram 35 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 25 votos "sim", nove votos "não" e uma abstenção.

Aprovado.

Sobre a mesa requerimento de autoria do sr. deputado Afrânio Boppré, consultando os srs. líderes se podemos votar o Projeto de Lei 0064/2005.

(Os srs. líderes aquiescem.)

Com a aquiescência de todos os srs. líderes a matéria será deliberada.

Discussão e votação do Projeto de Lei nº 0064/2005, de autoria do deputado Afrânio Boppré, que denomina Virgílio dos Reis Várzea a Escola Jovem de Canasvieiras, no município de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Há ainda um outro requerimento de autoria do deputado Afrânio Boppré para saber se podemos votar, por acordo de líderes, o Projeto de Lei nº 0106/2005, que veda nomeação e requisição de parente para os cargos que menciona no serviço público estadual.

Consulto os srs. líderes, e se todos concordarem, votaremos a matéria.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, eu concordo com a votação e aprovação, desde que possamos apresentar uma emenda propondo a implantação do projeto para dentro de dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A presidência dará o curso regimental.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. presidente, apenas para dar um bom andamento ao debate e à matéria que o deputado Peninha pretende adendar, desde que não prejudique a votação - no mais tardar até a última sessão, que será amanhã de manhã -, não teríamos nenhum problema em acolher a sugestão e debater a emenda do deputado Peninha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Se houver a emenda, deputado, a presidência dará o tratamento regimental. E se houver um acordo de líderes para que seja votado amanhã, sem problema.

Consulto os srs. líderes se podemos dar por recebida a emenda do deputado Peninha, com o compromisso de os líderes votarem na sessão de amanhã.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Não! Nós não concordamos com a emenda. Nós vamos votar o projeto da maneira que está.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Não havendo concordância de todos os srs. líderes, expresso na manifestação do deputado Antônio Ceron, a matéria está em discussão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Afrânio Boppré, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. presidente, não digo que essa matéria é uma das mais importantes que vamos votar neste findar de ano legislativo, mas eu a considero como uma das mais polêmicas, que tem dividido o debate em âmbito nacional, porque de fato há argumentos fortes dos dois lados. É uma matéria, no meu modo de entender, que visa disciplinar o exercício da função do gestor público, seja no âmbito do Poder Legislativo, do Poder Executivo ou do Poder Judiciário.

Durante todo o período que tramitou essa matéria, que visa vedar a prática da nomeação de parentes em cargos de confiança nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o que permeou a minha conduta foi não fazer alusão sequer a um sobrenome para dar como exemplo, a não fazer alusão sequer a um exemplo, seja no âmbito do Judiciário, do Executivo ou do Legislativo.

Tratei a matéria de maneira impessoal, de modo a permitir que o debate fosse feito a partir de uma concepção de política pública. Portanto, foi com esse entendimento, sr. presidente, que nos comportamos. E entendemos que é necessário disciplinar, discernir até aonde vai o interesse particular, o interesse familiar do interesse público, do bem comum. Por isso, essa matéria vai nesse disciplinamento.

Recebemos a grata notícia, enquanto estava em tramitação, na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, uma matéria com esse porte, com essa conotação, que o próprio Conselho Nacional de Justiça aprovou, para aplicação dentro de pouco tempo, uma resolução que também veda dentro do Poder Judiciário a prática do nepotismo. A partir de um conjunto de discussões, de um diálogo que estabelecemos com todos os parlamentares, com todas as bancadas, apresentamos, no dia de ontem, um substitutivo global, que foi acolhido pelo deputado relator João Henrique Blasi, que emitiu parecer favorável a partir da sua experiência.

Neste sentido, sr. presidente, quais são as questões que aperfeiçoamos como substitutivo? Primeiro, em vez de alcançar até parentes de terceiro grau, reduzimos para parentes de segundo grau. Em vez de abranger municípios, Câmara de Vereadores e prefeituras, abrange apenas os três Poderes no âmbito do estado, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2006. E, ainda assim, em vez de alcançar cargos de confiança e funções gratificadas, reduziu-se apenas para cargos de confiança.

Considero que foi uma sinalização no sentido de aperfeiçoar, de aprimorar e de amadurecer o nosso projeto.

Sr. presidente, peço a todos os deputados para que fechemos este ano legislativo com uma notícia boa para Santa Catarina, que possamos dizer que a Assembléia Legislativa inicia um processo, assim como o Judiciário, no sentido de dar outro encaminhamento a esse tipo de prática que é o nepotismo.

Sr. presidente, pedindo, então, o apoio de todos os deputados, solicito, ao mesmo tempo, a votação nominal.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sinceramente, sr. presidente, até agora não sei o que é nepotismo.

Nepotismo é dar emprego para quem trabalha ou para quem não trabalha?

Eu quero saber o seguinte: quem é que vai empregar os meus parentes se eu não os encaminhar para trabalhar?

Eu quero deixar bem claro que já tive filha demitida em estágio porque eu tinha sido um secretário anterior. A minha filha foi demitida, logo depois, de um estágio probatório. A minha outra filha, recentemente, foi demitida de um emprego que não tem nada a ver com o estado, nada com lugar algum.

Eu não sou empresário, mas o empresário podia colocar os parentes, os filhos, os familiares na sua empresa, trabalhando ou não trabalhando.

Eu não sou a favor, absolutamente, de colocar parentes em cargos para não trabalhar. Eu sou contra o não-trabalho. Seja familiar ou não familiar, tem que trabalhar. Agora, começarmos a cortar na própria carne?!

Eu quero saber, deputado Afrânio Boppré, onde é que eu vou? Eu tenho filhos que estudam, que trabalham; tenho parentes. Então, esses estão desvinculados? Não podem ser competentes para trabalhar comigo?

Olha, sinceramente, não estou preparado, até, com a emenda do deputado Peninha de levar para dois anos. Eu até apreciaria essa hipótese, porque em dois anos se regularizaria ou acertaria muita coisa, mas agora, de imediato, aplicar, cortando na própria carne, sr. presidente, eu voto contra e aqueles que quiserem me acompanhar serão muito bem-vindos.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Pela ordem, sr. presidente, para título de esclarecimento ao deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Afrânio Boppré, para fazer um esclarecimento.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Deputado Antônio Carlos Vieira, o substitutivo global acolhe a vigência dessa lei para 31 de dezembro de 2006. Portanto, a aplicação não é de imediato, teríamos ainda um intervalo de um ano para que houvesse qualquer tipo de necessidade de adaptações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Está esclarecido.

O Sr. Deputado Francisco de Assis - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Francisco de Assis.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Sr. presidente, é importante ressaltar que esse debate sobre o nepotismo não é recente, é muito antigo em todos os níveis, em nível de estado, de município e em nível de Federação. Dificilmente consegue-se um consenso ou um acordo para votar matéria tão importante e tão polêmica. Agora, essa questão do nepotismo está presente em todos os setores públicos porque muitos se aproveitam da sua situação, seja de secretário, de parlamentar ou do Executivo, para empregar parentes.

O deputado Vieirão coloca isso até com bastante propriedade. Eu entendo que o importante é que as pessoas que forem designadas para os cargos trabalhem. Agora, a verdade é que muitas vezes maus políticos empregam os seus parentes, filho, sogra, sogro, primo, e esses não trabalham! Então, a única forma de evitar que isso aconteça é aprovando uma lei proibindo que políticos que tenham mandato empreguem sua família em detrimento dos demais servidores públicos.

Acho que essa é a grande questão. Por isso é que nós, deputados da Assembléia Legislativa, vamos dar esse presente para Santa Catarina, proibindo políticos com mandatos nesta Casa de empregarem os seus parentes. Acho que é a melhor coisa que esta Casa poderia dar aos catarinenses no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Srs. deputados, temos um requerimento que solicita que a votação seja nominal. Portanto, a votação será nominal, através do painel eletrônico.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o substitutivo do deputado Afrânio Boppré e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA	não
DEPUTADO ANTÔNIO CERON	não
DEPUTADO CELESTINO SECCO	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA	
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	não
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA	sim
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS	sim
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER	não
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	não
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	não
DEPUTADO GELSON SORGATO	não
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	não
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGINHO MELLO	não
DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA	não
DEPUTADO JOSÉ SERAFIM	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	não
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NELSON GOETTEN	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO NILSON MACHADO	sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS	
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	não
DEPUTADO PAULO ECCEL	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	não
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	abst
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SÉRGIO GODINHO	
DEPUTADA SIMONE SCHRAMM	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS	sim
DEPUTADO WILSON VIEIRA	sim

Votarem 33 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 19 votos "não", 13 votos "sim" e uma abstenção.

Está rejeitada a matéria.

Consulto os srs. líderes se podemos votar o Projeto de Lei nº 0450/2005.

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0450/2005, de origem governamental, que autoriza doação de imóvel no município de Chapecó (implantação do serviço de atendimento móvel de urgência - Samu - e armazenamento da merenda escolar).

Ao presente projeto foram apresentadas emendas aditiva e modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Consulto os srs. líderes se podemos votar o Projeto de Lei nº 0279/2005.

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0279/2005, de autoria do deputado Celestino Secco, que acrescenta parágrafo ao art. 18 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina).

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, com o encaminhamento do deputado Celestino Secco, permaneçam como se encontram.

Aprovado na forma do substitutivo global, ressalta a presidência.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0391/2005, de autoria da deputada Simone Schramm, que dispõe sobre a publicação nos classificados dos jornais locais de advertência quanto à exploração sexual e maus tratos contra as crianças e os adolescentes e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentado substitutivo global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher e de Segurança Pública.

Há concordância dos srs. líderes para a votação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado na forma do substitutivo global às fls. 16 do projeto.

Consulto os srs. líderes se podemos colocar em votação o Projeto de Resolução de autoria do sr. deputado Francisco Küster.

(Os srs. líderes aquiescem.)

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução nº 0018/2005, de autoria do deputado Francisco Küster, que cria medalha de mérito desportista catarinense.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Consulto os srs. líderes se podemos colocar em votação o Projeto de Resolução nº 0011/2005.

(Os srs. líderes aquiescem.)

Havendo concordância de todos os srs. parlamentares e com a aquiescência do presidente da comissão de Constituição e Justiça, deputado Jorginho Mello, vamos colocar a matéria em discussão e em votação.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução nº 0011/2005, de autoria da deputada Odete de Jesus, que institui a criação da medalha de honra e mérito a Maurício Sirostyk Sobrinho, destinada a agraciar, homenagear e reconhecer, a cada dois anos, as entidades e/ou pessoas que prestam relevantes serviços sociais na área de educação infanto-juvenil.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A presidência consulta os srs. líderes se podemos ainda votar o requerimento de recurso subscrito por diversos srs. deputados.

Os deputados subscritores se dirigem à presidência inconformados com a decisão tomada pela comissão de Finanças e Tributação, que aprovou parecer contrário à tramitação do Projeto de Lei nº 0372/2005, que altera a Lei nº 7.541, de 1988, que dispõe sobre taxas estaduais, fazendo-o, com fulcro no Regimento Interno, para requerer que seja o referido parecer submetido à apreciação do plenário visando à continuidade da tramitação.

A presidência submete à votação o requerimento.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem com o requerimento rejeitam o parecer e aprovam o requerimento.

Votam contrariamente os srs. deputados Celestino Secco, Paulo Eccel, Francisco de Assis, Antônio Carlos Vieira, Afrânio Boppré, Gelson Merísio, Wilson Vieira, Vânio dos Santos, Dionei Walter da Silva e Lício Silveira e abstém-se o sr. deputado Nilson Gonçalves.

Há necessidade de conferirmos os votos.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, é a mesma situação daquela anterior do projeto do deputado Afrânio Boppré. É visível que há uma maioria favorável, no entanto, a solução está sendo diferente.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Afrânio Boppré.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. presidente, permita-me corrigir. Neste caso, o presidente da sessão não declarou o resultado da votação.

Então, v.exa. tem todo o direito regimental de fazer uma nova votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Assiste razão ao deputado Afrânio Boppré.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Mas a verificação de votação, sr. presidente, é legal. Eu acato a decisão de v.exa., mas ela...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação o requerimento.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o requerimento e os que votarem "não" rejeitam-no.

A votação será nominal, por processo eletrônico.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, encaminhamos o voto "sim" porque se trata de taxas importantes para a atividade rodoviária do estado, do Deinfra, e elas repõem o índice inflacionário do período.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Está encaminhada a votação pelo deputado João Henrique Blasi.

Em votação.

O projeto será votado por processo eletrônico.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ	não
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA	não
DEPUTADO ANTÔNIO CERON	
DEPUTADO CELESTINO SECCO	não
DEPUTADO CESAR SOUZA	
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	sim
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA	não
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS	não
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	não
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO GELSON SORGATO	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ SERAFIM	não
DEPUTADO JULIO GARCIA	sim
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NELSON GOETTEN	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO NILSON MACHADO	
DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	
DEPUTADO PAULO ECCEL	não
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SÉRGIO GODINHO	
DEPUTADA SIMONE SCHRAMM	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS	não
DEPUTADO WILSON VIEIRA	não

Temos 18 votos “sim” e 12 votos “não”.

O requerimento está aprovado.

A presidência consulta os srs. líderes se podemos encerrar a presente sessão para, durante um intervalo de cinco minutos, organizar a votação do segundo turno e a da redação final, para depois votarmos exclusivamente o Plano Plurianual e o Orçamento.

(Os srs. líderes aquiescem.)

Com a aquiescência das lideranças, a presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, para hoje, às 17h45min.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 046ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2005 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Afrânio Boppré - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Celestino Secco - Cesar Souza - Clésio Salvaro - Dionei Walter da Silva - Francisco de Assis - Francisco Küster - Gelson Merísio - Gelson Sorgato - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Carlos Vieira - José Serafim - Julio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Nilson Machado - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Simone Schramm - Valmir Comin - Vânio dos Santos - Wilson Vieira.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO (pela ordem) - Solicita que o projeto da Fesporte seja votado ainda nesta sessão legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

As atas serão lidas na sessão ordinária de amanhã.

Passaremos à Ordem do Dia.

Conforme acordo de líderes, vamos votar em segundo turno as matérias aprovadas na sessão anterior.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 0153/2004, de autoria da deputada Odete de Jesus, que dispõe sobre afixação nas prateleiras dos supermercados e similares de avisos com identificação de transgênicos.

Ao projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A votação foi na forma da emenda substitutiva global, como em primeiro turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 0362/2005, de autoria da deputada Odete de Jesus, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos farmacêuticos e drogarias afixarem cartaz para esclarecer as hipóteses de substituição de medicamento prescrito por médico.

Foi apensado a este processo o Projeto de Lei nº 0403/2005, de autoria do deputado Cesar Souza.

Conta com parecer favorável da comissão de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 0405/2005, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que dispõe sobre a obrigatoriedade das academias de ginásticas, clubes esportivos e estabelecimentos similares a exibir placa de advertência sobre o uso inadequado de anabolizantes no estado de Santa Catarina.

Ao projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 0498/2005, de autoria do deputado Manoel Mota, que dispõe sobre o Dia de Valorização da Ética na Política e adota outras providências.

Ao projeto foi uma emenda modificativa e uma emenda supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação o projeto e as emendas.

Os srs. deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 0492/2005, de autoria do deputado Manoel Mota, que modifica o art. 1º da Lei 8.620, que dispõe sobre a criação da Semana Juliana.

Ao projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação a emenda e o projeto.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 0455/2005, de autoria do deputado Antônio Carlos Vieira, que dispõe sobre a isenção de ICMS por pessoas portadoras de deficiência física e seus representantes legais.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 0064/2005, de autoria do deputado Afrânio Boppré, que denomina Virgílio dos Reis Várzea a Escola Jovem de Canasvieiras, no município de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação a emenda e o projeto.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 0279/2005, de autoria do deputado Celestino Secco, que acrescenta parágrafo ao art. 18 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina (vereador).

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 0391/2005, de autoria da deputada Simone Schramm, que dispõe sobre a publicação nos classificados dos jornais locais de advertência quanto à exploração sexual e maus tratos contra crianças e adolescentes e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação a emenda substitutiva global.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0372/2005, de procedência governamental, que altera a Lei nº 7.541, de 1988, que dispõe sobre as taxas estaduais (atos do Deinfra).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar nº 0040/2005, de procedência governamental, que cria e inclui cargo de provimento em comissão no Anexo VI-A da Lei Complementar nº 284, de 2005 (gestor do Fadesc).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria em segundo turno.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA sim
DEPUTADO ANTÔNIO CERON sim
DEPUTADO CELESTINO SECCO sim
DEPUTADO CESAR SOUZA
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS sim
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART
DEPUTADO GELSON SORGATO sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI
DEPUTADO JORGINHO MELLO sim
DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA sim
DEPUTADO JOSÉ SERAFIM sim
DEPUTADO JULIO GARCIA sim
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA sim
DEPUTADO MANOEL MOTA sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim
DEPUTADO NELSON GOETTEN sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim
DEPUTADO NILSON MACHADO
DEPUTADA ODETE DE JESUS
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI
DEPUTADO PAULO ECCEL
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA sim
DEPUTADO RENO CARAMORI sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA sim
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO SÉRGIO GODINHO
DEPUTADA SIMONE SCHRAMM sim
DEPUTADO VALMIR COMIN
DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS
DEPUTADO WILSON VIEIRA

Votaram 26 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 26 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar nº 0042/2005, de procedência governamental, que estabelece critérios para o usufruto de licença-prêmio, de licença especial e dá outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria em segundo turno e os que votarem "não" rejeitam a matéria.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ
DEPUTADO ALTAIR GUIDI sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA sim
DEPUTADO ANTÔNIO CERON sim
DEPUTADO CELESTINO SECCO sim
DEPUTADO CESAR SOUZA
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA sim
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART sim
DEPUTADO GELSON SORGATO sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI
DEPUTADO JORGINHO MELLO
DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA sim
DEPUTADO JOSÉ SERAFIM
DEPUTADO JULIO GARCIA sim
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA sim
DEPUTADO MANOEL MOTA sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim
DEPUTADO NELSON GOETTEN
DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim
DEPUTADO NILSON MACHADO
DEPUTADA ODETE DE JESUS
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI
DEPUTADO PAULO ECCEL
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA sim
DEPUTADO RENO CARAMORI
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA sim
DEPUTADO ROMILDO TITON
DEPUTADO SÉRGIO GODINHO
DEPUTADA SIMONE SCHRAMM sim
DEPUTADO VALMIR COMIN
DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS
DEPUTADO WILSON VIEIRA

Votaram 21 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 21 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar nº 0049/2005, de procedência governamental, que altera dispositivo da Lei Complementar nº 284, de 2005, que estabelece modelo de gestão para a Administração Pública Estadual e dispõe sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo (prorroga prazo extinção FCC e Fesporte).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria em segundo turno e os que votarem votando "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA não
DEPUTADO ANTÔNIO CERON sim
DEPUTADO CELESTINO SECCO abstenção
DEPUTADO CESAR SOUZA
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA não
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS sim

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART sim
DEPUTADO GELSON SORGATO sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI
DEPUTADO JORGINHO MELLO
DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA sim
DEPUTADO JOSÉ SERAFIM sim
DEPUTADO JULIO GARCIA
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA abstenção
DEPUTADO MANOEL MOTA sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim
DEPUTADO NELSON GOETTEN sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES
DEPUTADO NILSON MACHADO
DEPUTADA ODETE DE JESUS
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI
DEPUTADO PAULO ECCEL sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA não
DEPUTADO RENO CARAMORI não
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA sim
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO SÉRGIO GODINHO
DEPUTADA SIMONE SCHRAMM sim
DEPUTADO VALMIR COMIN
DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS sim
DEPUTADO WILSON VIEIRA não

Votaram 28 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 21 votos "sim", cinco votos "não" e duas abstenções.

Está aprovada a matéria em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar nº 0051/2005, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que institui o Código de Direitos e Deveres do Contribuinte do Estado de Santa Catarina e adota outras providências, em regime de prioridade através do RQS/0963/05.

A votação é com base no substitutivo global de autoria do deputado Antônio Ceron.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA sim
DEPUTADO ANTÔNIO CERON sim
DEPUTADO CELESTINO SECCO sim
DEPUTADO CESAR SOUZA
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA sim
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS sim
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART sim
DEPUTADO GELSON SORGATO sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI
DEPUTADO JORGINHO MELLO
DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA sim
DEPUTADO JOSÉ SERAFIM sim
DEPUTADO JULIO GARCIA sim
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA sim
DEPUTADO MANOEL MOTA sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim
DEPUTADO NELSON GOETTEN sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim
DEPUTADO NILSON MACHADO sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI
DEPUTADO PAULO ECCEL sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA sim
DEPUTADO RENO CARAMORI sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA sim
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO SÉRGIO GODINHO
DEPUTADA SIMONE SCHRAMM sim
DEPUTADO VALMIR COMIN
DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS sim
DEPUTADO WILSON VIEIRA sim

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Gostaria de dizer o seguinte: o diretor-geral João Ghizzoni esteve na comissão de Constituição e Justiça no dia de ontem para conversar com todos os srs. deputados que fazem parte daquela comissão sobre a alteração na lei que normatiza a participação dos atletas amadores em Jogos Abertos, em jogos de Santa Catarina. Através de um entendimento de todos os srs. deputados, foi elaborado o Projeto de Lei nº 0526/2005, lido no expediente de ontem, aprovado na comissão de Constituição e Justiça e posteriormente foi para a comissão de Educação. Consultado o deputado Romildo Titon, que é o presidente da comissão, não teria nenhum óbice de ele vir a plenário para que pudéssemos votar a matéria, porque se não for votada este ano, não haverá condições de ela ter a sua eficácia e a sua vigência no ano que vem.

Assim sendo, solicito a v.exa. que indague ao presidente da comissão para que, com a concordância do deputado Romildo Titon e de todos os srs. líderes, possamos apreciar a matéria, uma vez que ela já está vindo da comissão de Constituição e Justiça para o plenário. Mas como é possível que se vote algum projeto, com a permissão das lideranças, mesmo sem parecer de comissões, faço esse pedido. Informo a v.exa. que já houve a aprovação na comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A presidência, tão logo o projeto chegue à mesa, submeterá à deliberação primeiro dos líderes e depois, se for aprovado, do plenário.

Votaram 32 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 32 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar nº 0028/2005, de procedência governamental, que dispõe sobre a carreira e a promoção das praças militares do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam em segundo turno. O projeto será votado como o foi no primeiro turno, ou seja, com a retirada da Emenda nº 1 e a manutenção das demais emendas citadas.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA sim
DEPUTADO ANTÔNIO CERON sim
DEPUTADO CELESTINO SECCO sim
DEPUTADO CESAR SOUZA
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO sim
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA sim
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS sim
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO
DEPUTADO GENÉSIO GOULART sim
DEPUTADO GELSON SORGATO sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI
DEPUTADO JORGINHO MELLO
DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA
DEPUTADO JOSÉ SERAFIM
DEPUTADO JULIO GARCIA sim
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA sim
DEPUTADO MANOEL MOTA sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim
DEPUTADO NELSON GOETTEN
DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim
DEPUTADO NILSON MACHADO sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI sim
DEPUTADO PAULO ECCEL sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA sim
DEPUTADO RENO CARAMORI sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA sim
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO SÉRGIO GODINHO
DEPUTADA SIMONE SCHRAMM sim
DEPUTADO VALMIR COMIN
DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS sim
DEPUTADO WILSON VIEIRA abstenção

Está encerrada a votação.

Votaram 30 srs. parlamentares.

Temos 29 votos "sim", nenhum voto "não" e uma abstenção.

Está aprovada a matéria em segundo turno.

A presidência retifica, a pedido do autor do voto, deputado Wilson Vieira, que seu voto não é abstenção e que é "sim".

Portanto, temos 30 votos "sim", nenhum voto "não", nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em segundo turno.

Consulto os srs. líderes se podemos apreciar o Projeto de Lei nº 0490/2005, de autoria do deputado Francisco Küster.

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0490/2005, de autoria do deputado Francisco Küster, que denomina Jacó Anderle o Centro de Educação de Jovens e Adultos - Ceja -, no município de Lages.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, aquela matéria objeto da votação no recurso é de turno único e teria, a meu juízo, que ser votada nesta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A presidência observará, sr. deputado João Henrique Blasi.

A presidência, conforme acordado entre os líderes, encerra a presente sessão convocando outra, extraordinária, para hoje, às 18h05min, para votação da redação final dessas matérias votadas em primeiro e segundo turnos.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 047ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2005 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às dezoito horas e cinco minutos, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Afrânio Boppré - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Celestino Secco - Cesar Souza - Clésio Salvaro - Dionei Walter da Silva - Francisco de Assis - Francisco Küster - Gelson Merísio - Gelson Sorgato - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Carlos Vieira - José Serafim - Julio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Nilson Machado - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Simone Schramm - Valmir Comin - Vânio dos Santos - Wilson Vieira.

SUMÁRIO

DEPUTADO CELESTINO SECCO (pela ordem) - Concorda com a inclusão na pauta da Ordem do Dia do PL nº 0526/2005.

DEPUTADO ANTÔNIO CERON (pela ordem) - Manifesta-se contrário à inclusão na pauta da Ordem do Dia do PL nº 0526/2005.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - solicita a inclusão na pauta da Ordem do Dia do projeto de lei que cria a Semana da Tradição Gaúcha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

As atas serão lidas na sessão ordinária do dia de amanhã.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 0490/2005, de autoria do deputado Francisco Küster, que denomina Jacó Anderle o Centro de Educação de Jovens e Adultos - Ceja, do município de Lages.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria sem segundo turno.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0245/2005.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A presidência registra os votos contrários na votação anterior dos srs. deputados Lício Silveira, Paulo Eccel, Antônio Carlos Vieira, Afrânio Boppré, Francisco de Assis, Ana Paula Lima, Reno Caramori, José Serafim, Pedro Baldissera, Nilson Gonçalves e Dionei Walter da Silva.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0469/2005.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada com votos contrários, tal qual no primeiro turno ou no turno único, dos deputados do PP.

Os deputados do PT votaram a favor no primeiro turno, votam contra na redação final?

Com os votos contrários da bancada do PP e com a concordância de todos.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0470/2005.

Não há emenda à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada com os votos contrários da bancada do PP.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0168/2005.

Não há emenda à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0496/2005.

Não há emenda à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0352/2005.

Não há emenda à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0241/2005.

Não há emenda à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0341/2005.

Não há emenda à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0450/2005.

Não há emenda à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0372/2005.

Não há emenda à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0011/2005.

Não há emenda à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Resolução nº 0018/2005.

Não há emenda à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0529/2005.

Não há emenda à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final de diversos projetos de lei que declaram utilidade pública.

A presidência consulta se pode ler as matérias e votar em bloco.

(As lideranças aquiescem.)

Votação da redação final dos Projetos de Lei nºs: 0400/2005, 0364/2005, 0323/2005, 0291/2005, 0416/2005, 0428/2005, 0439/2005, 0459/2005, 0466/2005, 0475/2005, 0476/2005, 0479/2005, 0482/2005, 0499/2005, 0510/2005 e 0514/2005.

Não há emendas às redações finais.

São essas as matérias de utilidade pública que submetemos à votação da redação final em bloco.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas todas as matérias.

Votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 0016/2005.

Não há emendas à redação final.

Os senhores deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 0028/2005.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 0095/2005.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 0049/2005.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 0042/2005.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 0040/2005.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 0391/2005.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 0279/2005.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 0064/2005.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 0445/2005.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 0492/2005.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 0498/2005.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0405/2005.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0362/2005.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Temos o Projeto de Lei nº 0153/2004, de autoria da deputada Odete de Jesus, que dispõe sobre a fixação nas prateleiras de supermercados de similares de avisos com identificação de produtos transgênicos.

No momento está em votação o primeiro turno, se houver a concordância dos srs. líderes. O requerimento é de autoria do deputado Jorginho Mello.

O sr. deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Concordo, mas sr. presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - V.Exa. terá a palavra pela ordem, mas primeiro a presidência está consultando os srs. líderes.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - V.Exa. está falando em nome da bancada do PFL?

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Não! Estou pedindo uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Então, a presidência primeiro vai consultar os srs. líderes.

Os srs. líderes concordam com a votação do Projeto de Lei nº 0526/2005, que normatiza a participação de atletas, representantes de municípios nas competições intermunicipais promovidas pelo Sistema Desportivo Estadual de Santa Catarina, através da Fundação Catarinense de Desportos?

Essa é a consulta que a presidência faz aos srs. líderes.

Com a palavra o deputado Celestino Secco, líder do PP.

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Sr. presidente, como relator dos autos na comissão de Constituição e Justiça e tendo emitido parecer favorável, concordo integralmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Antônio Ceron, líder do PFL.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - No final do ano passado nós aprovamos o projeto de lei que tratava deste assunto e o sr. governador do estado vetou.

Esta Casa criou no passado a lei que estabelece o funcionamento e as funções do Conselho Estadual de Desporto e ele é composto pelas pessoas que vivem o dia-a-dia do esporte de Santa Catarina.

Em primeiro lugar, entendo que esta matéria é para o Conselho Estadual de Desporto normatizar. Como é que agora, ao apagar das luzes, sem saber o que os municípios pensam, podemos votar?

Com todo o respeito ao deputado Jorginho Mello e atendendo o que este parlamentar pensa e o meu liderado Gelson Merísio pensa, não concordo que a matéria entre na pauta da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Não há acordo de lideranças. A matéria deixa de ser votada.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, se os srs. líderes concordassem, solicitaria que aquele projeto que cria a Semana da Tradição Gaúcha em Santa Catarina viesse a plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Consulto os srs. líderes.

(Os líderes não aquiescem.)

Não há concordância de todos os líderes e a matéria deixa de ser votada, apesar do veemente apelo do deputado Manoel Mota.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, v.exa. não deixou nós, líderes, nos manifestarmos sobre o projeto de autoria do sr. deputado Manoel Mota.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Dou uma explicação a v.exa.: havendo a negativa de um dos líderes, não precisa a manifestação dos outros. Essa foi a razão que o presidente levou em conta para não deliberar sobre a matéria hoje.

Perdoe-me v.exa., mas a presidência levou em conta a discordância de dois líderes partidários naquele momento.

A SRA. DEPUTADA ODETE JESUS - Muito obrigada, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Agradeço a compreensão de v.exa.

A presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, extraordinária, para às 18h 25min, para votar a redação final do projeto de autoria do deputado Francisco Küster e logo após entrar na votação do Plano Plurianual e do Orçamento para 2006.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 048ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2005 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às dezoito horas e vinte e cinco minutos, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Afrânio Boppré - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Celestino Secco - Cesar Souza - Clésio Salvaro - Dionei Walter da Silva - Francisco de Assis - Francisco Küster - Gelson Merísio - Gelson Sorgato - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Carlos Vieira - José Serafim - Julio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Nilson Machado - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Simone Schramm - Valmir Comin - Vânio dos Santos - Wilson Vieira.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Discute os Projetos de Lei nºs 0397 e 0398/2005.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Discute os Projetos de Lei nºs 0397 e 0398/2005.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Discute os Projetos de Lei nºs 0397 e 0398/2005.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Discute os Projetos de Lei nºs 0397 e 0398/2005.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Discute os Projetos de Lei nºs 0397 e 0398/2005.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Discute os Projetos de Lei nºs 0397 e 0398/2005.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Discute os Projetos de Lei nºs 0397 e 0398/2005.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Discute os Projetos de Lei nºs 0397 e 0398/2005.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Discute os Projetos de Lei nºs 0397 e 0398/2005.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

As atas desta sessão e das anteriores serão lidas na sessão ordinária de amanhã.

Passaremos à Ordem do Dia.

Conforme o acordo de líderes na sessão anterior, vamos votar agora as matérias a seguir:

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0490/2005.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Temos sobre a mesa para votar o Projeto de Lei nº 0397/2005, que altera para o período 2006/2007 os dispositivos da Lei nº 12.871, que dispõe sobre o Plano Plurianual 2004/2007 e também o Projeto de Lei nº 0398/2005, que estima a receita e fixa despesa do estado para o exercício financeiro de 2006.

A primeira consulta que a presidência faz, uma vez que as matérias têm relação, é se podemos fazer a discussão dos dois projetos. Encerrada a discussão, iríamos para a votação, votando antes, evidentemente, os requerimentos de pedido de destaque, e estaríamos aí numa outra etapa da votação, quando procuraríamos o entendimento no sentido de facilitar os encaminhamentos.

Então, a primeira consulta aos srs. líderes é para saber se podemos discutir os dois projeto: o PPA e o Orçamento num mesmo momento e, encerrada a discussão, votarmos a matéria.

(Os srs. deputados aquiescem.)

Com a aquiescência de todos os srs. líderes, estão em discussão o Projeto de Lei nº 0397/2005 e o Projeto de Lei nº 0398/2005.

Em discussão.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Para registrar que o deputado Francisco Küster falará em nome e por expressa delegação da liderança do governo a respeito de ambas as matérias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Assim, ouviremos s.exa., Deputado João Henrique Blasi.

Com a palavra o sr. deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KUSTER - Sr. presidente e srs. deputados, eu agradeço essa delegação, essa incumbência do eminente líder deputado João Henrique Blasi.

Sr. presidente, as duas matérias foram relatadas na comissão de Finanças e Tributação pelo eminente deputado Dionei Walter da Silva, e nós, através de um pedido de vista, apresentamos um voto de vista, sr. presidente, que foi o vencedor na votação. E vou tecer as considerações que levaram a esse desfecho na comissão de Finanças e Tributação.

O eminente relator acolheu mais de três centenas de emendas, que acabaram por alterar consideravelmente o objeto do projeto de lei orçamentária, que eram as suas destinações, segundo a sua elaboração. Entretanto, o governo e seus colaboradores esqueceram de contemplar algumas emendas do Orçamento Regionalizado - em número de 20 -, que foram acolhidas pelo eminente relator, deputado Dionei Walter da Silva. E de igual forma este relator, no seu voto de vista, decidiu pelo acolhimento, e não poderia ser diferente, porque é um preceito constitucional que assim seja, que esse procedimento seja adotado.

Então, este relator, no voto de vista, acolheu essas emendas, sr. presidente, e de igual forma as emendas encaminhadas pelo governo e algumas emendas de parlamentares. Entretanto, em que pese o mérito das demais emendas dos srs. deputados, não foi possível contemplá-las, porque é sabido por todos as limitações dos recursos públicos e que na elaboração do Orçamento são levadas em consideração, e não poderiam ser diferentes os recursos orçamentários dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Tribunal de Contas, do Ministério Público, os recursos da Educação (25%), da Saúde (12%) e outros recursos que são imprescindíveis para o cumprimento dos convênios já celebrados pelo estado.

Subtraindo isso tudo, sr. presidente, sobra muito pouco dinheiro, muito pouco recurso para destinação através de emendas; é muito pouco o que sobra para investimento. Seria humanamente impossível recepcionar mais de três centenas de emendas. Em que pese o mérito dessas emendas, seria humanamente impossível, sr. presidente - e existe a responsabilidade do governo do estado -, dar continuidade, manter a máquina, o custeio da máquina.

Quanto a isso tudo que não foi levado em consideração no universo do acolhimento pelo eminente relator das trezentas e tantas emendas, repito, em que pese o esforço, em que pese o mérito, precedido de um amplo estudo, uma argumentação despendida naquela oportunidade culminou com a votação do nosso voto pela aprovação, pelo acolhimento das emendas emanadas do Orçamento participativo, do Orçamento Regionalizado, que é um preceito constitucional.

(Passa a ler)

"(...) fls. 260, 264-5, 267, 268, 270, 273, 277, 278, 279, 282, 285, 286, 298, 299, 301, 302, 304, 308, 309 e 403, compatibilizadas sucessivamente com as Emendas de nºs 138, 144, 147, 149, 151, 154, 158, 159, 160, 163, 166, 167, 178, 179, 181, 182, 184, 188, 189 e 285 cuja rubrica fica assegurada a quantia de R$ 1.000,00 (mil reais) que será deduzida e acrescida da unidade orçamentária, em observância e forma abordada pelo relator, deputado Dionei Walter da Silva."[sic]

Este valor, para criar a rubrica e depois suplementar, para implementação e o atendimento aos pleitos emanados do Orçamento Regionalizado...

(Continua lendo)

"2) Acolho as emendas de fls. 57, 60, 63, à 72, 88, 91 e 93, do governo do estado.

3) Acolho a Emenda de nº 346, de fls. 464, somente na forma redacional para incluir no programa de ação 835.2027 a identificação do município de São Miguel d'Oeste, 'SMO', sem alterar valores.

4) Acolho a Emenda Redacional nº 347, fls. 465.

5) Acolho a Emenda nº 351, fls. 469.

6) Acolho a emenda de fls. 472 do Ministério Público.

7) Acolho as emendas do governo do estado recebidas através das Mensagens nº 1.217 e 1.218, que não possuem número e falta a paginação.

8) Apesar de serem meritórias e respeitadas as prerrogativas parlamentares, contudo, inclino-me pela rejeição das demais emendas, especificamente as de alterações orçamentárias e as de redação, pela justificativas que passo a expor:

O governo do estado, com a reforma administrativa, intensificou o cumprimento do art. 120 da Constituição Estadual, que prevê que o orçamento será discutido e construído de forma democrática nos municípios, pelos cidadãos e seus representantes. Vale lembrar o modelo de descentralização, onde a peça orçamentária é discutida e lapidada pelos Conselhos de Desenvolvimento Regional e, posteriormente, posta em discussão nas audiências regionais anuais, para somente ser modelado na secretaria de Estado do Planejamento, sob a supervisão das próprias secretarias de Desenvolvimento Regional. Deste modo, acolho as alterações construídas pelo Orçamento Regionalizado, em detrimento às emendas parlamentares.

Quanto às emendas de texto, saliento o aprendizado com o eminente Deputado Antônio Carlos Vieira, que sempre que se depara com um documento de natureza apócrifa despreza-o imediatamente, em face do comprometimento de sua credibilidade. Assim, entendo que as emendas de fls. 345 e a que insere o art. 15 devem ser rejeitadas.

No tocante às emendas dos Corpos de Bombeiros Voluntários e o aumento dos servidores públicos, devo reconhecer que se tratam de temas polêmicos e específicos e que carecem de uma discussão mais aprofundada, não cabendo ser o assunto tratado no âmago deste Relatório(...).

Ante o exposto, propendo VOTO VISTA no sentido da aprovação da proposta em exame, acolhendo e rejeitando as emendas, conforme explicitado no corpo do voto."[sic]

Foi esse o nosso relatório, sr. presidente, e considero também contemplada aqui a discussão em torno do PPA, porque são similares, são conexos os procedimentos, o pretendido.

Portanto, sr. presidente, o encaminhamento que estamos dando aqui é pelo acolhimento das emendas contempladas no voto de vista, que foi aprovado na comissão, e a rejeição das demais emendas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dionei Walter da Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, fui relator tanto do PPA quanto do Orçamento. E hoje pela manhã fomos vencidos pelo parecer de vista do deputado Francisco Küster. Eu queria fazer algumas considerações sobre o Orçamento do estado de Santa Catarina e reflexões sobre algumas áreas, porque em dez minutos não temos como fazer um apanhado sobre toda a peça orçamentária, mas sobre algumas questões que chamamos a atenção durante a discussão, tanto na comissão quanto nas reuniões de bancada e nas conversas que fazíamos, que no nosso entendimento precisam ser corrigidas.

Deputado Reno Caramori, v.exa. que é presidente da comissão de Agricultura desta Casa, e deputado Gelson Sorgato, v.exa. que também faz parte desta comissão e é um defensor da agricultura do estado de Santa Catarina, temos no Orçamento de 2005 previsto para a secretaria da Agricultura R$ 46.867.000,00 e para 2006 R$ 25,3 milhões; isso dá uma diminuição no Orçamento do estado de 46%, na secretaria da Agricultura. Para a Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária - havia R$ 163,7 milhões em 2005, porém baixamos para R$ 152,6 milhões - uma redução de 6,7%. E a Cidasc, com toda a necessidade, deputado Joares Ponticelli, por causa da ameaça da febre aftosa, da gripe aviária, de pesquisas, da doença da banana e outras, vamos ter o mesmo orçamento, *ipsis litteris*. Percebe-se no Orçamento que a agricultura não é prioridade do governo. Se já foi ruim este ano, imaginam com a redução de 46% na secretaria, 6,7 na Epagri e igual na Cidasc... Se a agricultura já estava ruim, imaginem como vai ficar.

Uma outra questão, e nós já conversamos com o relator, deputado José Carlos Vieira, que é da cidade de Joinville também, deputada Simone Schramm, deputado Francisco de Assis, deputado Wilson Vieira, deputado Reno Caramori, que é de Caçador, que são de cidades que possuem Bombeiros Voluntários, o Orçamento do estado, se já era ruim para eles, o ano que vem será pior, porque a previsão de subvenção social para os Bombeiros Voluntários para o exercício de 2005 foi de R$ 3 milhões, contudo foi executado até agora R$ 2.449.000,00. E o Orçamento do ano que vem, proposto pelo governo, prevê R$ 992 mil - menos de 1/3 do Orçamento já ruim deste ano.

Então, acredito na sensibilidade do deputado Francisco Küster, que teve o seu relatório vencedor, para chegarmos até o final dessa reunião com um acordo para contemplarmos os Bombeiros Voluntários com uma parte da verba dos Bombeiros Militares, porque aos Militares nós tivemos em 2005 um orçamento de R$ 55,6 milhões. Houve suplementação e já foram executados R$ 58,6 milhões.

Além disso, em 2005 eles não tinham nada orçado para o fundo de reaparelhamento, mas já gastaram R$ 10,7 milhões. Então, já gastaram praticamente R$ 69 milhões. E em 2006, de R$ 55 milhões passa para R$ 70,8 milhões, e o fundo passa de R$ 10 milhões para R$ 15 milhões. Então a proposta que vamos tentar costurar com o governo, com o relator, e o deputado José Carlos Vieira deve falar na seqüência, é para que tenhamos aqui o bom senso dos srs. deputados, para que em 36 cidades onde atuam os bombeiros voluntários tenhamos também o governo do estado participando com infraestrutura, com auxílio, porque é um serviço de estado que está sendo prestado por civis, que têm também o direito de estar recebendo a participação do estado.

Além disso, temos uma grande discussão sobre a descentralização, deputado Reno Caramori, e descentralização para mim não é criar estrutura em 30 regiões. Até quero depois dar um conselho para v.exa., sr. presidente.

Do fundo do coração, deveríamos dar um apelido, um nome diferente para o seu projeto das Apaes, para que ele não se confunda com o Fundo Social, que começa a receber algumas manchetes negativas em jornais. De repente, poderíamos chamá-lo de "fundo apaeano" ou "fundo Julio Garcia", em homenagem ao autor. Mas vamos separar o joio do trigo, porque não merece, como tentou o deputado Manoel Mota, ontem, jogar, como se estivéssemos querendo prejudicar o fundo das Apaes.

Se de fato a descentralização ocorre, ela é no Orçamento, e dos R$ 8,6 bilhões previstos no Orçamento, deputado Lício Silveira, 3,72% estão nas regionais. Então, o restante todo continua centralizado. Não é descentralização. Descentralizou-se a estrutura do estado, mas não acompanhou o Orçamento, não acompanhou a decisão. Isso está aprovado na peça orçamentária, basta uma simples leitura para termos a comprovação.

Então, além de todas as emendas que destacamos, e o deputado Francisco Küster já acolheu as emendas do Orçamento Regionalizado, vamos tentar fazer esse acordo, pois é uma questão de justiça a eles pelo trabalho que realizam, a fim de que tenhamos uma estrutura cada vez melhor de bombeiros em nosso estado, com condições de trabalho, com condições de se manter com um trabalho de qualidade.

Em princípio eram essas as minhas colocações, mas depois, quando formos discutir cada emenda no encaminhamento, vamos avançar ponto a ponto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Francisco de Assis, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Sr. presidente, colegas deputados, funcionários desta Casa, terminando mais um ano legislativo e agora com essa discussão, por último, do Orçamento e do Plano Plurianual, quero apenas ressaltar a incoerência dessa proposta orçamentária. Porque os recursos que a bancada do PT e este deputado, particularmente, retiravam do Orçamento era para beneficiar outras entidades, principalmente infra-estrutura e pavimentação asfáltica de municípios que ainda não têm o seu acesso pavimentado, o que é um compromisso do sr. governador, entre outras coisas.

Mas quero fazer a leitura de um ofício que chegou às minhas mãos e talvez de outros colegas, de nº 0042/2005, de autoria do prefeito Leoberto Welnert, do PMDB, de Canoinhas, a todos os colegas deputados e para quem nos acompanha nesta sessão.

(Passa a ler)

"Tendo em vista que nos próximos dias estará em pauta na Assembléia Legislativa a votação do Orçamento do Estado para 2006, queremos alertá-los sobre a dotação orçamentária para o setor agropecuário, que teve sensível redução em relação a 2005 e representa um valor muito aquém das necessidades do setor para o próximo exercício."

Quero dizer que o deputado Dionei Walter da Silva lembrava desse detalhe na sua fala.

(Continua lendo)

"Queremos ressaltar aos nobres parlamentares, representantes do povo catarinense, que o setor agrícola responde por 37% do PIB estadual e a agricultura familiar é responsável por cerca de 72% da produção agrícola do estado, a qual necessita de apoio do poder público estadual, através dos diversos programas da secretaria de estado da Agricultura e Política Rural.

Neste sentido, pedimos especial atenção dos nobres deputados para que melhorem significativamente a dotação orçamentária para o setor agrícola, para que possamos ter a continuidade do processo de desenvolvimento da agropecuária catarinense, proporcionando condições dignas de vida para o nosso agricultor." [sic]

Ora, srs. deputados, se um prefeito do PMDB apela aos deputados sensíveis com essa causa para que melhorem o orçamento, eu pergunto: onde é que está a sensibilidade do governo do PMDB com os agricultores de Santa Catarina? Onde é que está a sensibilidade dos deputados da base governista para com os agricultores do estado de Santa Catarina? E este documento é assinado e escrito por um prefeito do PMDB que, não recebendo resposta, quem sabe, do sr. governador, dos seus dirigentes, apela aos deputados desta Casa para que modifiquem o Orçamento do estado, destinando mais recursos à agricultura.

A grande maioria dos deputados retirava dinheiro de onde? Não era das administrações regionais, deputado Lício Silveira! Não foi aí que mexemos. Nós queríamos tirar dinheiro de propagandas. E é bom que a sociedade catarinense saiba que estão previstos mais de R$ 30 milhões para serem gastos com propaganda no próximo ano. É isso que está no orçamento e é sobre isso que queremos fazer o debate. Por isso apresentamos essa quantidade de emendas que o deputado Dionei Walter da Silva relatou na sua fala e que nós não entendemos.

Então, esse discurso de que se está descentralizando, que é dinheiro para as regionais, é balela, é mentira. Porque o percentual destinado às regionais é muito aquém daquilo que elas precisam, essa é a grande verdade. E as secretarias regionais nada mais são do que secretarias políticas, eleitorais, para o próximo ano. E é isso que nós não aceitamos.

Por isso, nós, com a responsabilidade de parlamentar, temos, sim, que vir para esta tribuna e denunciar para o povo de Santa Catarina a irresponsabilidade do governador e de quem vota a favor do Orçamento da forma como ele está colocado. É dessa irresponsabilidade que Santa Catarina precisa ficar sabendo. Irresponsabilidade essa escrita por um prefeito do PMDB que diz claramente que o governador não está atendendo ao pleito dos agricultores neste estado, economia essa responsável por 37% da política econômica catarinense.

Então, por conta disso, não adianta mais fazermos apelos hoje. O deputado Dionei Walter da Silva, com a sua assessoria, sr. presidente, debruçou-se em cima desse projeto do Orçamento por vários e vários dias. Foi estudada atentamente cada emenda, sendo analisada, sendo verificada a possibilidade de se alterar o Orçamento. Foi feito um estudo profundo, mas o que acabou acontecendo? Depois de todo um trabalho feito para se melhorar o Orçamento do estado, simplesmente esse projeto vai para a comissão e lá é pedido vista e apresentado outro parecer, ignorando todo o trabalho feito. É isso que é feito na prática.

Então, é uma discussão meramente política, que atende única e exclusivamente aos interesses do governador e não do estado de Santa Catarina, lamentavelmente. E esta Casa tem que ter responsabilidade não com o governador Luiz Henrique da Silveira. A nossa responsabilidade primeira é com o estado de Santa Catarina, com os catarinenses, com os prefeitos e com aqueles que constróem a política e, acima de tudo, constróem o nosso estado durante todo o tempo.

É por causa disso que estamos aqui hoje e vamos pedir para que cada emenda nossa seja discutida e debatida, a fim de que a sociedade saiba para onde gostaríamos que fosse destinado o dinheiro que é do povo de Santa Catarina, que é do trabalhador do estado. Porque orçamento se refere àquilo que o estado arrecada, e o que o estado arrecada é fruto do suor dos trabalhadores deste estado. E esse dinheiro que está aí nós gostaríamos mudar o seu endereço, o seu rumo, no sentido de que ele fosse mais bem aproveitado. Mas infelizmente hoje não vai ser mais possível. O que nos resta é o esperneio, deputado José Serafim. O que nos resta é vir a esta tribuna e falar para todo o estado, em alto e bom som, que este governador não tem interesse pelo estado, que o único interesse que ele tem é pensar na sua reeleição no ano que vem. Por isso criou toda essa estrutura de secretarias regionais, com seus cabos eleitorais espalhados por 30 delas; criou o fundo eleitoral para arrumar dinheiro para a sua campanha, infelizmente.

Estão chegando denúncias que irão apontar, através da CPI que criamos, que o que estamos falando aqui não é meramente discurso político eleitoreiro, porque queremos que o dinheiro do estado seja bem aplicado, e este governo não tem nenhuma responsabilidade com Santa Catarina.

Fico indignado, sim, porque sendo parlamentar, representante do povo deste estado, não posso me calar, deputado Paulo Eccel, não posso me calar, sobre tamanha irresponsabilidade de um governador! Nós temos a obrigação e o dever, principalmente nós da Oposição, de denunciar esse tipo de manobra lamentável que termina sempre acontecendo no último dia ou no penúltimo dia de sessão.

Essas pessoas ignoram as emendas parlamentares, ignoram os trabalhos que nós fizemos, ignoram o apelo da sociedade, ignoram o apelo de um próprio prefeito do PMDB, porque o que vale é aquilo que o governador pensa e o que ele quer. E nós não podemos admitir que isso continue acontecendo nesta Casa.

Enquanto estivermos aqui é importante agirmos assim. Infelizmente ou felizmente, o ano que vem será o meu último ano na Assembléia Legislativa, mas enquanto eu estiver aqui quero sempre denunciar esse casuísmo, essa falta de respeito com o povo de Santa Catarina. E o que estamos vendo hoje aqui nada mais é do que isso: a falta de respeito com a vontade daqueles que gostariam de ver cada um de nós sendo homens, deputados responsáveis por seus mandatos, preocupados com este estado, fazendo as emendas as quais gostariam de ver atendidas.

Não adianta mais, prefeito de Canoinhas, fazer apelo aos deputados. O que deveria ter sido feito era um apelo ao sr. governador, à sua base, para que eles fossem mais sensíveis com o senhor e com todos os agricultores de Santa Catarina, o que, infelizmente, não conseguimos.

Nós, deputados da Oposição, não teremos força para derrubar o voto da maioria governista desta Casa. O que nos resta, portanto, é o esperneio, é vir a esta tribuna e perguntar ao governador por que ele quer o orçamento desse jeito, por que ele quer mais de R$ 30 milhões para gastar o ano que vem com os meios de comunicações, para fazer propaganda de suas administrações eleitorais.

É isso que ele quer! E é contra isso que nós temos que falar e usar este microfone, porque é a única arma que temos, deputado Paulo Eccel. E V.Exa., que é o líder de nossa bancada, tem feito muito bem isso. Mas isso não compete apenas a v.exa., por isso fiz questão de me inscrever para ajudá-lo, porque não é possível continuarmos nesta Casa apenas homologando aquilo que o governador quer. Se não temos voto, se somos minoria, temos pelo menos este microfone para falar em alto e bom som para todo o estado de Santa Catarina ficar sabendo que não é esse tipo de política que queremos para nós.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Afrânio Boppré, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. presidente, srs. deputados, ouvindo atentamente os colegas que me antecederam, veio-me à lembrança uma frase do ex-ministro do Planejamento, hoje deputado federal, Delfim Neto, que disse que o discurso no Parlamento não é instrumento de convencimento, ninguém ganha voto nesta tribuna com a oratória eloqüente, com bons argumentos, como trouxeram os companheiros.

Nesta tarde, com esse restinho de sol batendo aqui na tribuna, reporto-me à seguinte reflexão: os 40 deputados vieram aqui, a despeito dos argumentos e à revelia da própria sensibilidade, com uma missão: os deputados do governo de votar com o governo e os deputados da Oposição de fazer oposição. E é lamentável que a inteligência, o conhecimento, a sabedoria e a expressão política popular da Oposição vão ser, dentro de poucos minutos, deputado Celestino Secco, completamente desconsiderados. Mesmo sem o barulho do condicionador de ar, daqui a pouco vamos ver o ronco do motor da patrola do governo, que vai passar por cima de todas as contribuições, de todo o debate, de toda a discussão que precisa ser feita sobre o Orçamento.

Eu digo dessa forma, com indignação, porque sei que a idéia do Orçamento Regionalizado é uma idéia que nasceu comprometida com a participação popular, que hoje ficou reduzida, deputado Pedro Baldissera, a uma expressão de participação chapa branca, ou seja, nas audiências do Orçamento Regionalizado, os carros estacionados do lado de fora são todos os da administração do governador Luiz Henrique da Silveira, das prefeituras, das Câmaras de vereadores.

Foi-se o tempo em que fazíamos reuniões do Orçamento Regionalizado e que vinha gente de ônibus, de carroça, a pé, de bicicleta, porque o sentido era trazer o povo, o trabalhador para dentro de uma discussão que, aparentemente, é difícil para meia dúzia de técnicos, de especialistas, para tratarmos do Orçamento. E o governador Luiz Henrique da Silveira foi descaracterizando isso.

Quem já leu o livro *A Sociedade do Espetáculo* percebe como isso vai sendo construído: o evento já não é mais para o povo participar, o evento é feito para bater a fotografia e publicar no jornal, como matéria paga. A razão não é mais para trazer o povo, mas, sim, dizer, mentir que o governo está perto do povo. Vejam, tem uma nuance, tem uma diferença substantiva, porque um é uma idéia de governo na aparência e o outro é uma proposta de governo na essência. E o governador Luiz Henrique da Silveira se tem notabilizado por essa trucagem, por essa maquiagem. Assim tem sido as nossas audiências do Orçamento Regionalizado. Às vezes, aparece alguém sincero, mas que se sente um estranho no ninho, um peixe fora d'água.

Então, quero aqui dizer que nos precisamos reencontrar: o governo e a Oposição. Essa blocagem que foi estabelecida no plenário precisa ter uma capacidade de diálogo, porque são dois mundos completamente distintos e não vamos conseguir o que entendo que deve ser recuperado, que é o verdadeiro sentido do Orçamento.

O Orçamento é público, mas está hoje num debate partidarizado. O Orçamento está sendo tratado como algo que está sendo apropriado pelo partido. Ou seja, não se permite mais uma relação permeada da sociedade com a coisa pública.

O Orçamento não é do governador Luiz Henrique, o Orçamento não é do governo do PMDB. Ele é público, é de Santa Catarina. Mas o que estamos assistindo aqui é a uma incapacidade de o governo reconhecer isso. Se ele é de todos, se é por toda Santa Catarina, na cabeça, na estrutura mental do governador Luiz Henrique ele anula um segmento do estado, um segmento importante da vida política, da sociabilidade catarinense.

Então, na verdade, venho aqui fazer essa reflexão como debate processual, como dinâmica de construção da peça orçamentária, e também um desafio: se no ano que vem, um ano eleitoral, tivermos que ir a campo para fazer um debate sobre o Orçamento Regionalizado, que façamos sobre um novo parâmetro, um novo paradigma e não esse de uma articulação engendrada por uma lógica governamental ou estatal. Portanto, que se permita permear pela participação, pela sensibilidade, pelo sentido do interesse e do desejo popular.

É neste sentido que faço a minha reflexão, como forma de colaborar no debate, já que estamos, no dia de hoje, aprovando o Orçamento para o exercício do ano subseqüente.

Era isto o que eu tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Wilson Vieira, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos prestigia, funcionários deste Poder e telespectadores da TVAL, não dá para admitir que o governo tenha esquecido, mais uma vez, dos bombeiros voluntários de Santa Catarina.

Cada dia fica mais evidente a intenção do governo de ignorar a existência dos bombeiros voluntários, de retirar o pouco de estrutura que eles têm e procurar definhar as corporações até extinguilas. O que estamos vendo é o abandono total do governador em termos de proposta ao bombeiro voluntário de Santa Catarina. Ao contrário disso, está bastante preocupado em fortalecer a estrutura do bombeiro militar. Não que o bombeiro militar não mereça, mas não dá para prejudicar uma instituição em função de outra.

Outra questão que me chamou a atenção também no Orçamento foram os recursos destinados para obras emergenciais nas escolas: R$ 5 mil. Essa quantia para obras emergenciais nas escolas é uma grande piada! Na verdade, não dá para fazer basicamente nada! Isso é tentar enganar o eleitor, é tentar enganar este Poder, é tentar criar a imagem de que se está fazendo alguma coisa em favor do ensino fundamental. É vergonhoso admitir que estamos discutindo o Orçamento, e vamos ter que acatar uma proposta emitida por um governo para obras emergenciais nas escolas na ordem de R$ 5 mil.

É por isso que vamos ter que protestar e elaborar emendas - e destacar uma a uma, se for necessário - para garantir recursos maiores para darem conta da demanda que o estado necessita. E temos que vir à tribuna cobrar do governador valores mais expressivos para a execução de obras emergenciais.

Em Joinville, principalmente, cinco ou seis escolas foram interditadas. Isso demonstra o estado de abandono em que elas se encontram. Em outros municípios, a situação não é diferente, sendo que algumas escolas estão caindo aos pedaços, em frangalhos; existem escolas que, em breve, os telhados poderão cair na cabeça dos alunos. Esperamos que não aconteça, mas é alto o risco de que isso acabe acontecendo, infelizmente.

Outra questão que me chamou a atenção é a falta de investimentos do governo na área profissionalizante. Ele fala bastante que tem que investir em cursos e em escolas profissionalizantes para garantir que o jovem, assim que chegue a uma determinada idade, tenha a opção de se formar profissionalmente e preparar-se para a vida profissional. Só que isso fica no discurso, porque na prática não vemos nada! Na prática, que é colocar no Orçamento valores destinados para esse fim, isso não acontece. O governo simplesmente ignora o próprio discurso que faz quando reúne centenas de pessoas em inaugurações ou em atividades político-sociais.

Outra questão que me chama bastante atenção em Joinville é com relação às cheias. Joinville é uma cidade que sofre inúmeros problemas com as cheias. Diversas regiões da cidade, com as chuvas de verão, enchem facilmente, e com chuvas de maior prolongamento a coisa se torna crítica. Só que, da mesma forma, o governo também não prevê em seu Orçamento nenhum centavo de recursos para investir em obras de contenção de cheias: galerias, tubulações, diques, enfim, obras que resolveriam o problema das cheias em boa parte dos bairros de Joinville e de outras regiões do estado de Santa Catarina. E ele sabe dessa necessidade, visto que foi prefeito daquela cidade por três mandatos. Ele conhece os problemas do estado como ninguém, só que não se preocupa em resolvê-los. Percebemos que na hora de mexer com o dinheiro para gastar efetivamente naquilo que interessa ao povo ele não se preocupa. O governo se preocupa com o dinheiro da sua publicidade pessoal, com a publicidade político-partidária do seu partido e dos seus aliados.

Outra questão que me chamou a atenção também, deputado José Carlos Vieira, é o fato de não ter orçado um único centavo para acabar com as obras do Hospital Materno Infantil, para colocar aquele hospital finalmente em funcionamento, para resolver aquele problema de depredação e de invasão de mato que está ocorrendo lá. Daqui a pouco irão invadir aquele hospital e ficará mais difícil resolver o problema. Mas o governo não orçou um único centavo para acabar com as obras daquele hospital. A impressão que dá é que ele não quer resolver aquele problema, jamais, e quer que tudo continue como está, porque para ele parece que está muito bem assim. Ou ele vai vir com um discurso, no ano que vem, dizendo que vai resolver o problema daquele hospital, que vai colocá-lo em funcionamento, tentando enganar a população de Joinville e região mais uma vez?!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Vânio dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, visitantes que nos acompanham nesta sessão e telespectadores da TVAL, eu não sou da comissão do Orçamento e, portanto, não discuti detalhadamente o que vai ser votado aqui hoje. Mas tenho participado dos debates na minha bancada e informado-me acerca do andamento dessa conversa, o que me obriga a vir aqui, nesta tarde, discutir qual o entendimento que tenho da peça orçamentária que está intimamente ligada à discussão sobre qual papel do estado que queremos e qual a melhor forma de estabelecermos as prioridades que serão executadas com os recursos públicos que são arrecadados dos contribuintes, através das mais diversas formas, para que se tenha os recursos necessários para custeio, investimento e tudo aquilo que o Orçamento destina.

Em primeiro lugar, penso que a primeira grande contradição do governo Luiz Henrique da Silveira com o estado de Santa Catarina, e eu ainda não compreendi aonde se quer chegar, é que de um lado se amplia a estrutura do estado, espalhada agora por toda Santa Catarina, através de 30 secretarias regionais, deputado Lício Silveira, a última em Dionísio Cerqueira, o que dava a impressão de que, com essa concepção de criação de secretarias regionais por todo o estado de Santa Catarina, poderia estar aí a materialização de uma proposta verdadeira de interiorização da responsabilidade do estado e das políticas públicas de estado com a população de Santa Catarina e com os cidadãos. Mas na outra ponta o próprio Executivo remete para cá um projeto que delega às organizações sociais privadas a gestão e a responsabilidade, deputado Reno Caramori, pela execução de políticas típicas da responsabilidade do estado.

Não dá para entender que de um lado cria-se mais secretarias para dizer que são para atender o cidadão e do outro lado encaminha-se projeto de lei em que o estado abre mão da sua responsabilidade nas áreas de pesquisa, de segurança, de educação, de saúde e de cultura, delegando-as a outras entidades que não têm a mesma responsabilidade que tem o ente público, estado, que serve para regular as relações sociais e para cumprir o papel de apoiar e gerar desenvolvimento, emprego e renda e atuar também nas questões sociais. Já que o cidadão não teve a oportunidade de escolher onde iria nascer, que pelo menos o estado tivesse a responsabilidade de poder propiciar, no mínimo, algumas oportunidades, se não iguais, mas semelhantes.

A segunda grande questão que também não compreendo é um governo que vem para combater o neoliberalismo, um governo que disse lá na campanha que seu propósito era exatamente o combate às oligarquias e à idéia do estado mínimo neoliberal, mas que implementa uma política de privatização e de desmonte das empresas públicas do nosso estado.

A terceira grande contradição - e isso tem tudo a ver com a discussão orçamentária - é que muitas são as obras do governo do estado de Santa Catarina realizadas em parceria com o governo federal. Mas a impressão que me dá é que é um governo de chupins, porque se apropria do conjunto das obras e de tudo aquilo que é investido nelas, como que se fosse absoluta e exclusivamente suas, sequer fazendo referência que muitas vezes o estado entra com a contrapartida, que é sempre, na maioria das vezes, a contrapartida minoritária, deputado Francisco de Assis.

A terceira questão que me chama atenção é que é absolutamente imprescindível que nessa discussão do Orçamento se faça justiça com os servidores públicos, especialmente os da Saúde e os da Educação, cujas perdas salariais, cujo arrocho salarial e cujas reivindicações não têm sido atendidas ao longo deste governo que já está completando o seu terceiro ano.

O Sr. Deputado Wilson Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Wilson Vieira - Nobre deputado, quero aproveitar para lembrar que o

governo, além de se comportar como um chupim, não paga, não assume os compromissos. Ele está inadimplente com o governo federal e critica o governo federal por não estar repassando recursos. Mas o fato é que os recursos não são repassados em função da inadimplência que ele exerce sistematicamente contra o governo federal.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Muito obrigado, deputado Dentinho.

Encerro dizendo que o Orçamento do Estado de Santa Catarina precisa ter como propósito primeiro a participação da população na sua definição e que não deve ser do governante de plantão o estabelecimento dessas prioridades. Em segundo lugar, os recursos do Orçamento devem servir, acima de tudo, para estabelecer as devidas compensações exatamente para aquelas parcelas da população que sempre foram alijadas do processo de produção, especialmente do processo de distribuição e de participação daquilo que se gera de riqueza no nosso estado.

Por último, colegas deputados, quero dizer que outro dia fiz aqui uma denúncia de uma escola estadual em Dionísio Cerqueira, pois recebi um bilhete de uma professora dizendo que lá estavam realizando pedágios para a compra dos materiais mais básicos para a manutenção daquela escola. E soube, nos poucos meses que estou na Assembléia Legislativa, que esta é a realidade da grande maioria das escolas estaduais de Santa Catarina: a precariedade da sua manutenção e a precariedade de materiais básicos para o seu pleno funcionamento. E isso ocorre também em outras áreas - vide a Segurança e a Saúde.

Agora, pergunto: é possível aceitar o uso da destinação de recursos públicos, como é no caso da subvenção social, para que deputados se promovam pessoalmente, organizem uma carreta de propaganda que de um lado tenha a foto da entidade e do outro a foto do próprio parlamentar, usando recursos públicos para a promoção pessoal e política, enquanto escolas e postos de saúde não têm nem material básico para atender a população?

Isto é ou não é uma política que desvirtua o Orçamento?! Isto é ou não é uma política que tenta, com recursos públicos, obter vantagem de apoio parlamentar nesta Casa?! Não é à toa que houve apresentação de pedido de CPI.

Creio que, no mínimo, precisa haver um certo disfarce, deputado Francisco de Assis, e não uma coisa tão explícita, porque o próprio deputado vem aqui agradecer o governador pela quantidade de recursos que a sua entidade tem recebido, cita as cifras, mas aparece a sua foto ao lado do logotipo da entidade, como se o dinheiro público pudesse ser apropriado dessa forma vergonhosa. E aí falta lá na outra ponta para os verdadeiros objetivos do nosso Orçamento.

O Sr. Deputado Francisco de Assis - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Francisco de Assis - Quero parabenizá-lo por trazer à tona essa questão, que faz sentido nesse debate do Orçamento. E fiz questão de frisar na minha fala que recursos públicos estão sendo utilizados de forma indevida para a promoção pessoal e, mais do que isso, para as eleições do ano que vem.

Isso que v.exa. traz agora é claro e evidente que vem ocorrendo. Tomara que seja lido hoje o requerimento para que a sociedade catarinense possa acompanhar, deputado Vânio dos Santos, quem é quem nessa história e o que estão fazendo com o dinheiro do povo de Santa Catarina!

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Vou encerrar, sr. presidente, dizendo que acho que tem que ser "A César o que é de César", deputado Manoel Mota! É preciso que se reconheça que essa forma de utilização de recursos públicos fere as Constituições Estadual e Federal, mas fere, acima de tudo, aqueles que depositaram a confiança de que este governo ia agir com ética, com transparência, com responsabilidade social e com o cuidado devido com o dinheiro público. Esses não são os melhores exemplos que podemos dar para toda Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Inscrito para falar o sr. deputado Lício Silveira, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, acho inexplicável certos atos que acontecem dentro do programa financeiro, no tocante ao Orçamento do estado.

O PP fez uma série de emendas. A maioria delas acatadas pelo relator e outras não aprovadas pelo deputado que representa o governo. Eu, particularmente, fiz algumas emendas, mas tomei cuidado. Aí que é interessante.

O conselho regional, o orçamento participativo e o relator aprovaram a maioria das emendas, deputado Dionei Walter da Silva, e aí o que eu não entendo é que o deputado Francisco Küster, responsável pelo governo, simplesmente não acata nada. Como é esse jogo? Como é que podemos explicar isso para a sociedade? Não tem explicação. São emendas simples, de cunho social bastante acentuado! De que valeu todo o nosso esforço junto ao conselho regional e ao orçamento participativo ser aprovado aqui pelo relator e depois o governo não acatar? Não dá para entender! Portanto, só me resta fazer o pedido de destaque. Já o fiz. Mas tenho certeza que esse pedido de destaque não vai ser levado em consideração.

Srs. deputados, então o que me resta fazer? Terei que enviar uma carta para os prefeitos justificando que, infelizmente, apesar de todos os esforços feitos por eles - e aqui existem prefeitos do PMDB, do PP, do PT e do PFL -, as emendas não foram acatadas. Vou dizer em alto e bom som e escrever que, infelizmente, depois de todo esse esforço feito nas bases, o governo deixa de acatar aquilo que é essencial para aquelas comunidades para as quais solicitamos as dotações orçamentárias, porque infelizmente, deputado Francisco Küster, não dá para entender esse posicionamento.

Sr. presidente, neste sentido, só me resta fazer aquilo a que me propus, ou seja, manter as autoridades informadas do que ocorreu aqui. Praticamente nenhum deputado teve a sua emenda aprovada. Então, o que estamos fazendo aqui, se não conseguimos realizar aquilo que é essencial, aquilo que vivenciamos, aquilo que foi sentido lá na regional? Se não conseguimos, que papel estamos fazendo aqui?

Infelizmente, os deputados que representam as diversas regiões não têm condições de atender suas necessidades mínimas, que são os aspectos ligados ao desenvolvimento econômico e social do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, talvez eu não use os dez minutos, mas tenho certeza de que estou muito triste hoje, porque, num final de tarde, são 19h30min, estamos aqui discutindo o Orçamento para o próximo ano.

Srs. deputados, fico triste quando vejo, por exemplo, no caso do Corpo de Bombeiros Voluntários, que neste ano tinha uma dotação de R$ 3 milhões, para o próximo ano o governo destinar somente R$ 992 mil.

Quero aproveitar para agradecer a sensibilidade do deputado João Henrique Blasi que, entendendo essa situação, viabilizou para que seja incluído no Orçamento do próximo ano, no mínimo, mais R$ 2,5 milhões. Eu tenho certeza, nobre deputado, de que os bombeiros voluntários serão gratos por essa atitude, eis que v.exa. se dispôs a viabilizar uma emenda, a ser incluída no Orçamento, para que possamos minimizar a situação dos bombeiros voluntários para o próximo ano.

Vejo também no Orçamento que muito pouco foi destinado para a agricultura, quer na área da pesquisa, da preservação, da defesa sanitária animal e vegetal, através da Cidasc, e quer nas novas tecnologias de amparo ao pequeno produtor, principalmente da agricultura familiar, através da Epagri. Mas esperamos, deputado Antônio Carlos Vieira, que talvez durante o ano o governo possa suplementar os valores para poder contemplar as exigências daqueles que produzem alimentos. A agricultura, deputado Francisco de Assis, é quem produz alimento para o nosso dia-a-dia. E eu vejo, somando os valores do Orçamento, que é muito pouco para que possamos manter o homem produzindo alimento lá no campo.

É muito fácil não viabilizar uma escola, um ginásio de esportes, tudo isso é até passível. Mas temos que dar condições ao nosso homem do campo, ao nosso pecuarista, aos homens que lutam no dia-a-dia para produzir alimentos.

Srs. deputados, estivemos com o secretário da Agricultura na semana próxima passada em Chapecó, numa audiência pública com o setor leiteiro, e vimos a dura realidade de quem produz leite e seus derivados.

Por isso venho a esta tribuna com muita tristeza. As nossas emendas foram poucas, mas eram emendas que eu só queria contemplar para abrir uma rubrica para que pudéssemos alocar recursos no futuro. Eram poucas.

Fizemos algumas emendas pedindo para que fosse, pelo menos, colocada no Orçamento a pavimentação dos seguintes trechos: SC-456, de Fraiburgo a Frei Rogério; ligação entre Timbó Grande até a SC-302, de Caçador; SC-476, de Matos Costa até a SC-153, com pavimentação asfáltica - obra do estado; SC-478, também do trecho da BR-480 ao distrito de Santa Cruz do Timbó, no município de Porto União; SC-492, do trecho de Barra Bonita à BR-163, lá no oeste; do trecho que liga a SC-452 à SC-454, que liga Água Doce, no distrito de Herciópolis, com Salto Veloso e, a última emenda, a que liga o trecho de Ponte Serrada a Passos Maia, pois lá não há condições mínimas de transitar. Todas são pequenas emendas, sem valor expressivo.

Portanto, essas foram as nossas emendas rejeitadas pelo relator. Mas vamos proceder de acordo com as prerrogativas do parlamentar, que é fazer esses pedidos através de indicações, no próximo ano.

Por isso, agradeço mais uma vez ao deputado João Henrique Blasi, que atendeu o chamamento que não é nosso, não é do deputado Dionei Walter da Silva nem das bancadas mas, sim, dos bombeiros voluntários, que estavam muito tristes, tenho certeza absoluta, mas vai melhorar um pouco. Mesmo assim ainda estamos muito aquém do que essas corporações merecem para bem desempenhar as suas atividades em cada município.

O Sr. Deputado José Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não, concedo um aparte a v.exa., que tem lutado muito pelo Corpo de Bombeiros de Joinville também.

O Sr. Deputado José Carlos Vieira - Quero cumprimentá-lo, deputado Reno Caramori, pelo trabalho que faz.

Quero dizer que me inscrevi para falar a seguir, mas quero me reportar a esse assunto tão importante e que suscitou alguma dúvida, porque há pessoas que pensam assim: que distinção é essa que se está fazendo? Existe o bombeiro militar, o comunitário e o voluntário. E há pouco até um deputado me perguntava: mas são voluntários mesmos?

Vejam srs. deputados que existem dúvidas. E vou dar o exemplo da minha cidade de Joinville, onde desde menino ouço o cobrador da associação dos bombeiros bater à porta minha casa, e com muita satisfação o meu pai ia lá e contribuía, como o fizemos até hoje, assim como toda a comunidade, para manter uma corporação extremamente digna. São gente realmente, voluntária, que tem dedicado, muitas vezes, o tempo precioso do seu trabalho, das suas outras atividades, para servir e defender à comunidade, num momento tão difícil e de tantos sinistros.

Deputado Reno Caramori, a comunidade lá em Joinville contribui com cerca de R$ 2,5 milhões por ano. E com quanto contribui o governo do estado? Quanto estamos pleiteando que se mantenha de contribuição? Apenas R$ 500 mil. Portanto, menos de um quinto daquilo do que necessitamos para manter a corporação. Mas por que necessitamos de R$ 3 milhões? Porque temos uma corporação grande, que atende 500 mil habitantes. É como se tivéssemos 40 cidades - equivalentes àquelas de médio porte dos 293 municípios de Santa Catarina - dentro de uma cidade.

Então, mérito para v.exa., para o deputado Dionei Walter da Silva e para o nosso relator, deputado Francisco Küster, que ouviu, neste momento, os nossos reclames, os reclames do Corpo de Bombeiros Voluntários.

Srs. deputados, mérito também para o governo, através do deputado João Henrique Blasi, que repôs o mínimo, pois tínhamos R$ 3 milhões no Orçamento passado para os bombeiros voluntários do estado, enquanto o bombeiro militar tinha R$ 70 milhões. Apenas R$ 3 milhões no ano passado, e tinham baixado para R$ 990 mil. Mas agora temos a notícia de que pelo menos aquele mínimo de R$ 3 milhões vamos ter.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado, nosso tempo está-se esgotando. Mas essa é a realidade.

Quero agradecer ao deputado Francisco Küster, que acabou de apanhar a nossa assinatura. E tenho certeza de que serão reconhecidos aqueles que lutam pelo Corpo de Bombeiros Militar, Voluntário ou Comunitário, mas o reconhecimento maior é dos bombeiros voluntários. E são realmente voluntários, sim, deputado José Carlos Vieira. Claro que temos nas corporações de bombeiros voluntários corporações fixas, pois temos os plantões, mas são remunerados. Em Caçador, por exemplo, temos 18 remunerados e 85 voluntários. Então, na realidade são os bombeiros voluntários que prestam um trabalho muito grande às comunidades.

O apelo que faço mais uma vez ao nosso governo é que pelo menos seja mantido o mínimo que eles vinham recebendo em 2003, a exemplo de Caçador, que recebia R$ 65 mil e passou a receber, neste ano, R$ 36 mil.

Esse é o nosso apelo, ou seja, que os órgãos do governo se sensibilizem e revejam essa destinação das subvenções sociais às corporações dos bombeiros voluntários de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Gelson Merísio, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Para colaborar com a agilidade dos trabalhos, abro mão do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - O deputado Gelson Merísio, de forma compreensiva, desiste da inscrição.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Rogério Mendonça, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Desisto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a desistência do deputado Rogério Mendonça, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Carlos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, dizia-se que o Orçamento muitas das vezes é uma peça de ficção. Este para 2006 é uma peça de ficção. Mas vou dizer para v.exas. que li tanto o parecer do deputado Dionei Walter da Silva, e tenho minhas ressalvas com relação a algumas conclusões que ele chegou, como apreciei o relatório do deputado Francisco Küster, para o qual também tenho ressalvas.

Não gostei de nenhuma das duas conclusões. E sabem por quê? Porque o Orçamento para 2006, deputado Francisco de Assis, não foi feito pelos secretários do governo, mas sim pelos técnicos. Os técnicos se precaveram, pois estão lembrados e preocupados com o art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, raciocinaram: vamos jogar o Orçamento lá para baixo, para os nossos governantes não incorrerem em erros e serem punidos pelo Tribunal de Contas, com penas da Lei de Responsabilidade Fiscal, que sabemos serem altas.

Vou me centrar propriamente no Orçamento e no Plano Plurianual, que é uma correção do PPA 2003/2007, para o exercício 2006/2007. E faço um desafio a qualquer deputado aqui, que muitas vezes se preocupam, para saber quais foram as obras que estão no PPA 2003/2006 que foram realizadas ou que se deixou de realizar. Faço um desafio aqui! Quero saber quais foram as obras que entraram no PPA que foram realizadas. O simples fato de ter sido aprovado no Orçamento Regionalizado não quer dizer que tenha sido executado! Está lá no Orçamento! Está lá no PPA! Mas foi executado? Absolutamente!

Tenho uma preocupação muito séria, primeiro, porque aqui se fala muito - e o deputado Manoel Mota é pródigo em dizer isso - que os conselhos regionais é que têm a caneta na mão. Então, faço um outro desafio: vamos buscar todas as atas dos vários conselhos regionais para ver quais foram as obras que foram elencadas e aprovadas pelo conselho e que estão no Orçamento. Se tiver 50%, eu sou mentiroso, e se não tiver os 50%, eu falo a verdade.

Faço o desafio, deputado José Carlos Vieira. Vamos levantar as atas dos conselhos regionais, daquelas obras que as secretarias regionais, que os conselhos dos municípios solicitaram a aprovação, para ver se foram aprovadas. Vamos ver realmente quem tem a caneta na mão, quem está realmente escrevendo com a caneta cheia de tinta.

Neste Orçamento, deputado Francisco Küster, v.exa. pode ficar tranqüilo, pois quem teve a caneta foram os técnicos. Eles fizeram o Orçamento como queriam, um Orçamento para não dar complicação para eles em 2006, um Orçamento que já está prevendo uma receita baixa, porque se der acima daquilo - e vai dar acima -, eles vão poder fazer suplementação por excesso de receita. Não é um Orçamento que guarda respeitabilidade ou proporcionalidade com a atual receita. Não! É um Orçamento que está prevendo receita menor do que está executando hoje, e, evidentemente, para ter os mesmos valores, as despesas também foram subdimencionadas.

Eu tenho uma grande preocupação, e o deputado Francisco Küster talvez não tenha observado, primeiramente com o pessoal. No Orçamento para 2006, deputado José Carlos Vieira, não existe absolutamente nada em termos de reajuste aos servidores; não está previsto um centavo para qualquer servidor. Por outro lado - e aí há uma preocupação muito mais séria e profunda -, os servidores inativos do Executivo receberão pelo Ipesc - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina. Há uma preocupação muito séria, porque até agora o governo do estado, o Executivo, paga aos servidores inativos com recursos da Fonte 00, da fonte da receita do Tesouro do Estado**.** E eu pergunto: os proventos dos servidores, a partir de 2006, pagos pelo Ipesc, serão pagos com que recursos? Do Ipesc? Dos recursos destinados a pensionistas? Não vai faltar dinheiro? Não vão ser deslocados recursos? No Orçamento não está prevendo!

Eu tenho uma preocupação muito séria. Já tinha essa preocupação, deputado Manoel Mota, quando nós, neste ano, na convocação extraordinária, aprovamos uma lei especial estabelecendo que os inativos do Executivo receberiam pelo Ipesc. E aí eu quero me socorrer de todos os srs. deputados: o governo do estado, quando mandou a proposta, envolvia todos os inativos do estado para que o Ipesc pagasse. Nenhum Poder aceitou. O Tribunal de Contas paga os seus inativos, o Poder Judiciário paga os seus inativos, o Poder Legislativo paga os seus inativos, o Ministério Público paga os seus inativos. Somente o inativo do Executivo ficou com o Ipesc. Porque é bom, deputado Francisco Küster? Porque é bom, deputado Altair Guidi? Ou será porque eles ficaram com receio de que mais tarde o Ipesc não teria recursos suficientes para cobrir essa obrigação? O Orçamento de 2006 não prevê.

Sou sincero, deputado Francisco Küster; não faço nenhum questionamento às suas propostas, às emendas aprovadas, mesmo a do deputado Dionei Walter da Silva, porque ambas se socorrem de um número igual, que é o valor que o governo previu para o Orçamento. Como não se pode aumentar receita, deputado Manoel Mota, o deputado Dionei Walter da Silva usou uma estratégia interessante: retirou da despesa prevista para a comunicação. Evidentemente que é despir um santo para vestir outro. V.Exa. também fez um misto de despir um santo e vestir outro. O Orçamento só teria solução se o Parlamento tivesse condições de aumentar ou colocar, na realidade, a previsão de receita.

Eu faço um desafio a todos os senhores. Vamos ver que em 2006 os números da receita vão ser bem superiores do que está previsto. E aí o governo vai ter condições de fazer, sim, tudo aquilo que ele orçamentou, aquilo que previu como despesa com valores inferiores. Ele vai poder suplementar.

Agora, a minha preocupação é com o que ele vai suplementar e para quê - se aquilo que os conselhos regionais aprovaram ou aquilo que quem tem a caneta na mão, no caso, o governador do estado - e não sei quem vai ser a partir de abril de 2006 - vai assinar, deputado Manoel Mota. Essa é a minha preocupação. Eu não sei qual vai ser a diretriz do governo no ano que vem. O que eu sei é que o Orçamento hoje, como estamos aprovando, é mais do que nunca uma peça irreal. Vamos aprová-lo tranqüilamente, até porque o governo tem maioria para aprovar, mas não fiz nenhuma emenda exatamente porque sabia que qualquer uma das que eu fizesse seria rejeitada. E tenho tranqüilidade para afirmar isso.

O Sr. Deputado Francisco de Assis - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Francisco de Assis - Evidentemente que eu não ousaria debater essa matéria, pois para este leigo ela é muito árida, e v.exa. é um profundo conhecedor. As considerações tecidas têm lógica porque v.exa. tem conhecimento técnico. Não tenho dúvida de que o Orçamento foi elaborado por técnicos. V.Exa. conhece as limitações, as implicâncias e a responsabilidade do estado.

Eu o ouvi atentamente e vim aqui para oferecer um aparte porque o raciocínio de v.exa. é muito lógico e quis, na introdução, até criticar os técnicos, mas está fazendo uma dissertação de ordem técnica, de conhecimento, e eu não ousaria contrapor os meus míseros conhecimentos.

Cumprimento v.exa. pela dissertação que faz.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Agradeço, deputado Francisco de Assis. E quero confessar a v.exas. que se lá estivesse faria também igual, como técnico, porque a minha preocupação é em 2006 com a Lei de Responsabilidade Fiscal, do art. 42, porque se deixar livre o Orçamento, deputado Francisco Küster, para que as 30 secretarias regionais e mais tantas secretarias centrais emitam empenhos, vai chegar no fim do ano com um rombo de restos a pagar que o governo não vai conseguir satisfazer e vai descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal; portanto, sujeito a todo crime.

Por isso eu faria meio parecido com o que está hoje previsto na proposta orçamentária para 2006. Não digo que não modificaria alguma coisa. Eu modificaria, principalmente para dizer que a despesa de pessoal teria de contemplar alguma coisa de recompensa aos servidores públicos para 2006, inclusive daria uma boa definição com relação ao pagamento dos proventos pelo Ipesc. Essa seria a minha preocupação como técnico para o Orçamento de 2006. Quanto ao resto, não tenho dúvida em dizer que faria exatamente igual.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Não há mais oradores inscritos.

O Sr. Deputado José Carlos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - Abro mão de falar em favor do nosso líder do governo, que atendeu parcialmente ao nosso pedido dos bombeiros voluntários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem os queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Temos em mãos 56 requerimentos de destaque ao PPA. A presidência consulta - e a praxe tem sido essa - se podemos votar em bloco os pedidos de destaque. É preciso haver um entendimento. Por isso consulto os srs. líderes.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. presidente, eu acredito que a maioria é de autoria de relator e por isso não teríamos dificuldade de votar em bloco, desde que pudéssemos fazer o encaminhamento do voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O encaminhamento seria feito de uma única vez.

São 56 requerimentos - a grande maioria é de autoria da bancada do PT e requerimentos sem identificação, mas assinados regimentalmente por diversos srs. deputados - de pedido de destaque na votação do PPA.

(Os srs. líderes aquiescem.)

Então, com a concordância dos srs. líderes, votaremos em bloco os requerimentos de pedido de destaque ao PPA.

Em discussão os requerimentos de destaque ao PPA.

(Pausa)

Não havendo quem os queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação dos requerimentos.

Os deputados que votarem "sim" aprovam os pedidos de destaques. E aprovados teremos que votar requerimento a requerimento.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, já que não faço parte da Mesa, tampouco elaborei pedido de destaque e não tenho nada contra colocar em votação no global, pediria que v.exa. identificasse as emendas e os deputados, senão fica complicado, porque estaremos decidindo uma coisa que ninguém sabe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Os requerimentos são vazados nos seguintes termos:

(Passa a ler)

"Os subscritores desse requerimento, com base no art. 229, requerem seja votado em separado a Emenda nº 175, do PPA, Emendas nºs 61 e 62."

Os demais requerimentos, que são 56, assinados pela bancada do PT, tratam das Emendas nºs 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 03, 04, 05, 06, 32, 31, 30, 29, 28, 27, 26, 25, 24, 23, 22, 36, 35, 34, 33, 47, 46, 45, 44, 40, 41, 42, 43, 39, 38, 37, 65, 64, 63, 53, 51, 52, 50, 49 e 48. Essas são as emendas objeto do requerimento de destaque.

Em votação os requerimentos.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, quero me valer das palavras há pouco proferidas pelo deputado Antônio Carlos Vieira da tribuna. Tanto o Orçamento quanto o PPA são peças eminentemente técnicas. Sabemos que há um cobertor curto no Orçamento, que se cobrir a cabeça os pés ficarão de fora e vice-versa.

É o décimo primeiro ano que participo de um debate semelhante a esse aqui na Assembléia. Assim foi no governo Paulo Afonso, assim foi no governo Amin e assim está sendo no governo Luiz Henrique, haja vista a pouca possibilidade de mudanças substanciosas no Orçamento, porque são peças técnicas, a tal ponto de o deputado Antônio Carlos Vieira ter dito, e eu haver anotado aqui, que se s.exa. fosse um dos técnicos a participar da elaboração do Orçamento e do PPA faria bem parecido com as peças que aí estão, haja vista a pouca massa de mudança.

Nesse sentido o nosso encaminhamento, na esteira de uma jurisprudência que já vem de longa data, é no sentido de que haja a rejeição de todas as emendas apresentadas ao PPA.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. presidente, diversas dessas emendas rejeitadas pelo relator de vista, deputado Francisco Küster, são de origem da nossa bancada. Eu vou poupá-los da leitura individual, porque são mais de 50.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - São 54.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - E ficaríamos aqui até tarde da noite. Mas como o deputado João Henrique Blasi foi bastante benevolente, digamos assim, sensível à nossa causa, principalmente à dos bombeiros voluntários, acatando uma emenda, que depois será apresentada pelo ilustre deputado Francisco Küster, nós, lógico, vamos defender as emendas que apresentamos, sem exceção.

Algumas delas, sr. presidente, são obras inclusive discutidas no Conselho de Desenvolvimento Regional, aprovadas, de diversas regiões. Quero citar apenas três: a SC-413, chamada rodovia do Arroz, que liga Guaramirim a Joinville - uma obra em andamento - e que vai sair na BR-280 em nível, e a BR-280, que já é uma BR, mas que precisa ser duplicada. Por isso a necessidade, e já foi aprovado no conselho, de se construir um viaduto nesse entroncamento para que a SC-413 passe por baixo da BR-280. E fizemos essa emenda no sentido de contemplar algo já aprovado. E a outra emenda é sobre a mesma questão: é um ligamento do bairro Ilha da Figueira, Jaraguá do Sul a Guaramirim, na SC-413, também já aprovado no conselho. Todas são obras pequenas, mas importantes para as comunidades.

Nesse sentido, pedimos a sensibilidade dos deputados para que votem favoravelmente a todas as emendas.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Afrânio Boppré, eminente líder do P-SOL, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. presidente, deputado Julio Garcia, eu confesso que se tivesse percebido uma latente participação da população no processo orçamentário eu estaria aqui dizendo que as emendas parlamentares eram inoportunas, na medida em que o fórum adequado teria sido as plenárias, as reuniões, as assembléias para o Orçamento Regionalizado.

Portanto, a minha conclusão é de que o processo, o método, está totalmente descaracterizado, deturpado. Por isso entendo como legítimo os deputados recuperarem a sua representação política e social para apresentar as emendas. Eu sempre me conduzo dessa forma, com esse princípio.

O segundo aspecto, deputado Julio Garcia, é o seguinte: como teremos que votar no global - v.exa. teve a aquiescência dos líderes -, preciso encaminhar no global, mas quero fazer um destaque, se v.exa. me permitir. Por exemplo, sei que será derrubada a emenda, mas quero registrar que considero essa obra extremamente singela do ponto de vista desta Casa Legislativa e da estrutura de um governo de estado. É uma obra de vital importância para a comunidade de Tijucas, pois se trata do alargamento de uma ponte que liga o município de Tijucas a Nova Trento. É uma obra de engenharia malfeita, que tem provocado acidentes, atropelamentos, e fica a poucos metros de uma escola. Por isso o interesse da comunidade em fazer a correção, no sentido de buscar proteção dos pedestres com relação à violência dos automóveis e dos caminhões que passam em velocidade, colocando em risco a vida de milhares de pessoas.

Gostaria de dizer que o Orçamento, no meu modo de entender, não é uma peça técnica, pelo contrário, ele é eminentemente político! O Orçamento é escolha, é eleição de prioridades, do que precisa ser feito, ser executado. E esse critério é um critério político. A organização dessas prioridades é que é mediada pela técnica. Mas o Orçamento não é uma peça técnica, é uma peça política, combinada com a questão técnica. E nesse sentido quero aqui dizer que estamos escolhendo prioridades.

Então, quero encaminhar as prioridades das emendas que foram apresentadas pelos srs. deputados.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente e srs. deputados, primeiramente quero discordar um pouco do deputado Afrânio Boppré. Normalmente o Orçamento é feito politicamente, é evidente, mas para o ano de 2006 é totalmente técnico. Por quê? Porque tem o rigor da Lei Complementar nº 101, que cria penas para os administradores públicos, o que força com que os técnicos sejam cautelosos.

Mas o que o deputado Afrânio Boppré colocou, deputado João Henrique Blasi, que é o que estamos tratando no PPA, diz respeito à ponte. E v.exa. conhece também muito bem essa ponte que o deputado Afrânio Boppré mencionou.

Eu faria um apelo para que pudéssemos incluí-la no PPA, porque o PPA é para 2006-2007. Não quer dizer que vai constar para 2006, vai constar no planobianual 2006-2007. Então, que nós possamos fazer com que essa ponte, deputado presidente e deputado João Henrique Blasi, conste, seja prevista no PPA. E vários dos srs. deputados, principalmente os que andam na região do Vale do Rio Tijucas, sabem da ponte que o deputado Afrânio Boppré está falando, que é a mesma ponte a que me referi, onde já vi ocorrer muitos acidentes, porque é uma ponte curva, num lugar onde não tem curva. É coisa de engenheiro doido para fazer aquilo lá, e precisamos efetivamente corrigir.

Faço um apelo, deputado Francisco Küster, de que pelos menos essa ponte conste do PPA. Se não puder colocá-la no Orçamento de 2006, paciência, mas que fique pelo menos no PPA para 2007 essa previsão, essa possibilidade.

Então, fico com a sugestão do deputado Afrânio Boppré, para que a sua emenda seja aprovada.

Obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Outra emenda que tenho como exemplo também é a de Jaraguá do Sul, que pede aterro sanitário no município. Essa era uma prioridade para o orçamento de execução deste ano, mas ela foi retirada no orçamento regional do ano passado. Além de não ter sido realizada, faz-se uma emenda ao PPA para suprimir simplesmente algo que foi incluído pelo trabalho da regional.

Então, nesse sentido solicito ao relator-adjunto sensibilidade à Emenda 156, no sentido de que permaneça, uma vez que é uma prioridade retirada no Orçamento Regionalizado em 2003.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Votaremos, agora, em bloco, os requerimentos de destaque, conforme acordado com os líderes.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, eu faria um apelo no sentido de fazermos uma seleção. Eu não sei se motivamos algum deputado a votar por essa emenda de Tijucas/Nova Trento ou não.

Então, eu faço a proposta de separarmos em duas: uma com todas as emendas e essa emenda específica, para ver se conseguimos de alguns deputados a aprovação para colocar no PPA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - É preciso que adotemos um critério, sob pena de dificultarmos toda a votação.

Vamos à votação em bloco.

Em votação.

Os deputados que aprovam os requerimentos permaneçam como se encontram e os deputados que rejeitam os requerimentos devem-se manifestar.

Está em votação o bloco de requerimentos de destaque ao PPA.

Votaram 22 srs. deputados. Não contei o deputado Dentinho.

Temos 22 votos pela rejeição dos requerimentos.

Estão rejeitados, então, os requerimentos de destaque.

Votação em turno único do Projeto de Lei nº 0397/2005, de origem governamental, que altera para o período de 2006-2007 dispositivos da Lei nº 12.871, de 2004, modificada pela Lei nº 13.323, de 2005, que dispõe sobre o Plano Plurianual 2004-2007 e adota outras providências.

Conta com parecer favorável, com emendas aditivas, supressivas e modificativas, da Comissão de Finanças e Tributação.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovarem o PPA na forma relatada pelo voto vista do deputado Francisco Küster, que aqui esposou a sua posição e o seu voto, permaneçam como se encontram, e os que votarem contra se manifestem.

Está aprovado o PPA por maioria de votos.

Os deputados que ainda desejarem registrar o seu voto, podem registrar, pois nós permitiremos.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o deputado Afrânio Boppré.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. presidente, apenas quero retificar o meu voto que no caso não se enquadra nas duas opções que v.exa. nos apresentou.

Quero, em função do discurso anterior apresentado, caracterizar, especificamente, o meu voto de abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Registrado o voto de abstenção do deputado Afrânio Boppré.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. presidente, nós, como relator, tendo as emendas praticamente todas rejeitadas e em função da necessidade do Orçamento, inclusive de conter questões importantes dentro dele, também não nos furtaremos em votar favoravelmente, apesar da rejeição das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Está registrada a restrição do voto do deputado Dionei Walter da Silva.

Votação em turno único do Projeto de Lei nº 0398/2005, de origem governamental, que estima a receita e fixa a despesa do estado para o exercício financeiro de 2006.

Está de posse da presidência quase uma centena de requerimentos de pedido de destaque. Segundo entendimento dos líderes e por analogia, teremos o mesmo entendimento da votação do PPA. Vamos, então, à votação dos requerimentos de destaque.

Se os líderes concordarem, vamos à votação.

Não havendo encaminhamento de votação, os senhores deputados que rejeitam os requerimentos de destaque manifestem-se.

Muito embora não tenhamos ouvido o ronco do trator anunciado pelo deputado Dionei Walter da Silva, é visível a maioria. Então, estão rejeitados os requerimentos de destaque.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - (intervindo) - V.Exa. está lendo pensamentos, presidente? Eu não verbalizei, mas pensei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Foi o deputado Afrânio Boppré. Perdão! Mas essa está dentro da máxima do Antônio Carlos Magalhães, que diz que em política ele só não viu boi voar. Não que não voe, mas ele ainda não viu.

O Sr. Deputado Francisco Küster - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Sr. presidente, peço vênia a v.exa. para que determine a inclusão em nosso relatório de uma proposta de emenda que foi alvo de uma negociação promovida pelo líder do governo, que atende ao pleito da maioria esmagadora dos srs. deputados. São signatários dessa proposta de emenda os deputados João Henrique Blasi, José Carlos Vieira, Reno Caramori e o deputado relator, Dionei Walter da Silva, que propõem, tirando da secretaria da Fazenda em favor dos bombeiros comunitários. Ela já está enumerada aí. Pediria à assessoria que apresentasse a v.exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Se é para ficar nesta primeira questão, essa proposta de v.exa. só pode ser acatada se houver a concordância dos srs. líderes.

A presidência consulta os srs. líderes se concordam com o acatamento no relatório do deputado Francisco Küster da emenda que não tem número, que objetiva atender às necessidades de manutenção e ampliação do Corpo de Bombeiros Voluntários que já atua no estado de Santa Catarina.

Ela tem a assinatura dos deputados Dionei Walter da Silva, Reno Caramori, José Carlos Vieira, Francisco Küster e João Henrique Blasi.

Se houver concordância dos líderes, a presidência acata, senão, obriga-se a não acatar.

Consulto os srs. líderes a respeito.

O Sr. Deputado Wilson Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Wilson Vieira.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Gostaria de co-assinar essa emenda, sr. presidente.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, apenas gostaria de registrar que essa emenda foi basicamente consensualizada com todos os deputados. Não tivemos contato direto com alguns, mas partiu de um apelo ingente feito pelos deputados Dionei Walter da Silva, Reno Caramori e José Carlos Vieira, para corrigir uma distorção havida no Orçamento. E fomos buscar essa fórmula que acredito seja consensual, como disse a todos, e não deverá, portanto, haver problema para que se contemple os bombeiros voluntários com um valor, inclusive, acima do valor previsto para o ano de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A presidência insiste que deve haver concordância dos líderes. Caso contrário, não haverá condições de acatar.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Endossando as palavras do nosso líder, deputado João Henrique Blasi, quero salientar também que é importante valorizar o bombeiro voluntário, porque esses homens guerreiros estão prontos para tudo, para juntar as pessoas nos acidentes, etc. Então, nós temos que reconhecer o trabalho deles.

Esses dias, eu precisei de ajuda, fiquei presa no elevador, a empresa ia demorar muito e eu pensei: vou chamar os bombeiros. Eles são um relâmpago, estão prontos para tudo. Nós não podemos, então, deixar de votar a favor, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Encaminhamento favorável da líder do PL à existência dos bombeiros relâmpagos.

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Sr. presidente, a assinatura do deputado Reno Caramori à proposição corrobora a posição da liderança de concordância.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Sr. presidente, na realidade, gostaríamos que este procedimento tivesse sido adotado com as demais emendas ou com uma boa parte das outras emendas. Lamentavelmente, não houve essa mesma sensibilidade. Mas a assinatura do deputado Dionei Walter da Silva e do deputado Wilson Vieira na emenda representa também o voto e o desejo da bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Concorda o deputado Paulo Eccel.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. presidente, o deputado João Henrique Blasi não mencionou a nossa participação nesse acordo porque efetivamente não participamos da construção desse consenso. Não porque não quisesse ou porque me opunha, mas porque quiseram as relações políticas aqui que não me envolvesse.

No entanto, para estabelecer a coerência de minha parte, pelo que eu falei aqui na tribuna, neste microfone de apartes, não farei nenhum óbice, pelo contrário, elogio a articulação dos líderes e dos srs. deputados que buscaram o entendimento, mesmo na adversidade, no sentido de aperfeiçoar a peça política que é o Orçamento.

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Sr. presidente, a bancada do PSDB recomenda que os srs. deputados votem favoravelmente à emenda dos bombeiros voluntários.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, pedi a palavra, pela ordem, para um brevíssimo esclarecimento. Quando eu nominei os deputados José Carlos Vieira, Dionei Walter da Silva e Reno Caramori não foi no sentido excludente, mas no sentido de fazer justiça aos três deputados que me procuraram, tendo detectado o problema, buscando uma alternativa. Claro que todos os outros deputados têm a sua participação e a sua impressão digital na solução que estamos alvitrando agora, mas foram esses três deputados que me procuraram e, na premência do tempo, foram colhidas as assinaturas necessárias para viabilizar, o mais rapidamente possível, a emenda que deverá ser aprovada logo em seguida.

A SRA. DEPUTADA SIMONE SCHRAMM - Da mesma forma, sr. presidente, gostaria de subscrever esta emenda, uma vez que participamos de inúmeras audiências aqui. Ainda ontem recebi mais um pleito do nosso comandante dos bombeiros voluntários de Joinville, dr. Walmor, de que realmente é meritória e justa essa alteração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A presidência já determinou à assessoria que colhesse as assinaturas dos deputados que assim o desejassem.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu acho que esse entendimento faz uma correção e é importante, por isso esse encaminhamento não é apenas dos líderes e sim dos 40 parlamentares.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Afrânio Boppré.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. presidente, eu só quero aqui dizer ao deputado João Henrique Blasi que eu não falei no sentido de me sentir excluído, pelo contrário, apenas queria dizer que ele foi fidedigno por eu não ter participado inicialmente. Mas quero informar que estou participando agora, que considero-me incluído e que para ser coerente com o que falei hoje, no período da tarde, não poderia, de maneira alguma, levantar nenhum óbice. Pelo contrário, sinto-me satisfeito e contente de termos chegado a essa possibilidade de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação o Projeto de Lei nº 0398/2005, na forma do parecer do voto vista do deputado Francisco Küster e com o adendo, com a concordância de todo o Plenário, na figura dos eminentes líderes partidários.

Os srs. deputados que aprovam a matéria, conforme proposto, permaneçam como se encontram.

Está aprovado o Orçamento para o ano de 2006.

A presidência consulta os srs. líderes se podemos votar dois projetos. A presidência lê a ementa.

(Passa a ler)

"Projeto de Lei nº 0484/2005, de autoria do deputado Herneus de Nadal, que declara de utilidade pública a Associação Catarinense dos Cardiopatas - ACC, de São José".

Não votar significa uma ameaça para aqueles associados.

(As lideranças aquiescem.)

Com a concordância, compreensão e sensibilidade de todos os srs. líderes, a matéria vai à discussão e à votação.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0484/2005.

Conta com o parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - A propósito da matéria e pela sua pertinência, quero fazer o registro da ausência do deputado Sérgio Godinho, motivada por um problema cardíaco, que se encontra, agora, internado na clínica SOS Cárdio, mas já dá mostras de pronta recuperação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Isso já foi devidamente localizado por mensagem recebida por v.exa. Nossos votos de pronta recuperação para o deputado Sérgio Godinho.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0472/2005, de origem governamental, que altera dispositivos da Lei nº 10.609, de 1997, que dispõe sobre a atividade de despachante de trânsito.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

A presidência consulta os srs. líderes se podemos discutir e votar a matéria. Só com a concordância de todos os líderes que votaremos a matéria.

(As lideranças aquiescem.)

Com a concordância de todos os srs. líderes, a matéria vai à discussão e à votação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta Ordem do Dia desta sessão extraordinária.

O Sr. deputado Afrânio Boppré - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Afrânio Boppré.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. presidente, tenho a impressão de que nesta sessão de hoje, até as 8h20min da noite, demos conta de garantir a votação das principais matérias, as matérias mais polêmicas que estão tramitando nesta Casa.

No entanto, para a sessão do dia de amanhã, temos aqui ainda alguns requerimentos, algumas moções. E especificamente indago a respeito do requerimento que os partidos PP, P-SOL e PT ingressaram nesta Casa a respeito da CPI. Como é que v.exa. nessa altura do campeonato vai nos orientar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A presidência está agindo rigorosamente dentro do Regimento Interno, mas afirma a v.exa. que assumiu um compromisso com o deputado Paulo Eccel, inquirido por este, no sentido de que proceda, na sessão de amanhã de amanhã, à leitura do requerimento que se encontra na Procuradoria jurídica e que amanhã será lido na sessão sem nenhum prejuízo para os requerentes.

V.Exa. me conhece bem e se eu dei a palavra ao deputado Paulo Eccel, significa dizer que ela será cumprida, como de praxe.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Esta presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, extraordinária, para hoje, às 20h25min, exclusivamente para votar quatro projetos em sede de redação final.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 049ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2005 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às vinte horas e vinte e cinco minutos, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Afrânio Boppré - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Celestino Secco - Cesar Souza - Clésio Salvaro - Dionei Walter da Silva - Francisco de Assis - Francisco Küster - Gelson Merísio - Gelson Sorgato - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Carlos Vieira - José Serafim - Julio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Nilson Machado - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Simone Schramm - Valmir Comin - Vânio dos Santos - Wilson Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

As atas das sessões realizadas no dia de hoje serão lidas, na medida do possível, na sessão ordinária de amanhã.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0397/2005.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0398/2005.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0472/2005.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0484/2005.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

A presidência encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições de serem apreciadas pelo plenário.

Está encerrada a sessão.

A T O S D A M E S A

ATO DA MESA

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

ATO DA MESA Nº 1283, de 21/12/2005 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **JUAREZ SOUZA DA SILVA,** matrícula nº 1971, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, código PL/ATM-8-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 90 (noventa) dias, a partir de 30/11/2005.

ATO DA MESA Nº 1284, de 21/12/2005 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **SONIA VARELLA**, matrícula nº 0441, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 90 (noventa) dias, a partir de 01/12/2005.

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Lício Mauro da Silveira - Secretário
Deputado José Paulo Serafim - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁDIA DA COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15º LEGISLATURA

Às onze horas do dia sete de dezembro de dois mil e cinco, sob a Presidência do Deputado Clésio Salvaro, reuniram-se os Deputados-membros da Comissão, Antônio Ceron, Celestino Secco, César Souza, Wilson Vieira-Dentinho e o Deputado Vanio dos Santos, em substituição ao Deputado Francisco de Assis. Dando início à reunião, o Senhor Presidente agradeceu a todos pela presença e informou que o Deputado João Henrique Blasi aceitara ser o Relator da Representação por Infração ao Decoro Parlamentar e Abuso das Prerrogativas Constitucionais Contra o Deputado Nelson Göetten. Na continuidade, o Deputado Antônio Ceron solicitou que fossem seguidos os procedimentos e que se cuidasse dos prazos para não prejudicar os Deputados envolvidos, bem como que fosse observado o Regimento Interno. Ato seguinte o Deputado Vanio dos Santos solicitou aos Deputados-membros empenho no sentido de que o processo não se prolongue, e que o Regimento Interno seja rigorosamente respeitado, colocando-se à disposição da Comissão para os devidos esclarecimentos. Por sua vez, o Senhor Presidente entregou aos Deputados presentes exemplar modelo do Código de Ética e Decoro Parlamentar, elaborado pela União Nacional dos Legislativos Estaduais (UNALE), recebido por esta Comissão. Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual eu, Ronédy De Bonna Piva, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Deputado Clésio Salvaro
Presidente

*** X X X ***

ATA DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁDIA DA COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR REFERENTE A 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15º LEGISLATURA

Às oito horas do dia quatorze de dezembro de dois mil e cinco, na sala da Procuradoria Jurídica sob a Presidência do Deputado Clésio Salvaro, reuniram-se os Deputados-Membros da Comissão, Antônio Ceron, Celestino Secco, João Henrique Blasi e a Deputada Odete de Jesus, em substituição ao Deputado César Souza. Abertos os trabalhos o presidente passou a palavra ao relator do processo disciplinar em tramite em face da Deputada Odete de Jesus, Deputado João Henrique Blasi. Após um breve relato dos fatos ocorridos, o voto do Parlamentar foi pelo arquivamento da representação, em virtude de ter a Deputada, em três momentos distintos, efetuado retratação por escrito, sendo duas vezes através da imprensa, cujas matérias se encontram juntadas ao processo e fundamentam a defesa, bem como em um pronunciamento por ela realizado em plenário, onde pediu desculpas aos Parlamentares, negando a intenção de ofensa a honra, dentre outros. O Presidente deixou livre a palavra, sendo utilizada pelo Deputado Antônio Ceron, um dos autores da representação em tela, que manifestou-se favorável ao parecer do relator, ressaltando que na época dos fatos assinou a representação entendendo a necessidade de retratação da Parlamentar. Posteriormente, ao tomar conhecimento dos atos por ela praticados tanto em plenário como na imprensa de modo geral, onde apresentou explicações condizentes bem como pedido formal de desculpas, deu-se por satisfeito, quanto à retratação, o que justifica o seu voto pela aprovação do parecer com convicção. Seqüencialmente, o Deputado Celestino Secco, que também compõe a lista dos autores da representação, disse que no momento da petição não havia da Deputada Odete de Jesus os atos formais de retratação. Disse, ainda, que os gestos da mesma no sentido de elucidar a questão apresentando esclarecimentos na imprensa e no plenário, bem como pedido formal de desculpas aos Parlamentares, culminaram na retratação necessária ao caso. O Deputado Celestino Secco manifestou seu voto nos termos integrais favoravelmente ao relatório do Deputado Blasi. Posteriormente, utilizou a palavra a Deputada Odete de Jesus que ressaltou que sua preocupação na época dos fatos deveu-se a sua formação como professora. Disse que o ano de 2005 não pode por ela ser considerado bom devido aos acontecimentos que motivaram a representação, ante a ciência de que não lhe cabe julgar ninguém, nem foi a sua intenção, "mas graças a Deus que o mau entendido está sepultado" - afirmou, aproveitando para "pedir, mais uma vez, perdão se os ofendi e os entristeci colegas Deputados. Não é de minha prática agir de tal forma. Para mim foi terrível, também sofri muito" - desabafou agradecendo a compreensão por parte dos Colegas Parlamentares. Colocado em votação o parecer do Relator, o mesmo foi aprovado por maioria, com 4 votos favoráveis e uma abstenção. Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual eu, Ronédy De Bonna Piva, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Deputado Clésio Salvaro
Presidente

*** X X X ***

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, REFERENTE A TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA.

Às onze horas do dia quatorze de dezembro do ano de dois mil e cinco, sob a Presidência do senhor Deputado Dionei Walter da Silva, reuniu-se ordinariamente a Comissão acima epigrafada, na Sala das Reuniões da Divisão de Imprensa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Registraram presença na reunião os senhores Deputados Onofre Santo Agostini, Manoel Motta e Wilson Vieira. Abertos os trabalhos o Presidente da Comissão colocou em discussão e votação os PL's 0241.5/05 e 0391.7/05, que tiveram pareceres exarados favoráveis pelo Deputado Onofre Santo Agostini, os quais foram aprovados por unamidade. Sendo as únicas máterias da pauta, encerrou o senhor Presidente a presente reunião, a qual, eu, Paulo Roberto Silveira, Secretário Executivo da Comissão, lavrei e digitei a presente Ata, que após lida e considerada aprovada será assinada pelo senhor Presidente da Comissão.

Sala de Reuniões da Imprensa, em 14 de dezembro de 2005
Deputado Dionei Walter da Silva
Presidente

*** X X X ***

Ata da 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, referente 3ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura.

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco às onze horas, reuniram-se na sala de imprensa da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, sob a presidência da Deputada Ana Paula Lima os senhores Deputados membros, Simone Schramm, Reno Caramori, Francisco Küster, justificando a sua ausência a Deputada Odete de Jesus. Dando inicio a reunião a deputada presidente cumprimentou os deputados presentes e informou a pauta da reunião. Os Deputados membros presentes aprovaram por unanimidade, os seguintes Projeto de Lei; Projeto de Lei/0391.7/2005 - Dispõe sobre a publicação nos classificados dos jornais locais de advertência quanto a exploração sexual e maus tratos contra crianças e adolescentes e adota outras providências. Projeto de Lei/0405.7/2005 - Dispões sobre a obrigatoriedade de academias de ginástica, clubes esportivos e estabelecimentos similares exibirem placa de advertência sobre o uso inadequado de anabolizantes no Estado de Santa Catarina e adota outras providências. Projeto de Lei/0420.6/2005 - Autoriza o Poder Executivo a criar o programa FIASER no Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências. Dando continuidade a reunião a deputada presidente Ana Paula Lima, entregou aos deputados membros os termos de compromissos assumidos nas audiências públicas II Jornada Catarinense pela Infância e Adolescência Protegida, que foram realizadas durante o segundo semestre de 2005, nas regiões de Santa Catarina, informou também que as duas Audiência Públicas II Jornada Catarinense pela Infância e Adolescência Protegida, que seria realizada nesse ano nas cidades de Joinville e Lages foram transferidas para o ano de 2006 e será agendado provavelmente em março e que é papel da comissão fiscalizar os compromissos assumidos nas Jornadas Catarinense. Dando Prosseguimento com a reunião a Deputada Ana Paula Lima, passou a palavra ao deputado Francisco de Küster, que parabenizou o empenho da deputada Ana Paula Lima na condução dos trabalhos da comissão, assim como também dos assessores da comissão. A deputada Simone Shramm pediu a palavra e também parabenizou a Deputada presidente Ana Paula Lima e os seus assessores, e informou que no dia 16 de dezembro de 2005, a representante especial para os defensores dos direitos humanos da ONU a senhora Gilane, estará na cidade de Florianópolis no Towem Hotel, recolhendo depoismentos sobre as ameaças sofridas aos defensores dos direitos humanos. Encerrando a reunião a deputada informou que essa foi a ultima reunião desse ano e parabenizou o trabalho realizado pelos assessores da comissão.. Nada mais havendo a tratar a senhora presidente deputada Ana Paula Lima, agradeceu a presença de todos, encerrando a presente reunião, a qual eu, Vilson Elias Vieira, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que após ser lida e achada correta, será assinada pela senhora presidente.

Deputada Ana Paula Lima
Presidente

*** X X X ***

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA.

Às dezessete horas e Trinta minutos do dia Dezoito do mês de Outubro de dois mil e cinco, na sala de Imprensa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Senhor Deputado Rogério Mendonça, presentes os Senhores Deputados, Wilson Vieira, Jorginho Mello, Francisco Küster, Antônio Ceron,Simone Schramm,Sérgio Godinho, Juares Ponticelli e Manoel Mota reuniu-se ordinariamente a Comissão em epígrafre. Abertos os trabalhos, o Presidente Deputado Rogério Mendonça, leu o requerimento Convocando o Secretario de Infra-estrutura de Santa Catarina, Mauro Mariani, para esclarecer as ações do governo para a manutenção das rodovias estaduais, especialmente a SC-439 e SC-302 (trecho Rio do Oeste/Taió). A presença do secretário atendeu requerimento da bancada do PP. O presidente Deputado Rogério Mendonça elogiou a vinda do Secretário de Estado, e do Diretor do DEINFRA, Romualdo França Junior, agradecendo. Ato contínuo, passou a palavra para o Senhor Secretário. Cumprimentando o Presidente Rogério Mendonça e os Senhores Deputados colocou-se a disposição para discutir tema importante. Dizendo que em Santa Catarina há 4.264 Quilômetros de rodovias pavimentadas sob responsabilidades do Estado e outros 2.391 Quilômetros sem pavimentação, atingindo 153 Municípios. Com a palavra o Deputado Juares Ponticelli que agradeceu o Deputado Peninha elogiando agilidade com que foi marcada esta reunião, cumprimentando o Senhor Secretário Mauro Mariani, e o Senhor Diretor do DEINFRA Romualdo França Junior. Falou que é um admirador e um usuário da rodovia Serra do Rio do Rastro, reclamou da demora na restauração da iluminação da Serra e afirmou que os sistemas de escoamento de água e de sinalização estão comprometidos e que as muretas de proteção e as placas de concreto estão com rachaduras e quebradas em vários pontos. Falou o diretor do Deinfra Senhor Romualdo. A impressão de abandono é momentânea, e os buracos na pista acontecem principalmente pelas fortes pancadas de chuvas nos últimos meses, em alguns trechos não há ponto de fuga para a água, mas assim que melhorar o tempo começaremos a restauração. A sinalização horizontal está concluída e a vertical está sendo iniciada, bem como a reconstrução das muretas de proteção, de concreto. O deputado Juares Ponticelli propôs a limitação de peso dos veículos para o tráfego na rodovia, que não foi construída para suportar cargas pesadas. O Presidente Deputado Peninha, sugeriu uma audiência pública com a presença de representantes do DEINFRA para discutir está possibilidades. O diretor do DEINFRA senhor Romualdo disse que a recuperação e manutenção dos sistemas que iluminam a Serra do Rio do Rastro, bem como a da Dona Francisca, entre Joinville e Campo Bonito ficaram a cargo da CELESC. O Presidente passou a palavra para o secretário, dizendo da falta de recursos, é um dos principais obstáculos enfrentados pelo Estado para manter as rodovias em boas condições de tráfego. Santa Catarina é o único Estado que não cobra pedágio. Além disso, está proibido de fazer a fiscalização eletrônica das rodovias, defendendo a criação de um Fundo Rodoviário Estadual. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente Reunião. da qual, eu, Luciano Serpa, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata. Que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembléia.

Sala das comissões, 18 de Outubro 2005.

Deputado Rogério Mendonça- Presidente

*** X X X ***

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA.

Às dezessete horas e quinze minutos do dia Seis de Dezembro de dois mil e cinco, na sala de Imprensa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Senhor Deputado Rogério Mendonça, presentes os Senhores Deputados, Vânio dos Santos, Reno Caramori e o Deputado Wilson Vieira, e Jorginho Mello reuniu-se ordinariamente a Comissão em epígrafre. Abertos os trabalhos, o Presidente Deputado Rogério Mendonça, ato contínuo, colocou em discussão e votação o Projeto de Lei n.º 0072.6/2005, de procedência do Deputado Juares Ponticelli que denomina o trecho da Rodovia SC440 que liga os Municípios de Tubarão e Pedras Grandes. Sendo relator o Deputado Wilson Vieira, com um substitutivo global determinando Vilson Pedro Kleinubing o trecho da Rodovia SC 440 ligando os Municípios de Tubarão e Pedras Grandes. O presente substitutivo global ao PL 0072.6/2005, é resultado de acordo realizado entre o Deputado Juares Ponticelli, Deputado Genésico Goulart. e Deputado Júlio Garcia, autores respectivamente dos Projetos de números, 72/05, 100/05 e 363/05, semelhantes entre si, pelo que solicitamos sua aprovação. Colocado em votação pelo Presidente, foi aprovado pôr unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente Reunião. da qual, eu, Luciano Serpa, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata. Que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembléia.

Sala das comissões, 06 de Dezembro 2005.

Deputado Rogério Mendonça - Presidente

*** X X X ***

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA.

Às dezessete horas e quinze minutos do dia Treze de dezembro de dois mil e cinco, na sala de Imprensa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Senhor Deputado Rogério Mendonça, presentes os Senhores Deputados, Reno Caramori, Wilson Vieira, Jorginho Mello, e, Vânio dos Santos, reuniu-se ordinariamente a Comissão em epígrafre. Abertos os trabalhos, o Presidente Deputado Rogério Mendonça colocou em ato continuo o PL./0483.0/2005, sendo o autor do projeto, o Deputado Lìcio Mauro da Silveira, que denomina o trecho à Praia dos Ingleses, Município de Florianópolis de José Carlos Daux a Rodovia SC- 403, o que foi aprovado por todos os Deputados presentes. Tratados assuntos gerais, o Presidente convidou os membros da comissão a comparecer à Audiência Pública do dia Quatorze do corrente, às dez horas no Plenário desta Casa. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a presente Reunião, da qual, eu, Luciano Serpa, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembléia.

Sala das comissões, 13 de Dezembro 2005.

Deputado Rogério Mendonça - Presidente

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 733/2005, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 039/2005, referente à contratação de empresa especializada em obras, para realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças em 21 (vinte e uma) centrais de ar condicionado e 01 (uma) torre de arrefecimento do prédio do Palácio Barriga-Verde, obteve o seguinte resultado:

Item único -

Vencedora: W & Z COMÉRCIO E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA - EPP

Valor do Último Lance: R$ 1.500,00

Florianópolis, 21 de dezembro de 2005.

SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE

PREGOEIRA

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 119/2005

REFERENTE: Contrato CL nº 054/2005-00, celebrado em 21/12/2005.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: W & Z COMÉRCIO E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças em 21 (vinte e uma) centrais de ar condicionado e 01 (uma) torre de arrefecimento do prédio do Palácio Barriga-Verde, ao preço unitário de R$ 68,19 (sessenta e oito reais e dezenove centavos) por equipamento, de acordo com as demais especificações constantes do Edital, seus anexos e, com as condições propostas pela CONTRATADA

VALOR GLOBAL: R$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

REAJUSTAMENTO: Os preços são fixos e irreajustáveis. Somente quando comprovadas as situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei n.º 8.666/93 os preços poderão ser revistos, desde que atendidas as condições preconizadas no Edital.

VIGÊNCIA: Dá-se ao presente contrato a vigência compreendida entre 01/01/2006 e 31/12/2006, podendo ser prorrogada na forma da lei.

AÇÃO/ITEM ORÇAMENTÁRIO: AÇÃO 8788 (Manutenção e Serviços Gerais - ALESC) e do item orçamentário 33903917 (Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos Administrativos), do Orçamento da ALESC.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93, origina-se do Processo Licitatório modalidade Pregão nº 039/2005 e Autorização para Processo Licitatório n.º 1541/2005.

Florianópolis, 21 de dezembro de 2005.

Deputado Júlio Garcia - Contratante

Agnaldo A Cabral - Contratado

*** X X X ***

EXTRATO Nº 121/2005

REFERENTE: Contrato CL nº 056/2005-00, celebrado em 21/12/2005.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Referência Comércio e Soluções para Ambientes Corporativos Ltda. ME
OBJETO: instalação de painéis divisórios nas salas das Comissões Permanentes da ALESC do prédio do Palácio Barriga-Verde, incluso o fornecimento de materiais e mão-de-obra especializada, de acordo com e as especificações constantes abaixo, no Edital Pregão n.º 038/2005, seus anexos e as condições propostas pela CONTRATADA.
VALOR GLOBAL: R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).
REAJUSTAMENTO: Os preços são fixos e irreajustáveis. Somente quando comprovadas as situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei n.º 8.666/93 os preços poderão ser revistos, desde que atendidas as condições preconizadas no Edital.
VIGÊNCIA: Compreendida entre a data de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, remanescendo seus efeitos até o decurso do prazo de sua garantia. O presente contrato poderá ser prorrogado na forma da lei.
AÇÃO/ITEM ORÇAMENTÁRIO: AÇÃO 5150 (Recuperação e ampliação do Palácio Barriga-Verde) e do item orçamentário 44905107 (Reforma), do Orçamento da ALESC.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93, origina-se do Processo Licitatório modalidade Pregão nº 038/2005 e Autorização para Processo Licitatório n.º 1559, 1560, 1561/2005
Florianópolis, 21 de dezembro de 2005.
Deputado Júlio Garcia - Contratante
Juliano da Silveira Ghizoni - Sócio

*** X X X ***

LEIS

LEI COMPLEMENTAR Nº 13.552, de 11 de novembro de 2005

Parte vetada pelo Governador do Estado e mantida pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina do Projeto de Lei que foi convertido na Lei nº 13.552, de 11 de novembro de 2005, que "Define diretrizes para a política de atenção integral aos portadores da doença de Parkinson no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, e adota outras providências".

Eu, Deputado Julio Garcia, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 54, § 7º da Constituição do Estado e art. 304, § 1º do Regimento Interno, promulgo a seguinte parte da Lei:

"Art. 3º A direção do SUS, Estadual e Municipal, garantirá o fornecimento universal dos medicamentos, além das demais formas de tratamento, como fisioterapia, terapia fonoaudiológica e atendimento psicológico, com a disponibilização de profissionais das diversas áreas, de modo a prestar integral atenção à pessoa portadora da doença de Parkinson.

Parágrafo Único. O fornecimento universal dos medicamentos de que trata o *caput* deste artigo deverá ser feito através das gerências regionais de saúde das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional."

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 21 de dezembro de 2005
Deputado Júlio Garcia
Presidente

*** X X X ***

LEI Nº 13.568, de 23 de novembro de 2005

Parte vetada pelo Governador do Estado e mantida pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina do Projeto de Lei que foi convertido na Lei nº 13.568, de 23 de novembro de 2005, que "Altera dispositivo da Lei nº 3.938, de 1966".

Eu, Deputado Julio Garcia, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 54, § 7º da Constituição do Estado e art. 304, § 1º do Regimento Interno, promulgo a seguinte parte da Lei:

"Art. 2º. .....

Art. 158.....

§ 1º A critério da autoridade prevista em regulamento, o prazo de validade poderá ser reduzido para até trinta dias, caso o contribuinte requerente seja reincidente no cometimento de infrações à legislação tributária, considerando-se como tal a prática de ato contrário às suas disposições nos dois anos anteriores ao pedido de certidão.

§ 2º Para o contribuinte que recolher o imposto devido durante vinte e quatro meses consecutivos o prazo de validade da Certidão Negativa de Débito será de cento e oitenta dias." (NR)

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 21 de dezembro de 2005
Deputado Júlio Garcia
Presidente

*** X X X ***

LEI COMPLEMENTAR

LEI COMPLEMENTAR Nº 302, de 28 de outubro de 2005

Parte vetada pelo Governador do Estado e mantida pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina do Projeto de Lei Complementar que foi convertido na Lei Complementar nº 302, de 28 de outubro de 2005, que "Institui o Serviço Auxiliar Temporário na Polícia Militar".

Eu, Deputado Julio Garcia, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 54, § 7º da Constituição do Estado e art. 304, § 1º do Regimento Interno, promulgo a seguinte parte da Lei:

"Art. 1º. .....

Parágrafo único. O candidato que ingressar no serviço de que trata esta Lei Complementar será denominado Agente Temporário de Serviço Administrativo, e usará uniforme diferenciado do utilizado pela Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, bem como, estará sujeito, no que couber, às normas aplicáveis aos integrantes da Polícia Militar.

.....

Art. 3º.....

§ 1º Fica vedado, aos Agentes Temporários de Serviços Administrativos, sob qualquer hipótese, nas vias públicas, o porte ou o uso de arma de fogo e o exercício do poder de polícia.

§ 2º Fica autorizado, aos Agentes Temporários de Serviços Administrativos, o uso de arma de fogo, no exercício das atividades a que se referem o caput deste artigo, em se tratando de casos excepcionais, ou missões especiais".

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 21 de dezembro de 2005
Deputado Júlio Garcia
Presidente

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 748, de 21/12/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: *de acordo com o art. 2º, I, II e III, do Ato nº 1.233/05,*

TRANSFERIR do mês de janeiro para março, as férias fixadas para o ano de 2006, do servidor **JACSON FERREIRA**, matrícula nº 1840.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 749, de 21/12/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: *de acordo com o art. 2º, I, II e III, do Ato nº 1.233/05,*

TRANSFERIR do mês de janeiro para dezembro, as férias fixadas para o ano de 2006, do servidor **Hildo Tramontin**, matrícula nº 0452.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 750, de 21/12/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, por delegação de competência da Mesa da Assembléia Legislativa, consoante o Ato nº 1074 de 21/06/2005,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **JAKSON LUIS SOUZA**, matrícula nº 4737, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 02/01/06 (Deputado Paulo Eccel).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 751, de 21/12/2006

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, por delegação de competência da Mesa da Assembléia Legislativa, consoante o Ato nº 1074 de 21/06/2005,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,*

NOMEAR, FELIPE BELOTTO SANTOS, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 02/01/06 (Deputado Paulo Eccel).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***